Universidades Lusíada

Gil, Mariana Brito Antunes Fernandes, 1985-

# O Convento das Bernardas : um caso de recuperação e reutilização do património edificado

http://hdl.handle.net/11067/3328

## Metadados

**Data de Publicação** 2017-05-26

**Resumo** A presente dissertação tem como principal objectivo a análise do projecto de recuperação e reconversão do Convento das Bernardas situado em Lisboa, no Bairro da Madragoa. Ao longo deste trabalho foram tratadas diferentes temáticas, tais como a do património e da recuperação, assim como uma breve análise histórica da evolução temporal das questões relacionadas com a recuperação do património arquitectónico em Portugal. O entendimento dos processos de recuperação adoptados, assim como os aspecto...

**Palavras Chave** Arquitetura religiosa - Conservação e restauro - Portugal - Lisboa, Convento das Bernardas (Lisboa, Portugal) - Reforma para outro uso, Convento das Bernardas (Lisboa, Portugal) - Conservação e restauro, Convento das Bernardas (Lisboa, Portugal) - História, Lisboa (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.

**Tipo** masterThesis

**Revisão de Pares** Não

**Coleções** [ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T04:12:02Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

**U N I V E R S I D A D E  L U S Í A D A  D E  L I S B O A**

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado integrado em Arquitectura

# O Convento das Bernardas: um caso de recuperação e reutilização do património edificado

**Realizado por:**
Mariana Brito Antunes Fernandes Gil
**Orientado por:**
Prof. Doutor Arqt. Nuno Rui da Fonseca Santos Pinheiro

**Constituição do Júri:**

| | |
|---|---|
| Presidente: | Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha |
| Orientador: | Prof. Doutor Arqt. Nuno Rui da Fonseca Santos Pinheiro |
| Co-orientadora: | Prof.ª Doutora Alexandra Paula de Carvalho Antunes |
| Arguente: | Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio |

Dissertação aprovada em: 30 de Janeiro de 2013

Lisboa

2012

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

# O Convento das Bernardas: um caso de recuperação e reutilização do património edificado

Mariana Brito Antunes Fernandes Gil

Lisboa

Dezembro 2012

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

# O Convento das Bernardas: um caso de recuperação e reutilização do património edificado

Mariana Brito Antunes Fernandes Gil

Lisboa

Dezembro 2012

Mariana Brito Antunes Fernandes Gil

# O Convento das Bernardas: um caso de recuperação e reutilização do património edificado

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Nuno Rui da Fonseca Santos Pinheiro

Co-orientadora: Prof.ª Doutora Alexandra Paula de Carvalho Antunes

Lisboa

Dezembro 2012

## Ficha Técnica


**Autora** Mariana Brito Antunes Fernandes Gil

**Orientador** Prof. Doutor Arqt. Nuno Rui da Fonseca Santos Pinheiro

**Co-orientadora** Prof.ª Doutora Alexandra Paula de Carvalho Antunes

**Título** O Convento das Bernardas: um caso de recuperação e reutilização do património edificado

**Local** Lisboa

**Ano** 2012

**Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação**

GIL, Mariana Brito Antunes Fernandes, 1985-

O Convento das Bernardas : um caso de recuperação e reutilização do património edificado / Mariana Brito Antunes Fernandes Gil ; orientado por Nuno Rui da Fonseca Santos Pinheiro, Alexandra Paula de Carvalho Antunes. - Lisboa : [s.n.], 2012. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - PINHEIRO, Nuno Rui da Fonseca Santos, 1937-
II - ANTUNES, Alexandra Paula de Carvalho, 1971-

LCSH
1. Arquitetura Religiosa - Conservação e Restauro - Portugal - Lisboa
2. Convento das Bernardas (Lisboa, Portugal) - Reforma para Outro Uso
3. Convento das Bernardas (Lisboa, Portugal) - Conservação e Restauro
4. Convento das Bernardas (Lisboa, Portugal) - História
5. Lisboa (Portugal) - Edifícios, Estruturas, Etc.
6. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
7. Teses – Portugal - Lisboa

1. Church Architecture - Conservation and Restoration - Portugal - Lisbon
2. Convento das Bernardas (Lisbon, Portugal) - Remodeling for Other Use
3. Convento das Bernardas (Lisbon, Portugal) - Conservation and Restoration
4. Convento das Bernardas (Lisbon, Portugal) - History
5. Lisbon (Portugal) - Buildings, Structures, Etc.
6. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
7. Dissertations, Academic – Portugal - Lisbon

LCC
1. NA5831.C65 R67 2012

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar um sentido agradecimento para o Professor Doutor Arquitecto Nuno Santos Pinheiro pelas suas concisas indicações.

Agradeço ainda à minha co-orientadora Professora Alexandra de Carvalho Antunes pela competência com que co-orientou a minha dissertação e pelo apoio e tempo que generosamente dedicou a este trabalho, transmitindo sempre os melhores e mais úteis conselhos e ensinamentos, com paciência e confiança. Pelo acesso que me facilitou a uma pesquisa mais alargada e enriquecedora e pela sua crítica sempre atempada e construtiva, à qual estou-lhe muito grata.

Agradeço ainda:

À Arquitecta Teresa Duarte pela sua disponibilidade em ajudar-me e pela preciosa informação facultada, a que de outra forma não teria tido acesso.

À Arquitecta Sofia Ferreira Pinto e ao Atelier João Almeida e Pedro Ferreira Pinto por toda a informação cedida para o desenvolvimento desta dissertação, sem a sua ajuda não poderia ter completado o capítulo sobre o projecto de recuperação assim como todas as suas etapas.

Ao Arquitecto Carlos Coelho pela disponibilidade e acolhimento e ainda pelo rápido e facilitado acesso a pessoas imprescindíveis ao desenvolvimento do trabalho.

E por fim, mas não sem menos importância, à Dra. Maria Carrelhas do Departamento de Gestão do Museu da Marioneta, que ao longo de todo o trabalho se mostrou incansável na ajuda do seu desenvolvimento, pelas visitas guiadas ao Convento, pelo acesso permitido a diversas zonas restritas do edifício, assim como toda a informação acerca do projecto de recuperação, que de outra forma não teria sido possível aprofundar.

Dedico esta dissertação aos que ao longo de todo o seu desenvolvimento se mostraram incansáveis em ajudar-me e a não perder a esperança nas alturas mais difíceis, eles sabem quem são.

## APRESENTAÇÃO

**O Convento das Bernardas:**
**Um caso de recuperação e reutilização do património edificado**

Mariana Brito Antunes Fernandes Gil

A presente dissertação tem como principal objectivo a análise do projecto de recuperação e reconversão do Convento das Bernardas situado em Lisboa, no Bairro da Madragoa.

Ao longo deste trabalho foram tratadas diferentes temáticas, tais como a do património e da recuperação, assim como uma breve análise histórica da evolução temporal das questões relacionadas com a recuperação do património arquitectónico em Portugal. O entendimento dos processos de recuperação adoptados, assim como os aspectos relacionados com os valores de identidade e autenticidade, foram igualmente preocupações presentes nesta abordagem. Também a análise do Bairro da Madragoa e a compreensão das suas características históricas, socioculturais, espaciais e vivenciais parecem imprescindíveis para uma melhor compreensão do projecto.

Na análise do caso em estudo procurou-se aferir a adequação da corrente de recuperação abordada, ao carácter histórico e aos diferentes usos que o edifício foi tendo ao longo do seu percurso temporal, bem como, do projecto de arquitectura ao programa estabelecido.

Procurou-se também entender a relação da população local com os diferentes usos que o edifício foi tendo ao longo dos tempos e o impacto que o projecto de recuperação e reconversão causou nesta comunidade.

**Palavras-chave:** Monumento, Convento das Bernardas, Salvaguarda do património, Reutilização e Reconversão, Arquitectura Religiosa, Ordem de Cister, Lisboa – Portugal.

## PRESENTATION

**O Convento das Bernardas:**
**A case study of recovery and re-use of a historical buylding**

Mariana Brito Antunes Fernandes Gil

The main goal of this thesis is to analyse the recovery and re-use project of the *Convento das Bernardas*, located in *Madragoa*, Lisbon.

Throughout this work various subjects were treated – heritage, recovery, and a short historical analysis of the temporal evolution of the subjects related to the recovery of Portuguese architectural patrimony. The understanding of the adopted recovery processes and of the matters linked to identity and authenticity values were also included in this approach. Likewise, both the analysis of *Madragoa* and of its historical, socio-cultural, spatial, and living features seem to be of utmost importance for a better understanding of this project.

We had also assessed the adequacy of the recovery trend towards both the historical features of the building itself and the uses it had throughout time, and the architectural project towards the established program.

We had tried to understand the existing relationship between the local population and the various uses this building had in the past, and the impact that this recovery and re-use project had upon this community.

**Keywords:** Monument, Convento das Bernardas, Heritage Safeguard, Re-use and Recovery, Religious Arquitecture, Cister Order, Lisbon – Portugal.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Chafariz da Esperança (Lisboa, Portugal), 2012, Mariana Gil…….....49

Ilustração 2 - Palácio Marquês de Abrantes (Lisboa, Portugal), 2012, Mariana Gil……49

Ilustração 3 - Igreja de Santos - o - Velho (Lisboa, Portugal), 2012, Mariana Gil……49

Ilustração 4 - Palácio dos Condes de Murça (Lisboa, Portugal), sem ano, desconhecido. Disponível em http://www.geneall.net/P/tit_page.php?id=837.....50

Ilustração 5 - Convento dos Marianos (Lisboa, Portugal), sem ano, desconhecido. Disponível em: http://www.google.pt/imgres?imgurl …….....50

Ilustração 6 - Convento das Trinas do Mocambo (Lisboa, Portugal), 2012, Mariana Gil.....50

Ilustração 7 - Palácio do Machadinho (Lisboa, Portugal), 2012, Mariana Gil……51

Ilustração 8 - Casa Mouzinho de Albuquerque, fotografia do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (Lisboa, Portugal), sem data, Eduardo Portugal……..51

Ilustração 9 - Museu da Rádio (Lisboa, Portugal), 2012, Mariana Gil……51

Ilustração 10 - Cineteatro Cinearte (Lisboa, Portugal), 2012, Mariana Gil……51

Ilustração 11 - São Bernardo de Claraval (Lisboa, Portugal), sem ano, desconhecido. Disponível em http://www.google.pt/imgres?imgurl….....52

Ilustração 12 - Abadia de Fontenay (Lisboa, Portugal), sem ano, desconhecido. Disponível em: http://umolharsobreomundodasartes.blogspot.com/2009/04/arte-medieval-arte-romanica.html.....53

Ilustração 13 - Planta tipo Cisterciense (Lisboa, Portugal), sem ano, desconhecido. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_cisterciense.....54

Ilustração 14 - Palácio Marim Olhão, fotografia do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (Lisboa, Portugal), 1917, Joshua Benoliel……71

Ilustração 15 - Teatro Taborda, fotografia do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (Lisboa, Portugal),1964, Armando Serôdio……71

Ilustração 16 - Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal), sem ano, desconhecido. Disponível em: http://2grainsofsand.blogspot.com/.....71

Ilustração 17 - Convento das Bernardas, fotografia do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (Lisboa, Portugal), 1968, Armando Serôdio……..…72

Ilustração 18 - Desenho da Fachada Nascente do Convento das Bernardas do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……..78

Ilustração 19 - Desenho da Fachada Norte do Convento das Bernardas do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……78

Ilustração 20 - Desenho de proposta para as Fachadas Norte e Nascente do Convento das Bernardas do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……....78

Ilustração 21 - Desenho de proposta para esquema de acessos do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……....79

Ilustração 22 - Desenho de proposta para o clausto do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……80

Ilustração 23 - Desenho de proposta para o claustro em corte do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……81

Ilustração 24 - Desenho de proposta para elemento escultórico do claustro do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……81

Ilustração 25 - Desenho de proposta para espaço polivalente do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……82

Ilustração 26 - Desenho de proposta para espaço museológico, planta piso 1 do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……84

Ilustração 27 - Desenho de proposta para espaço museológico, planta piso 2 do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……84

Ilustração 28 - Desenho de proposta para espaço museológico, planta piso 3/4 do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……84

Ilustração 29 - Desenho de proposta para as habitações do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……85

Ilustração 30 - Desenho de proposta para planta do piso 3 do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……93

Ilustração 31 - Desenho de proposta para planta do piso 4 do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……94

Ilustração 32 - Desenho de proposta para planta do piso 5 do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……95

Ilustração 33 - Desenho de proposta para planta do piso 6 do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……96

Ilustração 34 - Desenho de proposta para planta do piso 7 do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……97

Ilustração 35 - Desenho de proposta para planta de cobertura do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……....98

Ilustração 36 - Desenho de proposta para corte AB do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……99

Ilustração 37 - Desenho de proposta para corte CD do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil……99

Ilustração 38 - Desenho de proposta para corte EF do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil…….100

Ilustração 39 - Desenho de proposta para Alçado Sul do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil…….101

Ilustração 40 - Desenho de proposta para Alçado Norte do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil…….101

Ilustração 41 - Desenho de proposta para Alçado Nascente do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil…….102

Ilustração 42 - Desenho de proposta para Alçado Poente do Atelier Arqui III (Lisboa, Portugal), 2011, Mariana Gil…….102

## SUMÁRIO

**1. Introdução** ..... 16

**2. Recuperação do património arquitectónico** ..... 18

2.1. Conceitos de património, monumento e monumento histórico ..... 18

2.2. Prespectiva histórica da evolução das preocupações relativas à protecção do património ..... 25

2.3. As diferentes abordagens ..... 30

2.4. A actualidade ..... 33

**3. O Convento das Bernardas** ..... 46

3.1. Localização – caracterização e contextualização do Bairro da Madragoa ..... 46

3.2. A Ordem de Cister em Portugal, características da arquitectura e da arte ..... 52

3.3. Origem e características espaciais e vivenciais do edifício ..... 55

3.4. Percurso temporal do edifício ..... 63

**4. O projecto de recuperação** ..... 68

4.1. Justificação do projecto ..... 68

4.2. Fases do projecto ..... 75

4.2.1. Fachadas ..... 77

4.2.2. Acessos e circulações ..... 78

4.2.3. Claustro ..... 79

4.2.4. Espaço polivalente ..... 82

4.2.5. Espaço museológico ..... 83

4.2.6. Habitações ..... 85

4.3. A intervenção ..... 86

4.3.1. Plantas ..... 93

4.3.2. Cortes ..... 99

4.3.3. Alçados ..... 101

4.4. Análise / Discussão ..... 103

**5. Conclusão** ..... 110

**Bibliografia** ..... 114

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. INTRODUÇÃO AO TEMA

A presente dissertação visa a análise de um caso de recuperação de um imóvel de interesse público – O Convento das Bernardas, situado no Bairro da Madragoa em Lisboa.

A escolha do tema deve-se ao facto do gosto pessoal pela temática da habitação na recuperação de edifícios antigos. Após pesquisa sobre possíveis temas, descobri este edifício que me despertou especial interesse, dada a escassez de trabalhos e de informação existente. Debrucei-me sobre este tema e decidi abraçá-lo de forma a aprofundar mais o estudo deste edifício como entidade patrimonial, a sua evolução no tempo, o seu contexto sociocultural e espacial, bem como o relacionamento do tecido social com a intervenção feita ao imóvel.

No que diz respeito aos objectivos procurei perceber se o projecto de recuperação e reconversão do edifício do Convento das Bernardas se apoia ou aproxima de alguma corrente de recuperação, compreender se o projecto de recuperação se adaptou aos contextos socioculturais e histórico do edifício e ainda reflectir sobre a adequação do projecto ao programa proposto.

Em termos de estrutura da dissertação, esta divide-se em três capítulos. Após uma introdução, onde são explicados resumidamente os objectivos desta dissertação, passamos para a primeira parte do corpo do trabalho, onde se desenvolvem conceitos como os de património, monumento e monumento histórico, assim como as diferentes abordagens da conservação do património, numa perspectiva histórica até à actualidade.

Num segundo capítulo do trabalho procura-se compreender os contextos históricos, sociocultural e espaciais do Bairro da Madragoa, a origem, as características espaciais e vivênciais do edifício e ainda os seus diferentes usos no percurso temporal. Tratando-se de um espaço conventual pertencente à Ordem de Cister, torna-se necessária uma abordagem, ainda que sucinta, das características da arte e da arquitectura desta ordem religiosa em Portugal.

Numa terceira fase, e visto tratar-se de um projecto de recuperação, importa avaliar a necessidade do projecto, a sua estrutura, assim como as diferentes fases

preparatórias, a intervenção e o seu impacto local. Por último, importa tentar perceber se o projecto de reabilitação do convento se adequou ao programa proposto.

Foram utilizadas como metodologias a pesquisa em várias bibliotecas de referência, como a biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, a Biblioteca Municipal de Lisboa e ainda a Biblioteca de Belém, a biblioteca da Universidade Lusíada de Lisboa e a biblioteca da Faculdade de Arquitectura, em alguns arquivos como o arquivo fotográfico e o arquivo histórico da Camara Municipal de Lisboa. Assim como pesquisa no atelier responsável pela elaboração do projecto, e ainda a realização de algumas entrevistas a pessoas envolvidas, como foi o caso da Arquitecta Teresa Duarte que esteve envolvida em todo o processo da obra e ainda à Arquitecta Sofia Horta e Costa do atelier Arqui III, atelier responsável pela intervenção.

# 2. RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

## 2.1. CONCEITOS DE PATRIMÓNIO, MONUMENTO E MONUMENTO HISTÓRICO

Neste capítulo proponho-me fazer uma breve abordagem ao conceito de património, à evolução das preocupações relativas à sua protecção, bem como aos diferentes conceitos e abordagens mais significativas que até ao presente marcaram as intervenções ao nível da conservação e protecção do património.

Embora a noção de património, evoque um sentido que nos remete para uma memória, tal como refere Françoise Choay, autora do livro "A Alegoria do Património", este sentido nem sempre está enquadrado no âmbito da arquitectura. Património está geralmente associado a uma herança afectiva ou aos bens de família, pois na antiguidade estava ligado a "estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo" (Choay, 2006, p. 11). De uma forma geral, esta palavra surge sempre associada a uma noção de valor, singularidade, ou pertença, que se transmite de geração em geração. Ao longo dos tempos o conceito evoluiu, sendo que na actualidade se encontra associado a uma diversidade de bens materiais e imateriais.

A Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei nº107/2001 de 8 de Setembro, no seu artigo segundo, define o património cultural português como sendo constituído por:

> todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.

Podemos assim assumir, que enquanto herança, o património pode ser material ou imaterial, englobando um conjunto de crenças, memórias, costumes, rituais, religiões e comportamentos sociais, assim como uma diversidade de bens físicos. No fundo, tudo o que diz respeito à identidade e caracterização de um povo pode ser considerado património.

Este conceito engloba, por outro lado, não só obras decorrentes do acto humano, mas também sítios e paisagens de reconhecido valor estético, ecológico e memorial.

Património representa, desta forma, tudo aquilo que fomos construindo e herdando e que contribuiu para a formação da nossa memória colectiva. Assim, o património permite-nos obter conhecimentos sobre a história de um povo, devendo este assumir como seu principal dever/tarefa, o estudo, protecção, inventariação e recuperação desse património, por forma a impedir a sua destruição, deterioração ou perda e assim passar a herança que recebeu para as gerações vindouras, valorizando e divulgando o património cultural para que no futuro todos tenham acesso à sua fruição.

É ainda tarefa fundamental do Estado, como é referido no artigo terceiro da Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, "através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular". São ainda tarefas do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais "o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural". A preservação e protecção do património cultural de uma civilização tem como principais objectivos, segundo ainda a mesma lei,

> Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; Vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consistência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional; Promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; Defender a qualidade ambiental e paisagística.

O conceito de monumento, por outro lado, é algo mais físico e restrito. À raiz latina da palavra monumento está associado um sentido de algo que desperta a memória de uma forma emotiva. Assim, segundo Françoise Choay (2006, p.16), poder-se-ia chamar "monumento a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos, para se recordarem ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças".

Segundo a Enciclopédia Einaudi, que apresenta um volume intitulado "Memória - História", a noção de Documento-Monumento é abordada enquanto materiais da memória colectiva e da história. De acordo com esta abordagem, o que resiste ao passar do tempo não é o conjunto do que existiu no passado, mas sim "uma escolha

efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores" (Enciclopédia Einaudi, 1984). Desta forma, os materiais da memória podem ser de dois tipos: monumentos, herança do passado, ou documentos, escolha do historiador.

Focando-nos no monumento, a sua origem latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime a função essencial do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo monere significa "fazer recordar". Assim, podemos entender o monumento como um sinal do passado, tudo aquilo que pode relembrar o passado. Um monumento tem como principal característica o facto de se ligar ao poder de perpetuação, seja ela voluntária ou involuntária, das sociedades históricas, como um legado à memória colectiva.

A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira descreve Monumento como "obra de arquitectura ou de escultura feita para conservar a memória de alguma personagem ilustre ou de algum acontecimento notável; (…) Edifício imponente pela sua beleza, grandeza ou antiguidade; (…) Túmulo, mausoléu, sepulcro sumptuoso; (…) Memória ou recordação." (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1940, p.784).

Um Monumento é então, normalmente, uma peça arquitectónica ou artística erigida por uma determinada civilização numa determinada época, por motivos simbólicos, emblemáticos e/ou comemorativos, e que marcam a existência cultural ou histórica dessa mesma civilização. São construídos geralmente com dois objectivos, o de comemorar um acontecimento importante ou homenagear uma personagem ilustre, e simultaneamente criar uma estrutura que pelo facto de pertencer a um território o distingue de outros locais ou cidades. Monumento é mais do que uma estrutura de ordem funcional remetendo-nos, na maior parte das vezes, para um marco simbólico da história, um acontecimento ou alguém importante, transmitindo a quem o estuda, ou observa, uma imediata percepção do acontecimento em causa.

No entanto, existem igualmente estruturas funcionais, de âmbito habitacional, religioso, civil e militar, entre outros, que se tornam notáveis pela sua antiguidade, dimensão, significado histórico ou posição estratégica, considerando-se também como monumentos.

Para além do carácter simbólico, comemorativo e histórico, os Monumentos têm uma função referencial, como é o caso da Torre Eiffel ou do Mosteiro dos Jerónimos, que independentemente do seu significado, são efectivamente denunciadores do local onde se inserem. Desta forma, e mesmo sem termos estado em nenhum destes sítios conseguimos perceber e identificar o local a que pertencem. Os monumentos são elementos definidores e identificadores de características únicas que apresentam ao mundo a sua posição geográfica, singularidade e autenticidade, sejam elas de carácter material ou imaterial.

Ao monumento, presente em quase todas as sociedades, está associada uma função antropológica que constitui a sua própria essência. No entanto, ao longo dos tempos, foi-se desenvolvendo uma alteração do seu sentido original, passando este a estar ligado a valores arqueológicos, estéticos e de prestígio. Quatremére de Quincy, citado por Françoise Choay, afirma que "aplicada às obras da arquitectura", esta palavra "designa um edifício, quer construído para eternizar a recordação de coisas memoráveis, quer concebido, erguido ou disposto de forma a tornar-se num agente de embelezamento e magnificência das cidades" (Choay, 2006, p.17).

A partir do séc. XVII, os dicionários conferem ao termo Monumento uma conotação de poder, grandeza e beleza. A função de memória foi sendo progressivamente minimizada, sobretudo pelo conceito de arte que as sociedades ocidentais foram conferindo ao monumento. No Renascimento, o ideal de memória vai sendo substituído pelo ideal de beleza, por outro lado a imprensa e a difusão de imagens e da palavra escrita, teve um efeito ainda mais devastador sobre o conceito de memória, uma vez que toda a informação passa a estar acessível em casa a partir dos livros e das imagens gravadas que eles continham. O progresso das técnicas de representação visual, nomeadamente a invenção da fotografia que segundo Roland Barthes, (cit. Choay, 2006) possui o poder de actuar sobre os dois níveis da memória, o primeiro, de avalizar uma história e, o segundo, de fazer reviver um passado morto, tiveram uma importância determinante. Segundo o mesmo autor (Barthes, cit. Choay, 2006), a sociedade moderna renunciou ao monumento, sendo que a fotografia se tornou uma forma de monumento adaptado ao individualismo da nossa época.

Françoise Choay interroga-se se nestas condições os monumentos entendidos no sentido original do termo, ainda terão lugar nas sociedades ditas avançadas. Afirma ainda que:

> O monumento simbólico, erguido ex nihilo[1], para fins de rememoração já quase não existe nas nossas sociedades desenvolvidas. À medida que elas dispunham de mnemotecnias mais eficazes, deixaram pouco a pouco, de erguer monumentos e transferiram o fervor com que os rodeavam para os monumentos históricos (Choay, 2006, p. 21).

Segundo Françoise Choay (2006), o Monumento Histórico, surge pela primeira vez em Roma, no Quattrocento, por volta do ano de 1420, quando o papa Martinho V regressa definitivamente à cidade de Roma depois do exílio de Avinhão (1305-1307), e após o fim do Grande Cisma (1379-1417). Encontra uma cidade destruída, onde a antiga estrutura imperial tinha sido apagada pelos traçados de uma vila de peregrinação, e à qual deseja restituir o seu poder e prestígio. Os vestígios do passado revelavam-se então, pela primeira vez, com um distanciamento que lhes confere uma dimensão histórica, precursora do monumento histórico que somente três séculos mais tarde teria a sua consagração definitiva. Nesta altura surge uma nova ideologia, em que às antigas ruínas se atribui uma maior valorização histórica e artística, pois elas "confirmam o passado fabuloso de Roma" (Choay, 2006, p. 29). Para o reconhecimento desta dimensão concorreram duas atitudes características dos humanistas e dos artistas, que contribuíram para a criação da História enquanto disciplina, e da Arte enquanto actividade autónoma.

O monumento histórico, como caracteriza a autora Françoise Choay (2006), estabelece uma ligação com a memória viva e com a passagem e permanência destes bens materiais no tempo. Só a distância histórica permite que os monumentos adquiram este valor grandioso atribuído aos vestígios do Quattrocento e se consagrem deste modo em Monumentos Históricos.

A génese da expressão, Monumento Histórico, está ligada ao conceito de estudar e conservar um edifício pelo simples facto de ele representar um testemunho da História e ser por si próprio uma obra de arte.

Françoise Choay (2006) desenvolve a distinção observada em França entre Monumento e Monumento Histórico. A autora refere que quando o factor histórico é associado ao Monumento, pressupõe que o valor memorial é adquirido posteriormente. Ou seja, em vez de ser algo construído para manter viva a memória de uma sociedade ou acontecimento, é algo escolhido por uma sociedade, de entre um conjunto de obras, por representar valores que lhe conferem uma identidade

[1] Expressão latina, atribuída ao filósofo grego Parménides, que significa que *a partir do nada.*

própria. Ainda segundo a mesma autora, no contexto da Revolução Francesa são identificáveis três valores, que por caracterizarem uma determinada obra edificada, lhe conferem o estatuto de Monumento Histórico. São eles, o Valor Cognitivo, o Valor Económico e o Valor Artístico.

O primeiro valor, Valor Cognitivo ou educativo, remete-nos para o passado, permitindo a reconstrução da história, das sociedades, das formas de agir, da arte e da tecnologia utilizada na sua construção. Para além destes aspectos, Françoise Choay refere ainda que neste contexto é introduzida "uma pedagogia geral do civismo" (Choay, 2006, p. 98) levando os cidadãos através do conhecimento, da divulgação e da protecção dos monumentos históricos a um sentimento de orgulho dessa herança patrimonial, que virá a produzir efeitos no contexto de afirmação das nacionalidades.

O segundo valor será o Valor Económico onde se pode considerar o valor real dos edifícios e da sua possibilidade de recuperação e de reutilização para diferentes finalidades. É no século XVIII que se viram nascer os primeiros museus de cariz público, e que se acentua a anterior tendência de conhecimento dos monumentos e obras de arte da Antiguidade, passando as viagens a estar intimamente relacionadas com o património cultural. O primeiro guia do Grand Tour[2], é publicado em Londres em 1743, por Thomas Nugent, e nele se descrevem diversos itinerários, meios de transporte e de alojamento. Estas viagens destinadas à educação dos aristocratas tinham a duração de dois a três anos, pressupunham meios económicos avultados e conhecimentos só disponíveis para as elites culturais, que, para além do gosto pela cultura, passam também a desenvolver uma vasta actividade de coleccionismo associado aos vestígios artísticos e arqueológicos. Para além do já habitual destino de Itália passam a percorrer outros países em busca dos monumentos mais relevantes, trazendo assim um acréscimo económico e prestígio internacional às localidades que possuíam esses mesmos monumentos. Mais tarde, durante todo o século XIX, vai-se acentuar a anterior relação entre a viagem e o património cultural. No entanto, os destinos turísticos vão mudar, passando a antiguidade clássica a ser substituída pelo Médio Oriente e pelo Norte de África.

Por último, numa escala hierarquizada, Françoise Choay define o terceiro valor, o Valor Artístico, como sendo o menos relevante para a época pelo facto da apreciação

[2] Grand Tour

da arte, na altura, pertencer apenas a um público restrito e educado, sendo que "a noção de estética acabou de aparecer" (Choay, 2006, p. 99).

O vandalismo associado à Revolução Francesa de 1789 teve, apesar dos efeitos nefastos de destruição de bens patrimoniais, o mérito de ter despertado por parte de alguns intelectuais, herdeiros dos princípios do Iluminismo, a defesa no seio das comissões revolucionárias, do valor intrínseco e de memória que os monumentos continham, o que forçosamente, implicava a sua conservação como fonte de instrução e de deleite das massas populares.

Segundo Choay (2006), a expressão "Monumento Histórico" aparece em 1790, no contexto da Revolução Francesa, quando L. A. Millin escreve os seis volumes das "Antiguités nationales ou Recueil des monuments historiques en France". Mais tarde, em 1830, é consagrada por Guizot, quando este cria o posto de Inspector dos Monumentos Históricos, denotando a preocupação do Estado Francês em manter debaixo da sua tutela o encargo da preservação e restauro dos monumentos, que teriam de esperar até 1887, ano em que foi promulgada a primeira lei sobre os Monumentos Históricos, que viria a ter a sua forma definitiva em 1913. Entre 1840 e 1849, num espaço de nove anos e fruto do trabalho da Comissão dos Monumentos Históricos, mesmo que os critérios de selecção encerrassem imperativos pragmáticos e económicos de uma política de conservação e protecção, o número de monumentos classificados passa de 900 para 3000.

Como refere a autora Francisca Hernández Hernández no seu livro "El patrimonio cultural: la memoria recuperada", este modelo de tutela estatal sobre os monumentos generalizar-se-á e virá a tornar-se numa referência para a maioria dos países europeus, que virão a adoptar para a sua gestão um modelo sustentado por uma estrutura administrativa centralizada, burocrática e com uma visão fragmentada (Hernández, 2002, p. 213).

## 2.2. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DAS PREOCUPAÇÕES RELATIVAS À PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO

No capítulo anterior fez-se uma análise do significado de património, monumento e monumento histórico, tendo-se verificado que desde a consagração do termo Monumento Histórico, e com o despoletar da Revolução Francesa, se assistiu a um aumento das preocupações no que diz respeito à protecção do património e dos bens culturais. Por conseguinte, interessará perceber como evoluíram historicamente as preocupações relativas à protecção do património.

Através de testemunhos da antiguidade, tem-se o conhecimento do gosto de coleccionar objectos pelas suas qualidades intrínsecas, bem como de uma procura organizada desses objectos. Sabemos por isso, que as intervenções sobre aquilo a que actualmente apelidamos de monumentos, relacionava-se mais com a sacralidade do lugar e não com a edificação propriamente dita, podendo por isso essas intervenções resultar em demolições ou transformações radicais, pela apropriação de locais considerados de culto ou sagrados. Como refere a autora Françoise Choay (2006), para que possamos utilizar a noção de Monumento Histórico, temos de nos distanciar da história e sustentá-lo com um ordenado projecto de preservação.

No século XV, o Renascimento contava já com esse distanciamento histórico, tomando já consciência da ancestralidade clássica. Procuravam-se adoptar medidas para salvaguardar os indícios desse passado, os estilos foram sendo definidos, as épocas distinguidas e os monumentos, obras de arte e os vestígios arqueológicos foram classificados. Contudo, a função principal das medidas de preservação não era comparável às que hoje em dia se praticam, visto que a principal intenção era educativa, no sentido de perceber a história, enquanto na actualidade se prende maioritariamente com questões estéticas.

No período do Quattrocento, dá-se uma viragem da mentalidade em relação à protecção dos monumentos da antiguidade, em vez de permanecerem intocáveis estes passavam a ser preservados por intervenção do Homem. É neste contexto que a generalidade dos Papas foram definindo regras e conjuntos de princípios que apontavam no sentido da protecção do património, sendo Martinho V, Nicolau V, Pio II, alguns destes mentores.

No entanto, o Papa Leão XIII definiu ainda que a eliminação dos elementos posteriores à origem dos monumentos deveria iniciar-se, proporcionando-se desta forma que estas edificações não sofressem alterações.

O que se verificou, também nesta altura, foi que, como refere Françoise Choay, "os mesmos protagonistas que se descrevem e se mostram efectivamente tão empenhados na causa da conservação não participaram menos, com constância, lucidez e alegria, na devastação de Roma e das suas antiguidades" (Choay, 2006, p.47), utilizando os edifícios como pedreiras para a construção de novos edifícios, para a produção de cal e para a exploração de obras de arte através da exportação e do comércio, que alimentava o gosto dos coleccionadores de arte e antiquários.

Entre a segunda metade do século XVI e o segundo quartel do século XIX, seriam os antiquários os principais motores das tarefas de documentação e de conservação das antiguidades. Provenientes da média burguesia até à alta aristocracia, religiosos ou laicos, ociosos ou homens de trabalho, homens de letras ou de ciências, são eles que farão recair o estudo e a interpretação das antiguidades sobre os próprios objectos que, no seu entender, forneciam eles próprios uma informação mais fidedigna que os textos dos eruditos.

Para além do próprio gosto de coleccionar, estes homens elaboraram arquivos com descrições, gravuras e desenhos dos objectos que possuíam, aplicando um método de observação comparável ao das ciências naturais, para além de trocarem entre eles uma vasta correspondência. Consoante a especificidade das suas colecções, assim alguns se tornavam especialistas em algumas áreas. Montfaucon em "L'Antiguité expliquée et representée em figures" (1719-1724) propõe o inventário metódico de todos os géneros de Antiguidades e, em 1729, inicia a publicação dos seus "Monuments de la monarchie française", fazendo lembrar que, para além da «Bela Antiguidade», a pesquisa devia ser estendida aos «tempos intermédios», que estavam compreendidos entre o Reino de Teodósio e o século XV, onde os testemunhos da arquitectura religiosa cristã estavam indiscriminadamente reunidos sob a designação de Gótico.

Em França, o Gótico é admirado sob o aspecto construtivo e técnico, mas é desprezado do ponto de vista artístico. Contrariamente, para os ingleses o Gótico constitui um estilo nacional. Este facto deve-se em particular ao triunfo da Reforma e à penetração tardia do "estilo italiano" da arquitectura. Para os ingleses, o Gótico é um

estilo cujo valor histórico e artístico se opõe ao classicismo. Fruto deste gosto pelos monumentos góticos, os estudos sobre os mesmos foram mais numerosos e acolhidos por um público mais vasto que em França. A dimensão pública do interesse manifestado pelas antiguidades nacionais em Inglaterra potencia a criação de diversas sociedades de antiquários, a primeira das quais, fundada em 1585, sob a designação de "Society of Antiquarians of London" com o propósito de "fazer progredir e ilustrar a história e as antiguidades de Inglaterra" (Choay, 2006, p. 64). Foram eles igualmente que iniciaram o debate acerca do restauro dos monumentos históricos e sobre a natureza das suas intervenções.

Em França, a implementação da legislação de protecção dos monumentos, que na realidade pressupunha a prática efectiva do restauro, requeria o desempenho de profissionais com capacidades específicas para a realização dessas intervenções, que se encontravam a cargo dos arquitectos dos monumentos históricos.

Vitet e Mérimée foram os primeiros a notar os obstáculos que se apresentavam em relação à missão de restauro, resultantes da falta de conhecimento por parte dos arquitectos em matéria de construções medievais, à excepção de Inglaterra, ao antagonismo entre cidade e província e, por último, ao facto do trabalho de restauro não ser gratificante aos olhos dos próprios arquitectos. Estavam desta forma assentes as bases para o início do debate acerca da temática da conservação e do restauro.

Em Portugal, já existe uma preocupação relativamente à protecção de edifícios desde há vários séculos, designadamente dos edifícios militares onde se podiam verificar algumas medidas de protecção devido a razões estratégicas ligadas à defesa do território nacional. No entanto esta regra não se aplicava a todos os edifícios, por exemplo aos edifícios religiosos, como podemos verificar com o caso protagonizado por D. Afonso V, referido por Ramalho Ortigão em O *Culto da Arte em Portugal,*

> Affonso V escreve de Almada, em 1467, aos juízes, vereadores, procuradores e homens bons da cidade de Evora para que se permita a Sueiro Mendes levar duas pedras que estavam nos açougues, e que eram do antigo templo romano, para antipeitos das janelas de uma casa, que a esse tempo edificava. E porque as ditas pedras aproveitam pouco honde estam e em as ditas casas faram muito, e ainda é nobresa as cidades haverem em ellas bôas casas taes como as do dito Sueiro Mendes, e seu fundamento he as fazer par nós em ellas havermos de pousar, (…). (Ortigão, 2006, p. 21)

No século XVIII surgem as primeiras políticas de conservação e restauro. D. João V assina o alvará régio de 20 de Agosto de 1721, ano em que atribuiu à Real Academia

de História a tarefa de protecção dos bens nacionais e a criação de um instrumento legal que possibilitasse à referida Academia a continuação de uma política de protecção do património nacional e pela qual: "Hei por bem que d'aqui em deante nenhuma pessôa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo nem em parte, qualquer edifício que mostre ser d'aquelles tempos (…) ainda que em parte esteja arruinado" (Ortigão, 2006, p. 96).

A 4 de Fevereiro de 1802 um novo alvará designa que as funções até aqui atribuídas ao secretário da Real Academia de História passem a pertencer ao Bibliotecário Maior da Biblioteca Pública, competindo-lhe a correspondência com as câmaras de modo a zelar pelos monumentos da antiguidade e, a estas a responsabilidade de comunicarem os achados encontrados nas suas jurisdições administrativas. No entanto em Janeiro de 1844 o Bibliotecário-mor informava o ministro de que "infelizmente essa lei vigente tem sido até hoje letra morta, a tal ponto que até ignoram as suas disposições os próprios encarregados do seu cumprimento (…)" (Ortigão, 2006, p. 97) e propõe que se torne da responsabilidade dos governadores civis o cumprimento da lei.

Com a extinção das ordens religiosas, o Estado detinha a responsabilidade de salvaguardar os bens móveis e imóveis, mas com esta medida levantaram-se vários problemas, relativamente à alienação de bens imóveis a particulares, e a sua reutilização para diversos fins que não os originais, enquanto os bens móveis foram dispersos sem se saber o rumo da maior parte deles. No entanto foi neste período de transição que a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, fundada pelo arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, começou a exercer a sua influência para o restauro de qualidade, no qual surge uma inovação que passou por incorporar a fotografia e o modelo tridimensional no levantamento dos dados sobre o edifício a ser restaurado.

Em 1880 é solicitado à Associação que elabore um relatório onde conste a lista de edifícios que pudessem vir a ser classificados pelo Governo como monumentos nacionais. Desde esta altura e até ao fim da Monarquia Constitucional foram-se desenvolvendo alguns restauros a edifícios, tais como, a Sé de Coimbra e de Lisboa, o Castelo de Leiria, entre outros.

É no entanto, no século XX que a consciência da defesa, conservação e restauro dos monumentos se expande por todo o país. Com o regime Salazarista, surge a criação

da Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que procurava centralizar num só organismo todos os serviços de arquitectura e construção civil do estado, devolvendo aos monumentos "a pureza da sua traça primitiva" (Appleton, 1998, p. 54).

O pós-guerra trouxe novas preocupações no âmbito do património cultural, falava-se cada vez mais em "trechos urbanos" e "conjuntos arquitéctónicos", sendo que nos anos 60 se assiste a um despertar para novas perspectivas de intervenção na cidade, onde se reconhece a importância de uma perspectiva urbana que integra os aspectos socioeconómicos, culturais e ambientais nas intervenções da reabilitação. Em 1964, Portugal atinge um maior grau de internacionalização ao integrar organismos como a UNESCO, o ICOM e o ICOMOS, assistindo-se assim a uma nova fase do movimento português na salvaguarda do património cultural.

Com a revolução do 25 de Abril as questões sociais tomam proporções de maior importância e assiste-se à elaboração de leis de protecção patrimonial e de reabilitação urbana. Surgem programas como o PRID[3] lançado pelo Decreto-Lei nº 704/76, relançado em 1983 pelo Decreto-Lei nº 449/83, onde são por exemplo criadas linhas de crédito para financiamento da recuperação de imóveis habitacionais degradados. Em 1985 surge o PRU[4] que tem como objectivo apoiar financeiramente as autarquias locais para a reabilitação, sendo então criados gabinetes técnicos dirigidos para o lançamento e gestão de processos de reabilitação urbana. Em 1988, o PRU relança novos objectivos e é alargado também à renovação urbana, passando a chamar-se PRAUD[5]. Estes dois programas possibilitam o "surgimento de estruturas técnicas locais concentradas na problemática da reabilitação urbana o que permitiu uma adequada formação de técnicos e uma maior sensibilização dos autarcas" (Appleton, 1998, p. 41), visando o debate e a reflexão sobre estas temáticas, organizando encontros, congressos e seminários.

[3] Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados.
[4] Programa de Reabilitação Urbana.
[5] Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

## 2.3. AS DIFERENTES ABORDAGENS

Em Inglaterra, contrariamente ao caso francês, não é o Estado que se encarrega das tarefas de conservação e restauro, mas sim as diferentes sociedades constituídas em torno desta problemática, que vão iniciar, com meio século de avanço em relação ao caso francês, um debate acerca da protecção do património histórico.

Restauro conservativo ou intervencionista foram os dois pólos do debate que então se iniciaram em Inglaterra no século XVIII e que opunham Milner e J. Wyatt nas noções de valor nacional, qualidade e autenticidade *versus* transparência, simetria e unidade de estilo. Cinquenta anos mais tarde, Ruskin e Morris continuariam a travar o mesmo debate ideológico, desta vez contra as perspectivas de Gilbert Scott. Este debate iria espalhar-se por todo o continente europeu e consistia na oposição de duas doutrinas; uma intervencionista e predominante no conjunto dos países europeus, tendo como principal representante Viollet-le-Duc, a outra anti-intervencionista, característica em Inglaterra, tendo em Ruskin, o seu mais notório defensor.

O restauro estilístico de Viollet-le-Duc, o restauro histórico de Luca Beltrami, o restauro romântico ou anti-restauro de Ruskin, o culto moderno dos monumentos de Alois Riegl, o restauro moderno de Camille Boito, e Gustavo Giovannoni, apresentavam-se esquematicamente, segundo o arquitecto Miguel Tomé em textos escritos para a Universidade dos Açores, da seguinte forma:

**O Restauro estilístico – Viollet-le-Duc (1814 - 1879)**

O objectivo fundamental é o da transformação do edifício num monumento ideal de estilo unitário, sendo a sua forma original muitas vezes reconstituída e aperfeiçoada, no sentido de garantir a autenticidade da intervenção. Na prática é defendida a destruição de todos os acrescentos de épocas anteriores de modo a restituir o original. Esta atende à originalidade do estilo (valor histórico) e à unidade do estilo (valor de novidade), a veracidade do estilo mais que da matéria, pelo que a cópia tem o valor do original. É dada atenção aos aspectos funcionais e ao uso do monumento, à importância dada aos estudos prévios, como o levantamento gráfico, a investigação histórica e arqueológica, ao domínio das questões técnicas e construtivas, assim como ao papel dos novos materiais e tecnologias. Como afirma Viollet-le-Duc (Choay, 2006, p.131), “restaurar um edifício é restabelece-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento”.

**O Restauro histórico – Luca Beltrami (1854 - 1933)**

O objectivo fundamental é preservar o legado artístico e os valores figurativos do monumento, admitindo-se o restauro ou reconstrução, não "como deveria ter sido" mas, "como verdadeiramente foi". A reconstituição deve ser feita com base em provas documentais ou físicas, aceitando-se excepcionalmente a eliminação de partes que alterem o reconhecimento do monumento. Prevê-se ainda a substituição de materiais por outros idênticos.

**O Restauro romântico ou anti-restauro – John Ruskin (1819 - 1900)**

Segundo Ruskin, relativamente aos monumentos, "não nos é permitido tocar nos monumentos do passado", "nós não temos o mínimo direito de o fazer" (Choay, 2006, p.130). É assumida uma postura contemplativa limitada à manutenção e estrita conservação. Entende-se o monumento como signo insubstituível da actividade humana e, como tal, deve conservar-se a sua integridade de modo a que esta possa passar intacta, apenas com as marcas do tempo, para as gerações futuras. Defende-se a conservação da autenticidade do objecto histórico e é dada preferência à manutenção simples sobre o restauro, segundo Ruskin, a mais completa falsificação que um edifício pode sofrer. É dada importância ao valor da antiguidade e às marcas da acção do tempo na matéria, como garantia da individualidade do monumento. Distinguem-se três momentos de vida do monumento: o acto criador, a vivência e o momento da conservação. Defende-se que a intervenção não deve subtrair a obra da sua decadência e morte e valoriza-se a preservação do ambiente envolvente aos monumentos e a arquitectura anónima.

**O culto moderno dos monumentos – Alois Riegl (1858 - 1905)**

Para a síntese dos pontos de vista em debate, e contribuindo para a nova abordagem do restauro moderno proposto por Boito (1836 - 1914), é decisivo o contributo de Alois Riegl (1858 - 1905) que, pela sua experiência como conservador e pela tripla formação enquanto jurista, filósofo e historiador de arte, elaborou um trabalho reflexivo relativo ao conjunto das atitudes e dos comportamentos ligados à noção de monumento histórico. Assim Riegl defende três tipos de valores, o valor memorial, relacionado com o valor de antiguidade, com o valor histórico e com o valor de memória intencional. O valor de contemporaneidade, relacionado com o valor instrumental ou de uso, com o valor artístico relativo e com o valor de novidade. E por último os valores

incompatíveis, em que o valor de antiguidade se opõe aos valores de novidade e de uso.

**O Restauro moderno – Camille Boito (1836 – 1914)**

Boito propõe que se limite a intervenção ao mínimo necessário, evitando-se intervenções com o objectivo de atingir uma unidade de estilo. Defende a qualidade histórica e a salvaguarda da autenticidade documental, valorizando o edifício como algo que foi formado por acrescentos de várias épocas, assinalando desta forma a fractura entre história e a contemporaneidade. Como princípios de actuação defende-se a distinção entre as partes acrescentadas e originais, por simplificação formal e diferenciação de materiais, a documentação da intervenção, através da exposição das peças antigas retiradas, defende-se igualmente o relato textual e fotográfico das obras e a preservação das transformações dotadas de valor artístico e histórico, o respeito pelas marcas do tempo, pela patine e pelo estado pitoresco das ruínas e ainda a importância do uso do edifício para a sua salvaguarda. Defendem-se três modalidades de intervenção, o Restauro Arqueológico em relação aos monumentos da antiguidade, o Restauro Pictórico, nos monumentos medievais e o Restauro Arquitectónico no caso dos monumentos modernos.

**Gustavo Giovannoni (1873 – 1947)**

Segundo Françoise Choay (2006), Gustavo Giovannoni entende a cidade histórica como um monumento, quer pela sua estrutura topográfica, quer pelo seu aspecto paisagístico. Atribui-lhe um duplo valor, o primeiro de utilização e o segundo museológico, ao integrar a cidade histórica numa concepção geral de organização territorial, que até então era meramente uma figura museológica com objectos raros, frágeis e preciosos para a arte e a história, que deveriam ser retirados do circuito da vida.

## 2.4. A ACTUALIDADE

O entendimento actual é o de que as tarefas de conservação dizem respeito a todos, incluindo os governos, as organizações, o público em geral e, em particular, os que trabalham directamente sobre essa matéria, dos curadores aos conservadores, dos restauradores aos investigadores, dos arquitectos aos historiadores, passando pelos diferentes ramos da ciência, que estão relacionados com aspectos concretos que incidem na degradação/conservação das colecções e dos monumentos, até aos funcionários dos diferentes serviços e aos seguranças.

Importa para uma percepção abrangente do problema definir claramente quais as diferenças entre conservação e restauro, saber quais as tarefas de cada um dentro do esquema geral, o que pressupõe uma estrutura e uma programação organizada, conhecer exaustivamente as colecções e o meio onde elas se inserem e, por fim, uma correcta avaliação dos riscos que elas correm, no sentido de se poder programar uma adequada política de conservação preventiva.

Por conservação entende-se um conjunto de acções que tenham por objectivo prolongar pelo maior tempo possível a esperança de vida dos bens culturais. Ela incide apenas sobre a natureza, as causas e os efeitos de degradação. Consoante o âmbito de intervenção das acções de conservação, assim ela pode ser entendida como conservação curativa ou conservação preventiva. A conservação preventiva combate os factores de degradação, a conservação curativa trata os efeitos da degradação.

Por restauro entende-se o conjunto de acções que têm por finalidade restituir à peça a sua legibilidade original. A sua acção é directa e implica normalmente a remoção e substituição de partes do objecto, devendo ser efectuada em última instância e apenas quando a sua integridade e valor de singularidade estiverem seriamente em risco de destruição total. A conservação não deve portanto ser confundida com o restauro, visto os seus campos de incidência serem diferentes.

No seguimento das políticas de conservação desenvolvidas e aplicadas ao longo dos tempos para a protecção dos Monumentos Históricos, e continuando a sua evolução temporal, verifica-se que no início da década de 30, se realiza em Atenas a primeira *Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos*, de onde resulta o primeiro documento de âmbito internacional para a conservação do

património. Na publicação da *Carta de Atenas* são estabelecidas as regras de actuação no património. Como refere Françoise Choay, "esse acontecimento foi a ocasião para levantar a questão das relações entre os monumentos antigos e a cidade e de desenvolver a esse propósito ideias e propostas" (Choay, 2006, p. 143).

Todo este desenvolvimento internacional ao nível da salvaguarda do património tem também repercussões em Portugal, que nesta altura procurava preservar a malha urbana relevante para a ideologia nacionalista do Estado Novo. A DGEMN[6], criada no ano de 1929 era a entidade responsável pelas intervenções ao nível dos monumentos e em 1936 apropria-se de um instrumento legal semelhante às actuais zonas de protecção a monumentos, pelo Decreto-Lei n.º 26 611/1936, de 19 de Maio. Nos anos 40 do século XX, é publicada a Lei n.º 2030/1948 de 22 de Junho, que tinha como principal objectivo promover as expropriações e substituições de edifícios, tendo em vista o saneamento de áreas insalubres.

No seguimento da *Carta de Atenas*, surge em 1964 um novo documento, resultante de um segundo encontro internacional de arquitectos e técnicos de monumentos históricos, realizado em Veneza, a *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*, também chamada de *Carta de Veneza*. Esta carta surge no âmbito do aparecimento de diversas novas questões e problemas que foram sendo levantados pelo aumento dos conhecimentos e do espírito crítico de diversos documentos e entidades, com o ICOM[7], a UNESCO[8] e o ICCROM[9] que surgiram no meio deste "amplo movimento internacional" (Pinheiro, 2001, p. 11) após a elaboração da *Carta de Atenas*.

Como já foi acima referido, a tarefa da conservação e protecção dos bens patrimoniais de um país está agora ao cuidado de todos nós como povo, ou seja, a responsabilidade é não só dos governos mas também das autarquias locais e, em última instancia, está também a cargo de cada indivíduo. Desta forma a *Carta de Veneza* estabelece como essencial "que os princípios orientadores da conservação e do restauro de edifícios antigos sejam elaborados e acordados a nível internacional, ficando cada país responsável pela sua aplicação no âmbito específico do seu contexto cultural e das suas tradições" (Pinheiro, 2001, p. 11).

[6] Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
[7] Conselho Internacional dos Museus.
[8] Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
[9] Centro Internacional para o Estudo da Preservação e do Restauro do Património Cultural.

Como principais linhas orientadoras da *Carta de Veneza* (1964, cit. Pinheiro, 2001, p.11-12), ficaram definidos e aprovados pelo comité uma série de artigos, dos quais passo a citar os mais relevantes para o meu objecto de estudo:

> Art. 1 – O conceito de monumento histórico engloba não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico (…).
>
> Art. 3 – A conservação e o restauro dos monumentos tê como objectivo salvaguardar tanto a obra de arte como as respectivas evidências históricas.
>
> Art. 4 – Para a conservação dos monumentos é essencial que estes sejam sujeitos a operações regulares de manutenção.
>
> Art. 5 – A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios (…).
>
> Art. 6 - A conservação de um monumento implica a manutenção de um espaço envolvente devidamente proporcionado. Sempre que o espaço envolvente subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétrica e cromática.
>
> Art. 7 – Um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido. A remoção do todo ou de parte do monumento não deve ser permitida, excepto quando tal seja exigido para a conservação desse monumento ou por razões de grande interesse nacional ou internacional.
>
> Art. 8 – Os elementos de escultura, pintura ou decoração que façam parte integrante de um monumento apenas poderão ser removidos se essa for a única forma de garantir a sua preservação.
>
> Art. 11 – As contribuições válidas de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, dado que a unidade de estilo não é o objectivo que se pretende alcançar nos trabalhos de restauro. (…) a eliminação de alguns desses trabalhos posteriores apenas poderá ser justificada em circunstâncias excepcionais, quando o que for removido seja de pouco interesse e aquilo que se pretenda pôr a descoberto tenha grande valor histórico, arqueológico ou estético e o seu estado de conservação seja suficientemente bom para justificar uma acção desse tipo (…).
>
> Art. 13 – Não é permitida a realização de acrescentos que não respeitem todas as partes importantes do edifício, o equilíbrio da sua composição e a sua relação com o ambiente circundante.
>
> Art. 15 – (…) Devem ser asseguradas a manutenção das ruínas e tomadas medidas necessárias para garantir a conservação e a protecção dos elementos arquitectónicos e dos objectos descobertos. Para além disso, devem tomar-se todas as medidas que permitam facilitar a compreensão do monumento, sem distorcer o seu significado (…)

Mais tarde, em 1972, na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, é estabelecido que "cada um dos Estados Parte na presente convenção deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comité do Património Mundial, um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na lista" (Pinheiro, 2001, p.). Na lista do património mundial, o caso português conta com treze bens inscritos, designadamente, o centro histórico de Angra do Heroísmo nos Açores, o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém em Lisboa, o Mosteiro da Batalha e o Convento de Cristo em Tomar, inscritos em 1983, o centro histórico de Évora, em 1988, o Mosteiro de Alcobaça, em 1989, a Paisagem Cultural de Sintra, em 1995, o Centro Histórico do Porto, em 1996, os Sítios da Arte Rupestre Pré-Histórica do Vale do Côa, em 1998, a Floresta de Laurissilva da Ilha da Madeira, em 1999, o Centro Histórico de Guimarães e o Alto Douro Vinhateiro em 2001, e em 2004, a Paisagem Vinícola da Ilha do Pico.

Em Outubro de 1975, a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, elaborada em Amesterdão, marca um avanço em relação às anteriores preocupações ao incluir a protecção dos "nossos monumentos mais importantes, mas também … conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem." (Pinheiro, 2001, p.16).

No ano de 1987, a *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* veio complementar a *Carta de Veneza* de 1964 e a *Carta Europeia do Património Arquitectónico* de 1975. Estas cartas anteriores já haviam definido que o respeito e a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais deveria ser uma tarefa das sociedades internacionais, pois estes fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos em todos os países e por isso constituem a presença viva do passado. Este novo documento veio definir os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequados para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, favorecer a harmonia da vida individual e social assim como perpetuar o conjunto dos bens, mesmo os mais modestos, que constituem a memória da Humanidade.

No ano de 1994, em Nara no Japão, realizou-se uma outra reunião de especialistas de onde resultou o *Documento de Nara sobre Autenticidade*. Este documento vem completar também ele a carta de Veneza do ano de 1964, aumentando as

preocupações e interesses sobre a conservação do património cultural e diversidade patrimonial, e acrescentando mais um ponto importantíssimo sobre o exame da autenticidade de forma a respeitar os valores culturais e sociais de todas as sociedades no mundo contemporâneo. A diversidade cultural e patrimonial deve ser protegida pois ela representa de forma insubstituível a memória e a passagem das diversas civilizações pelo mundo. No entanto deve assegurar-se e reconhecer-se a legitimidade e a autenticidade destes valores culturais e patrimoniais.

Em 2000, surge a *Carta de Cracóvia*, (2000, cit. Pinheiro, 2001, p.109-112) onde ficam estabelecidos os princípios para a conservação e restauro do património construído. Esta carta vem complementar a *Carta de Veneza*, e embora actuando sobre os mesmos objectivos, com trinta e seis anos de intervalo, propõe princípios para a conservação e restauro do património edificado baseando-se em problemas mais actuais. Nesta carta são utilizados conceitos que pela sua importância valem a pena diferenciar e enunciar, foram eles, Património, Monumento, Autenticidade, Identidade, Conservação, Restauro e Projecto de restauro, termos que tendencialmente se acabam por simplificar e agrupar, mantendo, no entanto, cada um a sua especificidade.

Nesta lógica, ficaram definidos os critérios de intervenção que cada Estado deve adoptar nas tarefas da conservação e restauro do património construído. Passo a citar os pontos mais relevantes para o trabalho em causa e que ficaram estabelecidos pelo comité:

> 1. (…) A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, a renovação e a reabilitação. (…)
>
> 2. A manutenção e a reparação são uma parte fundamental do processo de conservação do património. (…) Há que informar, prever a possível degradação, e tomar medidas preventivas adequadas.
>
> 3. A conservação do património edificado é feita segundo o projecto de restauro, que inclui a estratégia para a sua conservação a longo prazo. Este “projecto de restauro” deverá basear-se numa gama de opções técnicas apropriadas e preparadas segundo um processo cognitivo que integre a recolha de informação e o conhecimento profundo do imóvel e/ou da sua localização. Este processo inclui o estado estrutural, análises gráficas, de volumetria, e a identificação do significado histórico, artístico e sociocultural. (…)
>
> 4. Deve evitar-se a reconstrução no “estilo do edifício” de partes inteiras do mesmo. (…).

> 5. Qualquer intervenção que afecte o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente, território e paisagem. (…).
>
> 6. O objectivo da conservação de edifícios históricos e monumentos, estando estes em contextos rurais ou urbanos, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com a sua configuração original. (…) As obras em edifícios históricos devem prestar tal atenção a todos os períodos históricos em presença.
>
> 8. (…) A intervenção consiste em referir sempre a cidade no seu conjunto morfológico, funcional e estrutural, como parte do território, do meio ambiente e da paisagem envolvente. Os edifícios que constituem as zonas históricas podem não representar por si um valor arquitectónico especial, mas devem ser salvaguardados como elementos do conjunto, pela sua unidade orgânica, dimensões particulares e características técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, insubstituíveis dentro de unidade orgânica da cidade.
>
> 12. A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e responsáveis. Caberá às comunidades estabelecer os métodos e estruturas apropriados para assegurar a participação verdadeira dos indivíduos e das instituições no processo de decisão.
>
> 13. A formação e a educação em questões de património cultural exigem a participação social e a sua integração dentro de sistemas de educação nacionais a todos os níveis. A complexidade de um projecto de restauro, ou de qualquer outra intervenção de conservação que implique aspectos históricos, técnicos, culturais e económicos requer a nomeação de um responsável bem formado e competente. (Pinheiro, 2001, p. 108)

No seguimento destas políticas de protecção, conservação e salvaguarda do património arquitectónico surge também a necessidade de analisar e restaurar as estruturas do acima referido património. Surge para este fim o ICOMOS[10] que cria um documento chave de *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico. E*ste documento tem como principal objectivo o diagnóstico e o restauro das estruturas estabelecendo-se para isso metodologias de análise racionais e métodos de intervenção apropriados ao contexto histórico e cultural das construções. Este documento é composto por duas partes, sendo a primeira sobre os princípios, onde os conceitos básicos sobre conservação são apresentados, e a segunda parte sobre o guião, onde se debatem as regras e metodologias que os projectistas devem seguir.

[10] Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico.

Como princípios, o Comité define alguns critérios gerais para a conservação, reforço e restauro do património arquitectónico, tais como:

> a abordagem multidisciplinar; (…) o valor de autenticidade não pode ser baseado em critérios fixos; (…) o valor de cada construção não está apenas na aparência de elementos isolados, mas também na integridade de todos os seus componentes como um produto único (…) destas forma, a remoção das estruturas internas mantendo apenas as fachadas não se adequa aos critérios de conservação; (…) possível alteração de uso deve tomar em consideração todas as exigências de conservação e de segurança; (…) a análise da informação histórica, identificação das causas de danos e degradações, selecção das acções de consolidação e controlo da eficácia das intervenções. (ICOMOS, 2001, p.7)

Ficam ainda definidos os parâmetros de investigação e diagnóstico, sendo que a equipa multidisciplinar deve trabalhar desde o início em conjunto, deverão ser analisados em primeiro lugar os dados e a informação e posteriormente estabelecido um plano de actividades. É fundamental que a compreensão do comportamento estrutural e que este seja avaliado, assim como as características dos materiais utilizados desde o estado original até ao momento presente, sendo ainda indispensável determinar a causa de degradação e dano nas estruturas. Todas estas tarefas contribuem para a elaboração do diagnóstico que é baseado em informação histórica, abordagens qualitativas e quantitativas, e que é elaborado antes de definir a estratégia de intervenção de restauro, conservação e consolidação das estruturas. Posteriormente ao diagnóstico é avaliada a segurança do estado actual da estrutura e é após esta avaliação que fica definida a decisão sobre a possível intervenção.

Ficou ainda definido nas *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico* que “Toda a informação adquirida, o diagnóstico (incluindo a avaliação de segurança) e qualquer decisão sobre a intervenção, devem ser descritos em detalhe num “Relatório de Avaliação” (ICOMOS, 2001, p.9). Nos princípios ficaram ainda estabelecidas as medidas de consolidação e controlo, nomeadamente que a intervenção deve ser dirigida à raiz do problema, ou seja, o projecto de intervenção deve ter por base a compreensão das acções que foram causa dos danos estruturais, a importância da manutenção enquanto tarefa essencial que evita posteriores intervenções, a escolha de técnicas “tradicionais” ou “inovadoras” deve ser tomada caso a caso com preferência sempre pela menos invasiva, deve haver especial cuidado na escolha dos materiais que devem ser compatíveis com os existentes e, fundamentalmente, “qualquer intervenção deve (…)

respeitar a concepção e as técnicas de construção originais, bem como o valor histórico da estrutura" (ICOMOS, 2001, p.9).

Na segunda parte das Recomendações do ICOMOS está o Guião das linhas orientadoras para a elaboração do relatório de avaliação e modo de intervenção. As seguintes linhas orientadoras são aquelas que considero de maior relevância para o âmbito do meu trabalho:

> O objectivo da investigação histórica é compreender a concepção e a importância da construção, as técnicas e a mão-de-obra utilizadas na sua execução, as alterações posteriores tanto na estrutura como na envolvente e quaisquer ocorrências que possam ter causado danos. (…) Deve ser prestada atenção especial a quaisquer danos, colapsos, reconstruções, acrescentos, alterações, trabalhos de restauro, modificações estruturais e quaisquer modificações no uso da construção que conduziram à sua condição presente. (…) A observação directa da estrutura é a fase essencial do estudo (…) os objectivos principais do levantamento incluem: identificar degradações e danos; determinar se os fenómenos estão ou não estabilizados; decidir se existe ou não risco imediato e, se necessário, definir medidas urgentes a serem tomadas; identificar quaisquer efeitos do meio ambiente sobre a construção. (…) É importante descobrir a influência do meio ambiente nos danos da construção, porque estes podem ser agravados pela deficiente concepção e/ou execução iniciais (…) pelo uso de materiais inadequados e pela deficiente manutenção subsequente; (…) A avaliação da segurança da construção deve ser baseada tanto em métodos qualitativos, como em métodos quantitativos que tenham em conta o efeito dos fenómenos envolvidos sobre o comportamento estrutural; (…) Quando é feita uma avaliação de segurança, é também necessário incluir alguma indicação, (…) da fiabilidade das hipóteses admitidas, dos resultados e do grau de precaução implícito nas medidas propostas; (…) Os regulamentos modernos e a prática profissional moderna adoptam uma abordagem conservadora (…) porém esta abordagem não é apropriada em estruturas históricas, em que as exigências para aumentar a resistência podem conduzir à perda de elementos estruturais ou a alterações na concepção original da estrutura. É preciso adoptar uma abordagem mais flexível e mais abrangente para as estruturas antigas, (…) e para preservar o princípio da intervenção mínima (ICOMOS, 2001, p. 11-13)

Verificamos que através das *Recomendações para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico*, elaboradas pelo comité do ICOMOS existem uma série de factores sobre a estrutura de determinada peça arquitectónica, nomeadamente, o conhecimento e análise da história, a abordagem qualitativa que é baseada numa comparação entre o estado actual da estrutura e o estado de estruturas semelhantes, a abordagem analítica, que utiliza métodos da análise estrutural moderna, com base em hipóteses e conclusões baseadas em cálculos matemáticos e a abordagem experimental, que consiste em ensaios específicos que permitem ao técnico responsável tomar uma decisão e elaborar assim o relatório de avaliação, "onde são claramente explicadas todas as considerações que conduziram à avaliação final e a

todas as decisões tomadas." (ICOMOS, 2001, p. 25). É também nas recomendações que ficam descritas as formas de intervenção, a causa dos danos estruturais e degradação dos materiais de cada método construtivo, assim como a construção em alvenaria e em terra, a construção em madeira, em ferro e aço e ainda em betão armado.

O caso de Portugal, segundo o prefácio da versão portuguesa das *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico* elaborado pelo ICOMOS, "teima em manter-se como um caso único na Europa, onde a reabilitação do património edificado possui uma expressão marginal no total do mercado da construção" (ICOMOS, 2001, p.5).

Resumidamente e sem me alongar numa descrição demasiado específica para o âmbito desta dissertação, passo a citar apenas a legislação principal sobre a defesa do património em Portugal, designadamente:

Através do Decreto-Lei nº 106/1992 de 1 de Junho, foi criado o IPPAR, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, como serviço destinado a promover a salvaguarda e a valorização de bens imóveis que, pelo seu valor histórico e arqueológico integrassem o património cultural do país. A criação do Instituto Português de Arqueologia, e consequente alteração nas funções atribuídas ao IPPAR, obriga a modificações na legislação, contempladas no Decreto-Lei nº 120/1997 de 16 de Maio, onde é criado o Instituto Português do Património Arquitectónico que tem como missão a salvaguarda e valorização de bens materiais e imóveis que, pelo seu valor histórico, artístico, cientifico, social e técnico, integrem o património arquitectónico do país.

A Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei nº 13/1985 de 6 de Julho, criada em 1985, sofre uma actualização em Setembro de 2001 e passa a Lei nº107/2001 de 8 de Setembro e, posteriormente, em 2009 volta a sofrer nova actualização, resultando no Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de Junho. No ponto 1 do seu artigo 1º "A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura." (Lei nº107/2001 de 8 de Setembro), a tarefa de transmissão da herança nacional através da salvaguarda e valorização do património cultural é tarefa fundamental do Estado, das Regiões Autónomas, das autarquias locais e, em última instancia, dever

de todos nós enquanto cidadãos. A Lei de Bases estabelece que todos os cidadãos têm o direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, tendo, no entanto, também o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural, contribuindo para que os bens permaneçam em território nacional, não permitindo a sua destruição, deterioração ou perda. Para que estas medidas sejam eficazes contribuem uma série de componentes, descritos no artigo 13º da presente lei, os quais passo a enumerar:

> a. Definição de orientações estratégicas para todas as áreas do património cultural; b. definição, através de planos, programas e directrizes, das prioridades de intervenção ao nível da conservação, recuperação, acrescentamento, investigação e divulgação do património cultural; c. Definição e mobilização dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários à consecução dos objectivos e das prioridades estabelecidas; d. Definição das relações e aplicação dos instrumentos de cooperação entre os diversos níveis de Administração Pública e desta com os principais detentores de bens culturais e com as populações; e. Definição dos modelos de articulação da política do património cultural com as demais políticas sectoriais; f. Definição de modelos de aproveitamento das tecnologias da informação e comunicação; g. Adopção de medidas de fomento à criação cultural. (Lei nº107/2001 de 8 de Setembro)

Para que os pontos acima descritos se executem, a Lei de Bases estabelece uma série de princípios aos quais a política do património cultural deve obedecer. Entre outros, os princípios gerais são a Inventariação, o Planeamento, a Coordenação, a Eficiência, a Inspecção e Prevenção, a Informação, a Equidade, a Responsabilidade e ainda a Cooperação. A legalidade da protecção dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação, sendo que a aplicação de medidas cautelares se inicia a partir do momento em que o bem cultural entra no processo de registo. Para o efeito são tidos em conta vários critérios de apreciação que ficam definidos no artigo 17º da Lei de Bases, nomeadamente, "o carácter matricial do bem; o génio do respectivo criador; o interesse do bem (…); o valor estético, técnico ou material (…); a concepção arquitectónica, urbanística e paisagística; a extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva; a importância do bem do ponto de vista da investigação histórica (…)" (Lei nº107/2001 de 8 de Setembro), entre outros.

Ficam ainda definidos na Lei nº107/2001 de 8 de Setembro todos os trâmites à classificação e inventariação, assim como as suas formas de protecção e responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções em património cultural, e consequentes sanções. O Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de Junho vem acrescentar a necessidade de elaboraçãode um relatório prévio, realizado por técnicos legalmente qualificados, relativo aos estudos, projectos das obras ou intervenções, bem como o

seu acompanhamento pela administração do património cultural, e a entrega de um relatório final. Desta forma, introduz-se um mecanismo de controlo prévio na realização de operações urbanísticas e evitam-se pareceres desfavoráveis sempre que possível em função do cumprimento das orientações de valorização e salvaguarda do património cultural. Assim "supre-se uma importante lacuna em relação ao registo e arquivo das técnicas, das metodologias e dos tratamentos utilizados ao longo do tempo na salvaguarda do património cultural." (Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de Junho).

No artigo 2º, ponto 1, são estabelecidos os princípios gerais aos quais os estudos, projectos, relatórios, obras e intervenções devem obedecer, nomeadamente, a prevenção, o planeamento, a gradualidade, a fiscalização e a informação (Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de Junho).

Sendo que é no relatório prévio que assentam todas as informações sobre a importância e a avaliação das obras ou intervenções em bens culturais, passo a enumerar os elementos que devem, segundo o Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de Junho, constar no acima referido relatório:

> a) Critérios que fundamentem as obras ou intervenções de reconstrução, ampliação, alteração e conservação propostas; b) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do imóvel, tendo em conta o grau de classificação ou interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta, designadamente o interesse histórico, arquitectónico, artístico, científico, social e técnico; c) Compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes; d) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas; e) Consequências das obras ou intervenções no património arqueológico; f) A utilização proposta para o imóvel; g) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas; h) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe do interior e do exterior.

Caso se justifique necessário, pode ser pedido um relatório intercalar, descrevendo os trabalhos efectuados, em curso e a realizar, fundamentando possíveis alterações, técnicas e metodologias e execução em relação ao previsto em relatório prévio. Por último deve ser realizado o relatório final, onde deve constar "a natureza das obras ou intervenções realizadas, os exames e análise efectuados, as técnicas, as metodologias, os materiais e tratamentos aplicados, bem como documentação gráfica, fotográfica, videográfica ou outra sobre o processo seguido e o respectivo resultado" (Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de Junho).

Outro documento que considerei para o âmbito desta dissertação foi a *Declaração de Princípios da Sociedade para a Preservação do Património Construído. Esta* entidade é de natureza científica e cultural, estando aberta à participação de qualquer interessado na preservação do património construído. Defende como princípios fundamentais o "primado do significado cultural e a exigência de serem seguidos princípios éticos em todas as intervenções que sobre ele sejam efectuadas" (Declaração de princípios da SPPC, ano, p.1). Define ainda que:

> 3. (…) as acções de conservação do património são actividades de grande complexidade que exigem avaliações e formas de actuação próprias e que devem ser concebidas de forma integrada e subordinada à aplicação de princípios teóricos que as devem orientar. (…) 4. (…) a conservação do património construído é uma disciplina autónoma, que faz apelo a outras áreas do conhecimento como as engenharias, a arquitectura, a história da arte, a arqueologia, a geologia, a informática, etc., mas que se rege por regras próprias. Esta interdisciplinaridade é uma noção básica e essencial à prossecução de acções correctas e eficazes. (…) 6. Considera-se que as técnicas e os materiais tradicionais são um património de valor intrínseco que importa preservar e que muitas vezes constituem as soluções mais apropriadas para a conservação do património (…) 7. A sociedade identifica-se com o princípio da interferência mínima, que se traduz na procura das intervenções de menos envergadura possível (…) e defende que qualquer intervenção seja realizada com respeito intransigente pela autenticidade, reconhecendo que este é um conceito multifacetado, ao qual estão ligadas noções de natureza estética, histórica, de tipos de materiais, de processos construtivos e de uso do espaço envolvente (…) 8. Considera-se que todas as intervenções no património cultural deverão ser adequadamente documentadas por respeito pela verdade histórica e como forma de garantir a transmissão do máximo de informação às gerações vindouras (…) 10. A Sociedade considera que a prevenção do património deve ser assumida como parte integrante do esforço colectivo para defesa da memória de um povo, assumindo que é sua obrigação contribuir para a preservação e transmissão às gerações futuras do património herdado. (Declaração de princípios da SPPC, ano, p. 1-2)

# 3. O CONVENTO DAS BERNARDAS

## 3.1. LOCALIZAÇÃO – CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO BAIRRO DA MADRAGOA

O Convento das Bernardas localiza-se na zona ocidental da cidade de Lisboa, no Bairro da Madragoa, "junto a um velho caminho utilizado como saída para oeste, na envolvente de um antigo santuário cristão datável dos séculos IV a VI" (Arqui III, sem data, p. 4). Este santuário visigótico de carácter religioso remete-nos para os primeiros indícios de ocupação desta zona, a que hoje em dia chamamos Bairro da Madragoa.

Quando Dom Afonso Henriques conquistou a cidade de Lisboa aos Mouros, mandou reedificar o templo destruído, dada à sua importância no local. As habitações que surgiram agregadas a esta Igreja foram posteriormente doadas por D. Sancho I aos Cavaleiros da Ordem de Santiago, onde mais tarde, se instalaram os familiares destes cavaleiros que aí se recolhiam. Esta zona ganha, desta forma, uma utilização de carácter monástico que se consagraria a partir do século XIII. No entanto, em meados do século XIV esta zona ainda se encontrava muito isolada e afastada da cidade de Lisboa. Neste local, uma população escassa, na ordem das centenas de homens, dedicava-se ao cultivo da terra, a actividades artesanais e proto-industriais, onde eram produzidos, sabão, cal e cerâmica.

Ainda segundo o mesmo autor, o grande impulso para o crescimento do bairro do Mocambo ou da Madragoa dá-se no princípio do século XVI, com a reconversão do Convento das Comendadeiras de Santos em Palácio Real, no início do reinado de D. Manuel I. Esta zona torna-se, pela proximidade ao Paço de Santos, pelos bons ares e amplas vistas sobre o rio, numa das zonas preferidas para a implantação de grandes casas senhoriais.

Apesar de não ser possível determinar, José Luís de Matos (Arqui III, sem data, p. 4) refere que os terrenos onde foi construído o primeiro núcleo do Bairro do Mocambo devam ter pertencido à data apenas a uma pessoa ou instituição, pois somente desta forma se conseguiria a aplicação de princípios urbanísticos renascentistas e de carácter ortogonal. São rasgadas paralelamente ao rio as ruas principais, como a Rua Direita da Esperança, Rua das Madres, Travessa do Pasteleiro, Calçada do Castelo Picão, Rua do Guarda-Mor, entre outras que eram condicionadas em alguns casos pelo acentuado declive dos terrenos, em outros casos pelos limites murados das

propriedades dos Duques de Aveiro e do Paço Real de Santos, e em outros, pelo traçado da actual Rua da Esperança. Este eixo viário, onde foram sendo construídos grande parte dos mais importantes edifícios da zona, faz parte da chamada "Via Horta Navia" (Arqui III, sem data, p. 4), trajecto que ao longo dos núcleos importantes da cidade de Lisboa, ligava as Portas de Santa Catarina, no Chiado, a Belém, passando pela Bica, Mocambo e Alcântara. É então, que neste contexto surgem no espaço definido e delimitado pelas propriedades senhoriais que tinham um carácter agrícola, zonas urbanizadas, e por arrastamento, a instalação de uma burguesia endinheirada e do povo que se ocuparia do trabalho no campo e de todos os serviços ligados ao bom funcionamento das casas senhoriais.

A proximidade ao rio, no entanto de acesso condicionado devido ao eixo da Rua da Esperança que dificultava a ligação com a praia, fez com que não só a agricultura se desenvolvesse mas também a pesca, a construção naval, a descarga dos géneros armazenados nas Tercenas de Santos e ainda a olaria que manteve o "funcionamento activo até ao século XIX, facto que revela nas decorações azulejares dos interiores das habitações do bairro, onde possivelmente terão sido fabricados e aplicados por operários naturais da Madragoa." (Tempero, 2010, p. 38).

O crescimento do urbanismo e o aumento populacional exponencial faz com que em 1566 seja ordenada a divisão da ampla Paróquia dos Mártires pela criação da Paróquia de Santos-o-Velho. Os anos seguintes prosseguem com a ininterrupta acção urbanística, seguindo o modelo inicial de preenchimento dos quarteirões.

Na segunda metade do século XVI e maioritariamente no segundo e terceiro quartel do século XVII, toda a cidade de Lisboa sofre uma forte expansão de casas religiosas, cujas cercas parecem estar ligadas numa espécie de cordão desde a Calçada do Combro até Alcântara. É neste contexto que as vastas propriedades senhoriais usadas na construção de quintas dão lugar, através de doações e vendas, a casas religiosas e cercas, que se instalarão no Bairro da Madragoa, como é o caso do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, da Esperança, do Convento dos Capuchinhos Franceses, do Mosteiro das Inglesinhas, do Mosteiro das Francesinhas, do Convento das Trinas do Mocambo, das Albertas e do Convento dos Marianos.

Em alguns casos, estas casas religiosas definem a malha urbana, visto que a população ia construindo as suas habitações em torno dos conventos e das igrejas, noutros casos são os próprios povoados que se abrem para a implementação de um

novo convento, que fica integrado nos bairros, como é o caso do Convento das Bernardas que se conjugou de uma forma intrínseca com o edifício pré-existente, onde funcionava um recolhimento de mulheres devotas que desejavam servir a Deus, ainda que sem invocação religiosa definida.

Após o terramoto de 1755, nos séculos XVIII e XIX, num segundo período de crescimento populacional, estas casas religiosas e respectivas cercas deram por sua vez lugar a amplas zonas urbanizadas que albergariam uma população abundante, como é o caso do Convento das Trinas, que apesar dos apelos e instruções dadas pelo Marquês de Pombal, loteia grande parte da sua cerca conventual, criando desta forma uma vasta zona urbanizada que ainda actualmente faz parte da imagem do bairro.

Várias alterações foram sendo consumadas e contribuíram naturalmente para uma modificação da estrutura do bairro. É o caso da criação de novos eixos, como a Rua do Conde de Vila Nova, actual Calçada do Marquês de Abrantes que irá alterar a parte baixa do bairro, cortando a cerca do Convento dos Frades Barbadinhos Franceses; os jardins do antigo Paço Real; o aterro criado no ano de 1850 que aumenta o já existente afastamento entre o bairro e o rio e que culmina com a construção das docas e da linha de caminho-de-ferro para Cascais; e ainda a abertura da Avenida D. Carlos I, no ano de 1889, que aparece em terrenos do Mosteiro da Esperança e que irá contribuir esta também para a modificação do continuo urbanístico entre a Madragoa e o Conde Barão.

O bairro desenvolve-se encontrando-se, por isso, edifícios representativos de diferentes soluções e estilos arquitectónicos, tais como, o Paço de Santos de carácter Manuelino, e o Palácio dos Duques de Aveiro de estilo renascentista. Contudo, o estilo que predominará será o estilo chão, “sóbrio e depurado, eminentemente utilitário” e ainda alguns edifícios vernaculares implantados em pequenos lotes. As formas barrocas aparecem no Palácio do Machadinho e no Palácio dos Marqueses de Abrantes, assim como no Chafariz da Esperança, um dos principais e mais importantes símbolos deste bairro, não só pelo valor patrimonial mas sobretudo como ponto referencial, onde a população se reunia para convívio, para abastecimento de água, onde se combinavam casamentos e também onde surgiam discussões e conflitos de forma espontânea.

É neste bairro que se localizam alguns dos monumentos mais emblemáticos da cidade de Lisboa, como sendo, o Chafariz da Esperança, Chafariz projectado pelo Arquitecto Carlos Mardel e que fica concluído no ano de 1768.

**Ilustração 1** - Chafariz da Esperança

O edifício seiscentista na rua Vicente Borga, 86-90, imóvel construído possivelmente na segunda metade do século XVII, seria originalmente, uma residência unifamiliar com características palacianas, no entanto foi muito modificado nos séculos posteriores.

O edifício seiscentista na Rua Vicente Borga, 77-81, bom exemplar de arquitectura corrente pré-pombalina, construído possivelmente nos séculos XVI/XVII.

**Ilustração 2** - Palácio Marquês de Abrantes

O Palácio Marquês de Abrantes, elegante exemplar de arquitectura palaciana de finais do século XVIII e produto de inúmeras transformações efectuadas ao longo da sua história. Inicialmente foi um núcleo conventual. De 1501 a 1578 foi Paço Real. Em 1692 é vendido a um antepassado dos Marqueses de Abrantes e muito remodelado. Em 1911 é comprado pelo Governo Francês para instalar a sua embaixada.

A Igreja de Santos-o-Velho, templo muito antigo reedificado por D. Afonso Henriques após a conquista de Lisboa em 1147. Dedicado aos três irmãos mártires, Júlia, Máxima e Veríssimo. Foi sendo sucessivamente reedificado, sofrendo grandes obras no século XVII. A traça actual é maioritariamente resultante das obras da segunda metade do século XIX.

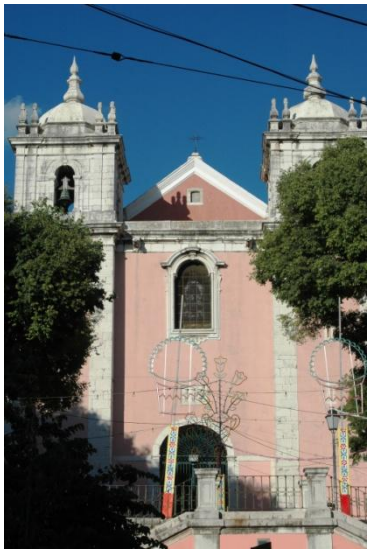


**Ilustração 3** - Igreja de Santos-O-Velho

O Palácio Condes de Murça, edifício de finais do século XVII sobre o qual pouco se sabe. Pertenceu aos Condes de Murça e Sabugosa. Hoje em dia muito descaracterizado sobretudo ao nível do piso térreo. Desde finais do século XIX até 1987 funcionou aí a Escola Industrial Fonseca Benevides.

**Ilustração 4** - Palácio dos Condes de Murça

O Convento dos Marianos, edifício que teve a sua obra iniciada em 1606 e terminada em 1611, onde se instalaram os carmelitas descalços da ordem reformada por Santa Teresa de Jesus. Ao convento foi dada a invocação de Nossa Senhora dos Remédios. Após 1834 a cerca do convento foi arrendada e depois vendida, tendo-se, em parte dela, instalado a Fábrica de Cerâmica Constância. As instalações conventuais foram usadas para os mais diversos fins. A Igreja é, desde 1898, sede da Igreja Evangélica Lusitana.

**Ilustração 5** - Convento dos Marianos

O Convento das Bernardas, edifício que começou por ser em 1653 um recolhimento de mulheres penitentes. Posteriormente transforma-se em convento das religiosas Recoletas da Ordem de Cister (ou de São Bernardo), sob a invocação de Nossa Senhora da Nazaré. Muito danificado pelo terramoto de 1755 foi rapidamente reconstruído. Após a morte da última freira foi comprado por particulares e transformado em colégio e residência de famílias pobres. A Igreja acolheu um cinema e posteriormente uma marcenaria.

**Ilustração 6** - Convento das Trinas do Mocambo

O Convento das Trinas do Mocambo, edifício fundado em 1657 e habitado por freiras reformadas da Ordem da Santíssima Trindade, sob a invocação de Nossa Senhora da Soledade. Após a extinção das ordens religiosas em 1834 e morte da última freira, o

convento vai ser sucessivamente transformado sendo entregue à Marinha em 1969.

O Palácio do Machadinho, edifício que pertenceu originalmente à família Eça de Faria. Na segunda metade de setecentos foi reconstruído por José Machado Pinto, advindo desse proprietário não só a designação do edifício como também de toda a artéria. Muito modificado no século XIX, sobretudo no que diz respeito aos interiores, foi adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa em 1948.

**Ilustração 7** - Palácio do Machadinho

A Casa de Mouzinho de Albuquerque, edifício construído na segunda metade do século XVIII, mas possivelmente só terminado já no século XIX. No primeiro andar viveu Mouzinho de Albuquerque.

**Ilustração 8** - Casa Mouzinho de Albuquerque

O Museu da Rádio, edifício construído no último terço do século XIX é, desde há muito, propriedade da RDE. Desde 1992 que aí funciona o Museu da Rádio.

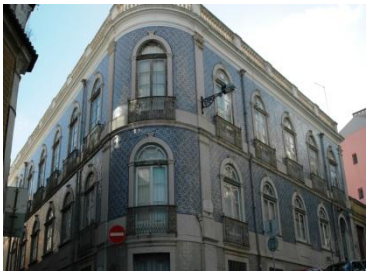


**Ilustração 9** - Museu da Rádio

O Edifício Arte Nova, projectado em 1905, pelo Arquitecto Júlio Machado, o imóvel é quase integralmente revestido a azulejos fabricados na Fábrica Constância.

E por último, o Cinema Cinearte, edifício projectado em 1938 pelo Arquitecto Rodrigues Lima.

**Ilustração 10 -** Cinema Cinearte

## 3.2. A ORDEM DE CISTER EM PORTUGAL, CARACTERÍSTICAS DA ARQUITECTURA E DA ARTE

"Muitas vezes se tem notado como é difícil alguém pronunciar-se com absoluta certeza acerca das origens da Ordem de Cister em Portugal." (Cocheril, 1959, p. 3).

A ordem de Cister foi fundada a 21 de Março de 1098, perto da cidade de Dijon em França, por um restrito grupo com cerca de 30 monges provenientes da Abadia de Molesme, dirigidos pelo abade Robert. Em oposição às directrizes seguidas pela ordem Beneditina, praticadas no mosteiro de Cluny, estes desviam-se, praticando votos de pobreza, castidade, obediência e de seguimento a Jesus Cristo como votos de baptismo. Após a ordem de Cister se estabelecer dá-se uma nova reforma, onde se passam a cumprir votos de pobreza, independência e auto-suficiência em que o cultivo dos próprios alimentos e os trabalhos manuais para venda, são características presentes. Também a dedicação aos estudos, o passeio e as longas horas de rezas dão origem a uma vida em torno da igreja. A caridade, a protecção dos poderosos e o auxílio a crianças órfãs estavam interditas, no entanto, segundo o mesmo autor, estas regras apenas começam a prosperar com a entrada de São Bernardo por volta do ano 1112.

É também com a entrada de São Bernardo para a ordem cisterciense que são reformuladas questões de organização dos espaços e mesmo arquitectónicas, como é o caso do aparecimento da planta tipo bernarda e ainda a expansão e afirmação por vários territórios por toda a Europa, incluindo Portugal, onde se constituíram inúmeros mosteiros. O desenvolvimento proveniente da entrada de São Bernardo para a ordem fez com que os religiosos de Cister passassem a ser conhecidos também por religiosos da ordem de São Bernardo ou mesmo por Bernardos.

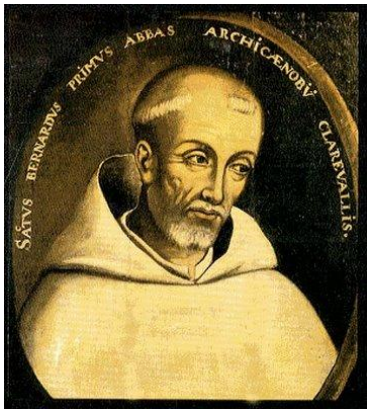



**Ilustração 11** - São Bernardo de Claraval

No que respeita à arquitectura torna-se agora fundamental definir o que se entende arquitectura cisterciense. Frei Maur Cocheril, abade cisterciense, explica em *Abadias Cistercienses Portuguesas*, que a arquitectura se baseia em elementos característicos "como as pilastras, a detenção das colunas que suportam cruzamentos de ogiva a

determinada altura acima do pavimento" (Cocheril, 1959, p. 23). No entanto o que une as igrejas cistercienses é a "austeridade e desnudamento levado ao extremo" (Cocheril, 1959, p. 23). Estas são também as características mais marcantes que nos chamam a atenção para os exemplares de arquitectura cisterciense, como refere Frei Maur Cocheril.

O facto de não haver duas abadias iguais, não anula as semelhanças entre os edifícios cistercienses, "Conhecer uma abadia cisterciense é, no essencial pelo menos, conhecê-las a todas. Penetrar numa abadia cisterciense é experimentar de cada vez a mesma ideia de simplicidade de linhas, de austeridade da decoração, mas nenhum desses edifícios é cópia de qualquer outro, pelo menos cópia servil" (1959, cit. Cocheril, 1959, p. 23). A funcionalidade sobrepõe-se à estética na arquitectura cisterciense. Por influência de S. Bernardo foi proibido, após a morte do Abade Estevão Harding, os vitrais coloridos assim como a ornamentação dos paramentos e a decoração das igrejas.

A racionalidade, a austeridade, a calma e a plenitude caracterizam e suscitam a admiração pelas igrejas da ordem de Cister até ao presente. Não deixam por isto, apesar do seu despojamento, de ser desinteressantes. O facto das igrejas cistercienses serem propositadamente desta forma, e o facto de transmitirem exactamente o pensamento espiritual e religioso da ordem, faz com que a arquitectura seja expressada de uma forma simples, directa e honesta. Como disse Corbusier, "Cada elemento da construção é aqui (em Cister) um valor criador de arquitectura. O conjunto, como o pormenor, são um… A luz e a sombra são os altifalantes desta arquitectura de verdade, de calma, de força…" (1956, cit. Cocheril, 1959, p. 24).

O melhor exemplo representativo da arquitectura cisterciense é a Abadia de Fontenay, fundada por São Bernardo no ano de 1118, situada numa floresta perto de Dijon.

Normalmente, nos mosteiros cistercienses a igreja é o edifício mais importante, o claustro é o centro da vida monástica e a partir do mesmo acede-se a todas as dependências dos monges. Os claustros são normalmente de forma quadrangular e com uma arcaria que resulta em uma galeria coberta. A sala do capítulo fica normalmente situada do lado Este do claustro no piso térreo, também de forma

**Ilustração 12 -** Abadia de Fontenay

quadrangular, sendo coberta por uma abóbada. Nos pisos acima ficam usualmente os dormitórios dos monges. O lavatório tinha no mosteiro uma grande importância, pois na Idade Média a água tinha uma simbologia especial, estando relacionada com a água do baptismo. O refeitório e a cozinha situavam-se por norma na ala oposta à da igreja. Havia ainda salas onde se faziam cópias de livros sagrados pelos monges copistas. No exterior a simplicidade também prevalecia, sendo proibidas as torres, com excepção para as que se destinavam aos sinos.

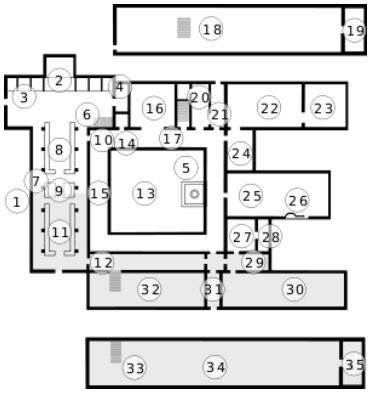


**Ilustração 13 -** Abadia de Fontenay

A ordem de Cister expande-se para a Península Ibérica ainda em vida de São Bernardo, estabelecendo-se em Portugal por volta do ano de 1140 com o Mosteiro de São João de Tarouca, primeira casa cisterciense em território português, ligado a Claraval. Só no século XIII surgiram os primeiros mosteiros cistercienses femininos em Portugal, “favorecidos e encorajados pelo rei D. Sancho I” (Jorge, 1999, p. 853) para que as suas filhas, Teresa, Sancha e Mafalda seguissem as regras religiosas, acabando por fundar Lorvão, Arouca e Celas respectivamente, como refere o autor Virgolino Ferreira Jorge.

No que diz respeito à implantação dos mosteiros cistercienses, e segundo ainda o mesmo autor, o local tem um significado primordial e uma interligação com o desenho e com a construção. “Isto é, o sítio determina a forma e o carácter da obra e exprime o modo de pensar a arquitectura.”. Segundo a legislação beneditina eram preferencialmente escolhidos locais “recônditos, florestados e abundantes em água, propícios à experiência mística e ao trabalho, no entanto a maioria das comunidades cistercienses femininas em Portugal, contrariando a regra beneditina, surgem “em zonas férteis e de grande beleza natural, mas próximas de povoações (Odivelas, Tavira, Portalegre, Mocambo, Xabregas, celas e Castris) ou relativamente abertas à circulação (Arouca, Cós e Almoster).” (Jorge, 1999, p. 856).

Apenas no século XVII, após um período de decadência, é fundado o Convento das Religiosas Bernardas Descalças da Invocação de Nossa Senhora da Nazaré, apelidado e conhecido por Convento das Bernardas.

## 3.3. ORIGEM E CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS E VIVENCIAIS DO EDIFÍCIO

A informação disponível no livro História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de lisboa, apesar de interessante disponibiliza uma informação escassa.

Na origem do edifício, segundo José Luís de Matos (Arqui III, sem data, p. 4), na época de navegações e quando as rigorosas regras de matrimónio, vínculos e títulos das famílias da nobreza eram preservadas ao extremo para a organização dos "morgadios aristocráticos", situação em que a herança da família ficava na totalidade para o filho varão, gerava instantaneamente viúvas, abandonadas e solteiras que eram postas à parte do sistema e da sociedade. Tendencialmente marginalizadas, estas uniam-se em grupos femininos, onde organizavam os seus espaços com as suas regras e liberdades, afastando-se da sociedade.

Surgiam deste modo, os "recolhimentos de senhoras" que se dedicavam à vida religiosa e que em muitos casos davam origem, mais tarde, a grandes conventos ou mosteiros, protegidos e administrados por ordens e congregações religiosas, uma vez que se tornava indispensável às recolhidas serem protegidas por forma material, com um local para viver, e espiritual, deste modo não eram vistas como alienadas da sociedade, mas sim como monjas submetidas à religião. Este fenómeno contribuía para que, de uma maneira mais fácil e rápida, as ordens religiosas se expandissem. É neste contexto que surge a génese da fundação do edifício do Convento das Bernardas, um recolhimento de mulheres penitentes e devotas que desejavam servir a Deus, sem invocação religiosa ainda definida.

Na altura, um padre de nome Frei Vivardo de Vasconcelos, abade do Convento de Nossa Senhora do Desterro, que era o único da religião de São Bernardo na cidade de Lisboa, tendo conhecimento deste recolhimento e do desejo expresso pelas devotas de servir a Deus, tentou em reunião que com elas teve a 1 de Setembro de 1653 motiva-las no sentido de se organizarem para transformarem o recolhimento num mosteiro para melhor servirem a Deus, no entanto, não ficou na altura definido qual a sua invocação religiosa. Nesta altura, e até ao ano de 1655, o recolhimento funcionou em algumas casas, que juntamente com os páteos e jardins, ocupariam sensivelmente o espaço onde hoje em dia se situa o Convento das Bernardas. Estas casas localizavam-se junto à Rua da Esperança e tinham páteos nos logradouros, "organizados numa plataforma artificial à altura de um segundo andar relativamente à

base dos edifícios da Rua da Esperança" (Arqui III, sem data, p. 4), pois o terreno tinha uma pendente muito acentuada. Mais tarde, e após as obras, seria o local onde surgiria o futuro claustro do convento.

Acontece que em Janeiro de 1654, o referido Padre Frei Vivardo de Vasconcelos, foi buscar ao Convento do Desterro um clérigo de nome Joseph Rolam que tinha sido capelão de D. Diogo Lobo, Prior Mor do Convento de Palmela da Ordem Militar de S. Tiago. Pelo dito clérigo, Joseph Rolam, Frei Vivardo, tomou conhecimento do desejo que o Prior tinha em fundar um Convento de monjas cistercienses. "seo amo dezejava muyto fundar hum mosteyro de monjas cirtersiences de obseervancia reformada e que a elle mesmo ordenara huns statutos e os deyxara já confirmados pella Sé Apostolica, com licença para a fundaçam do mosteyro"(Câmara Municipal de Lisboa, 1972, p. 444), notícia que deixara o padre frei Vivardo de Vasconcelos entusiasmado. Como é descrito no livro *Histórias dos Mosteiros Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, "grande foy o gosto e consolaçam que o Abbade Frey Vivardo recebeo com a tal noticia, e tendo entendido a vontade que as recolhidas mostraram de serem Religiosas sogeytandose aos statutos e regras que pera a ditta reforma tinha feyto o D. Prior, assim determinou dar principio ao que dezejava, procurando a licença d'El Rey D. Joam o IV…" (Câmara Municipal de Lisboa, 1972, p. 444). O Rei D. João IV não se mostrou favorável à referida pretensão do Padre Frei Vivardo, mas este não se deixou desanimar e continuou a enveredar esforços para obtenção da licença, desta vez junto da Rainha D. Luiza de Gusmão, que pelo facto de ser muito devota lhe manifestou todo o seu apoio.

Para a aceitação deste processo, foram precisos cerca de dez meses até o Rei finalmente assinar a licença para a fundação do mosteiro. Associado a este facto conta-se a história de um pretenso milagre, que sucedeu ao Rei D. João IV, aquando da aceitação da licença. "sentindo El Rey havia muytos dias huns formigeyros em hum braço, dos quaes tendo assinado com sua mam a licença ficou de todo livre, sem lhe turnarem a repetir." (Câmara Municipal de Lisboa, 1972, p. 445). Obtida a licença real, faltava ao padre para a conclusão do processo, a obtenção da licença por parte da Sé Apostólica, esta revelou-se igualmente complicada, contudo, acabou por ter uma resolução mais breve que a anterior.

Concluída a etapa de obtenção das licenças tratava-se agora de eleger uma fundadora para o convento. Para tal efeito foi escolhido do Mosteiro de Évora,

chamado de S. Bento, a Abadessa D. Antónia Muniz, que mudou o nome para Soror Antónia do Spirito Sancto, a qual, após o fecho do mosteiro à clausura em 6 de Janeiro de 1655, ocupou o primeiro cargo de Abadessa durante doze anos, seguindo-se D. Francisca de Vasconcellos que depois se passou a chamar Soror Francisca das Chagas, e mais tarde D. Maria de Almeyda que trocou o nome para Maria do Sacramento. Depois de eleita a Abadessa do Convento, dá-se então o fecho à clausura e a transformação em Convento, que muito bem funcionou por meio da Virgem Senhora da Nazaré, invocação da Igreja e do Convento.

Ainda segundo a mesma fonte, no ano de 1706, o número de monjas já tinha aumentado para quarenta e sete e ainda oito conversas, facto que contribuiu para a sobrelotação do Convento, pois as casas iniciais das devotas, que eram pequenas e estreitas, já não reuniam as condições e o espaço necessário à vida conventual. A sobrelotação aliada ao facto da fraca condição monetária do Convento, tornou necessário o recurso aos dotes das Religiosas, que valiam dois mil e quinhentos cruzados cada um, para suprir o custo das obras de ampliação, que à data já se encontravam em curso.

Começou por não ter um padroeiro, rendas ou terras, razão pela qual lhes foi necessário, para dar continuação às obras de ampliação do Convento, comprar as casas onde inicialmente viviam as recolhidas, que por serem pequenas, custaram apenas cinco mil cruzados. Estas despesas só foram pagas devido à caridade dos fiéis que deixavam esmolas, pois o Convento era muito pobre e como não tinha nem bens nem terras, não conseguia providenciar dinheiro para as despesas necessárias. Por isso o novo Convento foi construído muito lentamente, durante vários anos, durante “máximo de cinquenta” anos (Arqui III, sem data, p. 4). Teve como arquitecto principal João Antunes para a construção da igreja, paga pela rainha D. Catarina de Bragança, em 1696 faz-se entre António Pereira Rovasco e as freiras bernardas um contrato para a pintura de quatro painéis para a capela-mor do templo, por 120$000, contemplando cenas da vida de São Bento. Segundo uma descrição coeva, o convento possuía uma vasta igreja, com um coro de 57 cadeiras, uma ampla sala do capítulo ornada de talha, 6 grandes dormitórios e celas revestidos de azulejos. Após a grande destruição causada no edifício pelo terramoto a 1 de Novembro de 1755 o convento foi reconstruido pelo arquitecto italiano Giacomo Azzolini. Durante o século XVI e XVII, a zona ocidental de Lisboa, mais precisamente ao longo do rio, foi alvo de uma grande expansão urbanística tendo-se tornado numa zona preferida para a

construção das casas religiosas, que se foram estabelecendo ao longo deste território ribeirinho, o que em maior parte dos casos, não só pelas suas dimensões, mas também porque naturalmente os devotos se instalavam perto delas, acabavam assim por definir a malha urbana ou adaptar-se a ela, quando existente.

São exemplos desta expansão das casas religiosas em meados do século XVI conventos como o da "Esperança, São Bento, as Francesinhas, as Inglesinhas do Quelhas, as Bernardas, os Marianos e os discípulos de São João de Deus" (Arqui III, sem data, p. 4).

Segundo o atelier responsável pela intervenção no edifício, o Convento das Bernardas representa um caso em que o mosteiro se adapta à malha urbana existente, ora marcando "a imagem definitiva da estrutura do local, ora condicionando a malha urbana, ora adaptando-se a ela com alguma habilidade, como é o caso deste convento das bernardas, perfeitamente encaixado na ortogonalidade empírica do bairro do Mocambo, ou Madragoa." (Arqui III, sem data, p. 4).

**Características espaciais do Convento das Bernardas**

Nesta fase do trabalho, parece tornar-se necessário abordar o tema das características espaciais e usos históricos, de forma a apreender a memória dos espaços e assim balizar de uma forma mais precisa toda a intervenção sofrida pelo imóvel, como maneira de preservação da identidade patrimonial do local e do edifício.

Segundo José Luís de Matos, encarregue do estudo arqueológico ao Convento das Bernardas aquando das obras de reabilitação, onde é hoje em dia o Bairro da Madragoa, entre os séculos IV a VI existiu um santuário paleo-cristão e um "povoado tardo-romano", mais tarde destruído pelos árabes almorávides aquando da reconquista cristã de Lisboa. Ainda segundo o mesmo autor, antes do aparecimento do convento, na época medieval existiu na Madragoa um bairro de pescadores e, mais precisamente no local onde está implantado o Convento, as casas pós-medievais onde funcionou inicialmente o recolhimento de mulheres acima descrito. Destas épocas foram encontrados vestígios aquando das escavações no Convento das Bernardas, "romanos e árabes e mesmo estruturas de suporte da plataforma do "jardim" do "recolhimento". (Arqui III, sem data, p. 4).

O mesmo autor refere ainda que “múltiplas evidências e indícios apontam” a que a área ocupada pelo Convento das Bernardas pertence ao século XVII, e que posteriormente, o Convento foi vítima da destruição do terramoto que devastou grande parte da cidade de Lisboa, no ano de 1755. A fachada sul e a Igreja foram totalmente destruídas, no entanto permaneceram intactos, o claustro e a sua envolvente, a estrutura das paredes do exterior do edifício, os escadórios interiores, os corredores das celas, as cozinhas e parte da portaria.

A posterior reconstrução do edifício do Convento das Bernardas, irá ocupar a quase totalidade de um quarteirão, delimitado, a Sul pela Rua da Esperança do número 144 a 154, a Norte pela Rua Vicente Borga, a Nascente pela Calçada do Castelo Picão pelo número 1 ao 3C e a Poente pelas, Rua das Trinas e Calçada do Convento das Bernardas do número 8 ao 12.

Como exemplar de arquitectura de uma ordem religiosa, este Convento obedece aos padrões em vigor da época para as casas conventuais femininas, no entanto, existem dois aspectos particulares que o diferenciam espacialmente, nomeadamente, a sua posição num terreno de pendente muito acentuada o que faz com que a sua área total de implantação só surja a partir do terceiro piso, através de uma escadaria barroca reconstruída após o terramoto, piso este, onde fica situado o claustro, centro nevrálgico do Convento, bem como a adaptação e harmonização do edifício ampliado com o pré-existente, ainda hoje bem visível no corpo saliente da fachada sul.

Plantimetricamente, o edifício organiza-se dentro de um quadrilátero irregular, constituído pelas 4 alas que delimitam o antigo claustro, as 4 alas são paralelipípedos com coberturas a 2 águas articuladas nos ângulos. O alçado virado a Sul à R. da Esperança, organiza-se em 5 pisos e em 2 corpos delimitados por pilastras de cantaria. O acesso à porta principal - com moldura calcária e encimado por um relevo pétreo de forma rectangular, figurando a Virgem com o Menino ladeada por São Bento e São Bernardo, sobrepujado de cruz, situada no corpo Este, em plano destacado, é feito por meio de uma escadaria de 2 lanços rectos que se reúnem num pequeno patamar à altura do 2º piso. Neste piso rasgam-se janelas rectangulares de peito e de sacada. Um friso calcário separa o 2º piso, no corpo Este, dos 3 níveis seguintes, com as suas janelas rectangulares. No corpo Oeste, a mesma altura acima do friso apresenta um único nível, correspondente ao muro da igreja conventual, assinalada

com 3 janelões rectangulares. O conjunto do edifício é rematado em altura por uma cornija calcária destacada.

No interior é de destacar o claustro, quadrado, com alas de 5 arcos em asa de cesto descarregando em pilares de cantaria de secção quadrada, sendo as galerias cobertas por abóbadas de aresta. O desnível desde a entrada, que fica no 2º piso, até à cota da igreja e do claustro conventuais, que ficam no 3º piso, é vencido mediante uma larga escada em pedra de um único lanço recto (Vale & Gomes, 1994) Segundo o atelier responsável pela obra de reconstrução do Convento das Bernardas, como principais características construtivas do edifício existente temos essencialmente uma estrutura em alvenaria de pedra irregular com argamassa de cal e areia, o que dá origem a paredes de grande porte, tanto a nível estrutural como também a nível da espessura das próprias paredes. Apenas se verificou existir pedra emparelhada nos pilares da arcaria do claustro, no entanto os arcos são já de alvenaria de tijolo, "provavelmente ambaz". (Arqui III, sem data, p. 5). A nível estrutural, a separação entre os vários pisos superiores ao claustro, onde se localizavam as celas das freiras, são em vigas de madeira forradas a réguas de madeira. No piso do claustro e nos pisos inferiores, os pavimentos e coberturas funcionavam estruturalmente com abóbadas do mesmo tijolo dos pilares dos arcos do claustro, visíveis ainda à data do início dos trabalhos de recuperação do Convento.

Relativamente à organização espacial temos, na fachada sul, uma escadaria barroca que nos conduz à entrada do edifício. Devido à acentuada pendente do local, como já foi referido, existe de seguida uma nova escadaria que nos conduz à Igreja, reconstruída esta também após o terramoto, que corre paralela à rua, com acesso lateral, característica presente nos edifícios desta ordem religiosa. No entanto, não existe, como seria costume, uma ligação directa com a rua, que possibilitasse a entrada directa dos fiéis, pois a Igreja está ao nível do claustro que devido à acentuada pendente do terreno se situa no terceiro piso.

Em torno do claustro e a sul localizam-se, a igreja, o coro alto, a capela, a sacristia e a sala do capítulo. A cozinha e o refeitório ficam situados a norte e também estabelecem ligação com o claustro, denotando uma das características típicas das casas religiosas cistercienses.

Existe ainda, a nascente, uma sala de grandes dimensões com vãos abertos para o exterior, designadamente para a Calçada do Castelo Picão, que se julga ter servido

para armazenar mantimentos, pois o Convento não possuía terras de cultivo, como era costume, e as monjas viviam da caridade dos devotos que doavam alimentos.

No piso abaixo do claustro, existem igualmente salas com grandes dimensões, cujo uso inicial não se consegue determinar. Neste piso, são identificáveis habitações com acesso directo para a Calçada do Castelo Picão, que serviriam para arrendamento, como forma de suprir algumas das despesas do Convento. Abaixo deste piso, no piso térreo, existiam espaços destinados a lojas e armazéns, igualmente destinados ao arrendamento.

Nos pisos superiores ao claustro estavam então situadas as celas das freiras e os corredores que lhes davam acesso. Os corredores estavam situados do lado exterior e as celas do interior, viradas para o claustro, de forma a não permitir o contacto quer visual quer físico para o exterior do edifício. Nestes corredores existiam algumas das poucas fenestrações que conseguimos ainda hoje em dia observar nas fachadas do Convento, sendo estas colocadas num ponto mais alto que o normal, visto tratarem-se de meras entradas de luz, não permitindo o diálogo entre o ritmo profano da cidade e a quietude da clausura desta ordem religiosa, como explica a Arquitecta Teresa Duarte no documento escrito *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas*.

Após o terramoto foi, em todo o Convento das Bernardas, necessário proceder a novas estucagens das alvenarias e à colocação de azulejos pós-pombalinos, como é referido por José Luís de Matos.

**Características vivenciais do Convento das Bernardas**

A vida no convento era exigente e difícil, pois as monjas, como é referido nos textos, não tinham posses, dinheiro, ou terras para cultivar. Os alimentos são sempre os da Quaresma e só se comia carne quando alguém estava doente, recorrendo à caridade das pessoas, o que resultava nessas alturas em terem maior variedade alimentar. O resto das religiosas jejuava oito meses por ano. Os alimentos eram trazidos de fora do convento, para que as religiosas se pudessem alimentar, pois estavam resignadas à clausura e não podiam sair ou comunicar com o exterior excepto com os pais, irmãos e familiares muito chegados e sempre na presença de alguém, como explica a Arquitecta Teresa Duarte em *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas*.

As religiosas vestiam normalmente um hábito branco e uma cruz ao pescoço, o toucado era de pano de linho caseiro, assim como o véu e a toalha. Andavam descalças com alparcatas abertas e não era permitido o uso de roupa de linho.

As suas celas são o prolongamento da pobreza que se vê nas vestes, "nam há mays que huma barra com com humas taboas de pao, e em cima hum enxergam de palha, mantas d'estamenha, huma cruz de pão sancto, huma pia de agua benta de barro vidrado, hum escabelo de madeyra tosca, alguns livros spirituaes e huns instrumentos da penitencia…" (Câmara Municipal de Lisboa, 1972, p. 446).

Para além de todo o trabalho necessário à manutenção do convento, a vida das religiosas era passada essencialmente em orações e rezas. Fazem-se Matinas que têm início de madrugada e são obrigatórias. Existe ainda a reza *d'officio divino* que é muito demorada, e mais duas horas de oração mental diárias em comunidade, para além dos exercícios espirituais.

## 3.4. PERCURSO TEMPORAL DO EDIFÍCIO

O Convento das Religiosas Bernardas Descalças da invocação de Nossa Senhora da Nazaré, das "religiosas recoletas da Ordem de Cister ou de S. Bernardo, mais conhecidas pela designação popular de Bernardas" (Araújo, 1938, p. 21) foi fundado em 1655. O Convento teve diversas designações, tais como Abadia de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, Convento das Bernardas do Mocambo e Real Mosteiro da Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo. O terramoto de 1755 que arrasou a cidade de Lisboa, provocou um grau de destruição elevado no edifício do convento, o qual ficou visivelmente destruído, não havendo, no entanto, mortes a registar. As religiosas refugiaram-se no Convento da Esperança, quase vizinho, pois o estado de destruição em que o convento se encontrava era enorme, tornando impossível a permanência das religiosas no edifício. Estas mantiveram-se então acampadas no referido Convento da Esperança em condições precárias até ao dia 25 de Maio de 1756. Saindo daí, devido às condições de salubridade e higiene mínimas não estarem a ser asseguradas e porque as obras de reconstrução do convento ainda não estavam concluídas, a comunidade religiosa foi-se instalar numa quinta no Campo Pequeno, adquirida por D. José I para as acolher, a então Quinta dos Louros. Após as obras de reconstrução do Convento das Bernardas terminadas, em 1786, as religiosas puderam regressar ao convento, apesar da igreja não estar ainda concluída.

Mais tarde, após as ordens religiosas terem sido extintas em Portugal, por decreto a 8 de Maio de 1834, os conventos e mosteiros passaram a ser posse do estado, tendo na maioria dos casos sido adaptados, no meio urbano, em quartéis, hospitais e serviços públicos e no meio rural, em outras tipologias de ocupação, sendo que em muitos casos foram deixados ao abandono. O Convento das Bernardas não fugiu a essa regra, no entanto, por ser de monjas, continuou a funcionar por mais alguns anos, até à morte da última freira, como foi decretado na época. Em 1850 foi vendido em hasta pública a particulares, acabando por ter vários usos ao longo de quase dois séculos.

Os conventos, devido à sua morfologia diversificada e multi-celular, dispõem de grande flexibilidade para outros usos, não havendo necessidade de grandes alterações estruturais, para a sua reutilização como hospitais, quartéis entre outros, e mais recentemente pousadas, como refere o Professor Jorge Gaspar (Arqui III, sem data, p. 5).

Esta multiplicidade de usos possíveis por parte dos conventos fez com que o Convento das Bernardas chegasse a um estado de degradação profunda e visível descaracterização. No entanto "O convento das bernardas é um exemplo paradigmático desta permanência do essencial por baixo de todas as marcas que as vicissitudes do tempo e dos múltiplos usos lhe deixaram e desta aptidão natural a uma nova utilização." (Almeida, 2001, p. 271). Foi por isso, inicialmente transformado em vários colégios, pois a sua compartimentação era favorável à instalação de diversas salas de aula e dormitórios. Tendo tido particular destaque o Colégio Académico Lisbonense de Frederico Vilar, em 1893. Mais tarde, foi comprado por Joaquim Lopes Carreira de Melo que ali fundou o Colégio de Nossa Senhora da Conceição. E posteriormente existiu ainda um outro colégio, cujo nome não foi possível encontrar, bem como um liceu politécnico.

A criação de vários cineteatros em Lisboa fez com que em Junho de 1924, o empresário Santos Malafaia transformasse a antiga igreja do Convento das Bernardas num cine-teatro, o Cine-Esperança, bastante conhecido e frequentado pelos moradores do Bairro da Madragoa. Apesar do curto período de existência, este espaço ficou marcado na memória da população vizinha. As pinturas dos anos 20, de influência *Deco*, foram sendo mantidas assim como os altos-relevos de máscaras referentes à época do cineteatro até à data da recuperação do local, que permanecem ainda hoje.

Para além do cinema, neste cineteatro actuaram vários artistas, entre os quais a famosa fadista Hermínia Silva. Neste local instalaram-se ainda alguns teatros de amadores, ensaiou a filarmónica do bairro e serviu ainda de local para a preparação e ensaio da tão famosa marcha da Madragoa.

Terminada a fase da ocupação do cineteatro, este espaço acabou por dar lugar a outro tipo de usos, designadamente uma marcenaria, armazém depósito de mobiliário e mais tarde de depósito de lixo, acabando por ser completamente abandonado, tornando-se residência de ratos e pombos que conseguiam entrar pelos vidros partidos das janelas.

Nos pisos térreos surgiram as habituais tabernas e carvoarias que por último se foram transformando em bares e discotecas.

Em finais do século XIX, veio este espaço a ser convertido num enorme dormitório, onde uma numerosa população com precários recursos económicos se veio a instalar, tentando sobreviver nas piores condições de salubridade e higiene.

Consciente desta situação, em 1928 a Câmara Municipal de Lisboa, preocupada com as condições de habitabilidade desta população, avisa os proprietários "Carvalho e Dias Lda.", no sentido de se responsabilizarem e realizarem obras de recuperação no edifício, sob pena de demolição se não as formalizassem. "Um depoimento do presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, publicado no Diário de Notícias de 16 de Abril de 1933, diz que "é preciso acabar com aquilo. É um foco infeccioso. Há lá lepra. Os proprietários compraram aquilo para demolir, mas foi tal a algazarra e os empenhos dos pobres moradores, que, apesar da ordem judicial de despejo, eles não saíram. E coitados, para onde haviam de ir" (Santana, 1994, p.).

Posteriormente, como refere o documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas*, em Abril de 1934 foi adquirido por mais um particular abastado, Manuel Amaral Marques que pretendia lotear o terreno para a construção de edifícios de habitação como forma de rendimento. Com o despoletar das guerras mundiais deu-se início a uma época de grande escassez de matérias-primas e de materiais de construção assim como de meios financeiros, tendo-se tornado assim impossível a viabilização desta hipótese. No entanto, e como forma de rentabilização, o espaço continuou a ser fragmentado "em múltiplas habitações de reduzidas dimensões, tão reduzidas como exíguas eram as dimensões das celas das freiras." (Duarte, sem data, p. 3).

Alugaram-se as antigas celas como apartamentos para famílias carenciadas que muitas vezes nem tinham dinheiro para pagar as rendas, mas como consta que os proprietários eram pessoas caridosas, não colocavam os inquilinos fora das suas casas e estes iam assim ocupando e gradualmente apoderando-se destes espaços. O facto de as famílias serem extremamente numerosas e de viverem em condições de extrema pobreza, foi naturalmente contribuindo para a degradação do edifício. Acresce, que o aumento dos agregados familiares e a falta de espaço que as antigas celas do convento proporcionavam, fez com que gradualmente, cada família se fosse apropriando dos espaços contíguos de circulação do varandim sobre o claustro, bem como de outros espaços próximos.

O avançar dos anos e o uso indevido do espaço, devido ao aumento dos habitantes no Convento das Bernardas, fez com que o edifício chegasse a um estado de degradação muito pronunciado. Os danos causados ao edifício eram bastante visíveis e preocupantes, visto tratar-se de um imóvel com alguma relevância na malha urbana, tendo de facto mais tarde vindo a ser classificado como imóvel de interesse público. As queixas de más condições de habitabilidade por parte dos moradores não paravam de aumentar, sem que os proprietários, face às rendas baixas e em alguns casos inexistentes, tivessem meios para dar cumprimento à resolução que lhes tinha sido imposta pela Câmara Municipal.

Alheio ao processo de recuperação em que se envolviam a maior parte dos bairros históricos de Lisboa, como é o caso de Alfama, Mouraria e Castelo, entre outros, era cada vez mais visível o choque de realidades que acontecia entre o estado de degradação do Convento das Bernardas e a cidade de Lisboa.

Foi então que a Câmara Municipal de Lisboa comprou o imóvel com alguma facilidade, pois os proprietários estavam perante uma situação muito delicada, começando assim a abertura de um concurso público para a reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas. O atelier vencedor do projecto foi o Atelier Arqui III, tendo liderado este processo o arquitecto João de Almeida.

Como processo de negociação do realojamento, algumas famílias foram indemnizadas para sair. Às restantes foi-lhes atribuído, com base no número do agregado familiar e no espaço que a sua habitação ocupava no convento, uma quantia de dinheiro para que conseguissem durante as obras alugar casas no mesmo bairro, pois as crianças estavam em escolas ali perto e trabalhava muita gente ali mesmo, sendo que era impossível realoja-los em locais mais longe, como Chelas por exemplo.

Começaram assim os trabalhos de levantamento e demolição de tudo o que tinha sido acrescentado à estrutura original, mantendo-se desta forma a autenticidade do edifício existente, que estava profundamente alterado e danificado com a presença ao longo dos anos desta população que habitava no Convento das Bernardas.

Era impossível realojar todas as famílias que existiam no convento, pois elas viviam em condições inaceitáveis nos tempos que correm e para recuperar a forma original do convento tinham de ser removidos os acrescentos que tinham sido feitos ao longo dos anos pelos moradores para suportarem os seus agregados familiares. Estima-se

que existissem cerca de uma centena de agregados familiares a residir no convento pelo que só era possível realojar 34 no término das obras de reconversão e reabilitação do edifício. Foi então dado a escolher às famílias que decidissem se queriam permanecer no convento e enquanto decorriam as obras, alugarem uma casa, financiada esta pela câmara que pagava não só a renda como inclusivamente todas as despesas como águas, gás, electricidade e telefone, ou que escolhessem outro sítio para morar e eram então indemnizadas com dinheiro que em maior parte dos casos era suficiente para uma boa entrada numa casa nova. No entanto, é explicado no documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas*, que houve pouco acompanhamento a estas famílias que foram indemnizadas e que muitas gastaram o dinheiro sem saber geri-lo e acabaram por não ficar nem com casa no convento nem em outro lugar.

# 4. O PROJECTO DE RECUPERAÇÃO

## 4.1. JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO

De tudo o que foi referido anteriormente, depreende-se a urgência e a necessidade de se garantir uma qualquer forma de intervenção que pusesse termo à situação anteriormente relatada. Assim, a Câmara Municipal tomou todas as diligências necessárias à concretização de um concurso que visasse a recuperação e reabilitação deste espaço. Para além da necessidade de resolução do problema habitacional, havia ainda a preocupação de dotar o edifício de novos usos.

> A intervenção prevista visa essencialmente dar resposta às necessidades sentidas no bairro ao nível do equipamento sociocultural, bem como criar um pólo de desenvolvimento que seja um catalisador da melhoria das condições ambientais e sociais para a população residente, quer no conjunto, quer na área envolvente. (Revista de Arquitectura, 2000, p. 64)

Os bairros históricos têm um papel preponderante na cidade de Lisboa pela sua diversidade social, funcional, cultural, histórica e vivencial. Distinguem-nos as tradições muito próprias, as festas, os cantos e os moradores que são vizinhos no que toca à raiz da palavra, entreajudam-se, conhecem-se, são solidários e têm a percepção de que o bairro lhes pertence.

Filipe Mário Lopes, Arquitecto e Director Municipal de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, em textos escritos nas actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, realizado no Auditório Municipal de Oeiras, sobre reabilitação urbana, ressalta o facto de, com as lutas urbanas dos pós 25 de Abril, terem surgido nos bairros históricos movimentos de reivindicação por parte da população residente, no que diz respeito à melhoria das condições de vida nos seus bairros, mais precisamente nos bairros de Alfama e Mouraria.

Os bairros históricos são organismos vivos que contribuem para a identidade da cidade. No entanto, estavam nesta época esquecidos, empobrecidos, em perda de vitalidade económica pela saída de actividades, e degradados por falta de conservação e por não terem acompanhado o desenvolvimento urbano, que foi substituindo os bairros históricos por novos espaços urbanos, já condicionados pelas directivas camarárias no que diz respeito à construção de novas habitações.

No entanto, “Os bairros da reabilitação urbana têm valores e uma identidade que importa preservar. A manutenção da população, portadora desses valores, é, assim, essencial.” (Lopes, 1997, p. 41).

Esta preservação e manutenção da população e a estima pelos bairros históricos é fundamental, pois é necessário que se compreenda que sem moradores não existem centros históricos, os serviços e a economia local deixam de existir, pondo em causa, desta forma, a durabilidade e a continuidade cultural que lhes é intrínseca. “É necessário pôr estes bairros na modernidade, sem fazer deles museus, respeitando a identidade e sem perturbar as realidades e os homens.” (Lopes, 1997, p. 41).

Na sequência destes acontecimentos e do entendimento de que os bairros históricos têm um papel fundamental na percepção do que é a cidade, surge a intenção de melhorar as habitações, fazer evoluir, e manter a população, que transporta com ela uma identidade cultural, tradições, assim como valores muito próprios, profundamente enraizados.

Em resposta aos movimentos de reivindicação das populações dos bairros históricos e na sequência do manifesto “Alfama – morte ou recuperação” (Lopes, 1997, p. 39), surgem, criados pela Câmara Municipal, gabinetes em Alfama e na Mouraria no final dos anos 80, com intuito de compreender e traçar uma imagem das necessidades sentidas pelas populações, sendo que rapidamente se apercebem de que era necessário colocar ao dispor meios, ferramentas e competências para intervir no edificado.

No início da década de 90, a Câmara Municipal de Lisboa leva a cabo uma nova política. A reabilitação, e em alguns casos a reconversão dos próprios espaços, de alguns edifícios com significante valor patrimonial passa a actuar “como eixo estratégico da gestão urbana” (Lopes, 1997, p. 39). A DMRU – Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, passa a substituir, na sua área de intervenção, grande parte dos serviços – “funcionamento integrado” (Lopes, 1997, p. 39) e os bairros a intervir aumentam. Segundo Filipe Mário Lopes, passam a atingir 55 000 habitantes e 26 000 alojamentos, as verbas de financiamento passam de 400 000 contos a 2 milhões de contos e o número de técnicos aumenta de 70 em 1989 para 320 em 1993.

Os edifícios que, pela sua função, monumentalidade, ou pelo seu valor histórico, criam fortes relações com os moradores e mesmo com os visitantes, actuando como

geradores de sinergias e muitas vezes de chamarizes dos Bairros Históricos de Lisboa, serão os escolhidos para intervenções de maior escala.

Como descreve a responsável pela coordenação da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas, a Arquitecta Teresa Duarte, do Pelouro da Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, foram lançados vários projectos de maior dimensão dos que os pontuais até à data realizados, nos bairros históricos de Lisboa de forma a criar em cada bairro "um pólo potencializador de sinergias com as comunidades locais e as instituições, públicas e privadas".

A intenção, dada a dimensão da proposta da Câmara Municipal, era recorrer-se a financiamentos nacionais e a fundos comunitários que tornassem possível a concretização destes projectos que tinham como principais metas, promover uma melhoria nas condições de vida dos habitantes destes bairros, assim como a revitalização das actividades económicas e a criação de equipamentos em falta.

A reabilitação trazia vantagens aos bairros históricos, não só por devolver aos moradores, ao comércio, e à cultura, o edificado que por diversas razões possuía um valor intrínseco, mas também por potenciar a criação de um mercado de trabalho, gerador de novas oportunidades de emprego, essenciais para a absorção dos desempregados locais. Para além do facto de a própria obra de recuperação poder, ainda que temporariamente, amenizar a situação de carência de emprego, absorvendo alguma mão-de-obra na construção civil. Estima-se, como refere Filipe Mário Lopes, que se tenha proporcionado entre 1000 a 1200 empregos directos.

A reabilitação das habitações e de edifícios com valor patrimonial tem enorme impacto na vida dos bairros pois leva a que se apoiem novamente "as colectividades locais, as festas, a valorização dos vestígios do passado." (Lopes, 1997, p. 43).

A partir de 1994, não só as habitações foram alvo de reabilitação, como também surgiram novos equipamentos adaptados em edifícios existentes.

Foram incluídos, à data, cinco projectos integrados como meio de reforço às actividades e equipamentos culturais e económicos. O propósito seria que em cada bairro, estes projectos servissem para potenciar futuramente novos investimentos que se tornariam um importante motor para a dinamização posterior da vida económica, cultural e social dessas populações. Foi procurado, como metodologia, agrupar vários

parceiros de forma a proporcionar uma intervenção mais profunda e integrada. Para a gestão destes novos espaços sociais e culturais, e como forma de garantir o cumprimento das funções para as quais foram criados bem como do seu financiamento continuado, foi criada uma empresa municipal, EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa.

Os projectos integrados foram o Projecto Integrado do Palácio Marim Olhão, do Teatro Taborda, do Recinto da Feira, do Castelo e do Convento das Bernardas. O Palácio Marim Olhão encontra-se situado na Calçada do Combro, onde seriam instaladas oficinas de restauro de antiguidades, servindo de apoio aos antiquários.

**Ilustração 14** - Palácio Marim Olhão

O Projecto Integrado do Teatro Taborda, situado na Mouraria, receberia um centro cultural para a população do bairro e proporcionaria espectáculos para toda a cidade, e ainda um parque de estacionamento de 200 lugares debaixo de um espaço verde. O Projecto integrado do Recinto da Praia, acolheria um núcleo de Fado e Guitarra Portuguesa com um auditório, Fadoteca, escola de guitarra e ainda uma oficina de construção e restauro de guitarras.

**Ilustração 15 -** Teatro Taborda

O Projecto Integrado do Castelo, abrangia duas áreas de intervenção, a área monumental e a área habitacional. O programa consistia em valorizar toda a freguesia do Castelo, ligando as duas partes da freguesia, fazendo com que o fluxo de visitantes pudesse atravessar a área habitada, usufruindo dela, animando-a e assim revitalizando uma diversidade de actividades relacionadas. Na zona monumental previu-se a valorização cultural, preparando-se o castelo para poder ser palco de espectáculos de música, ballet e teatro. Estava previsto também um

**Ilustração 16** - Castelo de São Jorge

parque de estacionamento subterrâneo com capacidade para 250 viaturas. Foi também acordado com a Carris que haveria um percurso de eléctrico pela colina do Castelo.

Por último, o Projecto Integrado do Convento das Bernardas, na Madragoa, que acolheria equipamentos locais com um núcleo dedicado às Marchas e às Festas. Este projecto revelou-se de grande importância para os moradores do bairro por se tratar de um edifício com o qual os moradores do bairro, ao longo de várias gerações mantiveram o contacto, tanto na época do famoso cine-esperança, um cineteatro que funcionava no interior da transformada Igreja do convento, tanto através das famílias que se apoderaram do convento e lá ergueram as suas casas e que de uma maneira ou de outra mantinham ligações com o edifício.

**Ilustração 17 -** Convento das Bernardas

Apesar da extrema degradação e mau estado geral de conservação do edifício do Convento das Bernardas, o seu significado histórico-social não oferecia dúvidas quanto à necessidade da sua reabilitação, dada a possibilidade deste se tornar uma referência e um ponto de interesse do bairro histórico da Madragoa. Também, a Rua da Esperança, importante eixo comercial e de ligação entre Santos e Alcântara e que fazia parte da antiga via que ligava as encostas do Castelo a Belém, estava parcialmente interrompida dado o impacto negativo da presença do convento, efeito este que terá começado após a extinção das ordens religiosas, com a consequente quebra tanto a nível de equipamentos e serviços bem como a nível de condições de salubridade, higiene e segurança.

Ocupado por uma população de fracos recursos económicos, o convento foi-se degradando, tanto construtiva como espacialmente. As famílias residentes ocuparam sem critério o edifício, construindo as suas casas no interior do convento, fragmentando, desconstruindo e descaracterizando a identidade do edifício. De uma forma geral a cobertura estava em muito mau estado e em alguns locais era mesmo inexistente o que permitia a entrada de água que ao infiltrar-se pelas paredes as

degradou, deixando-as em muito mau estado de conservação, afectando assim toda a estrutura do edifício. Ao nível dos pavimentos também era notório um grande desgaste das pedras e madeiramentos.

Após se ter definido que o Convento das Bernardas faria parte do programa de projectos integrados, era altura de se procurar financiamentos. Foi neste âmbito que em 1993 foi elaborada a primeira versão do programa, uma declaração de intenções, como é explicado no documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas*, para apresentar à Associação *Quartiers en Crise* com vista a possíveis financiamentos. Viabilizaram-se as obras através de financiamentos nacionais e da União Europeia, designadamente através do Programa IORU – Intervenção Operacional Renovação Urbana, que financiou 75% do investimento nas áreas dos equipamentos e comércio, o que significou uma comparticipação no valor de 2.237.148€, o PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, que financiou 25% do investimento da autarquia nas áreas de equipamento, o que correspondeu a uma comparticipação de 498.797€. e ainda o REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, que financiou 32.32% do investimento na habitação, o que resultou numa comparticipação de 394.050€. Seguidamente, o programa foi desenvolvido em parceria entre o Gabinete Local da Madragoa e a Divisão de Projectos Integrados e Acções Especiais, no âmbito da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, é descrito ainda na mesma fonte.

Também e segundo a mesma fonte, no ano de 1994, foi levado a cabo um concurso para elaboração do projecto de arquitectura e do projecto de especialidades, supervisionado pela EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, acima descrita, criada para realizar a gestão deste tipo de equipamentos.

Em meados de 1998, as obras de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas foram aprovadas por um conjunto de financiamentos e foi então criado o grupo de trabalho, pela DMRU, com competências para a montagem da operação e acompanhamento directo na obra, através da instalação de um gabinete no estaleiro da obra. Este grupo era composto por uma coordenadora, uma técnica de serviço social, uma jurista, uma funcionária administrativa, um historiador, uma socióloga, e um arquitecto especialista em trabalhos de restauro, mais tarde reforçado por um engenheiro.

Dá-se assim o início da montagem e lançamento da empreitada e dos concursos de prestação de serviços, assim como o acompanhamento à população a realojar, que necessitam de realojamento provisório e de apoio no regresso aos novos fogos de realojamento definitivo, na conclusão da obra.

De meados, até ao final do ano de 1999, as famílias residentes no Convento saem do edifício para os fogos de realojamento provisório e dá-se então o início à obra, que tem conclusão prevista para finais do ano 2000. Verificou-se um atraso de meio ano, pelo que os residentes só puderam regressar às suas novas habitações em Julho e Agosto de 2001.

## 4.2. FASES DO PROJECTO

O projecto de reabilitação do edifício do Convento das Bernardas não é apenas um caso de reabilitação de um espaço conventual, ele contempla igualmente uma transformação dos usos iniciais, visto as características espaciais o permitirem, pois tratam-se de grandes áreas que se prestam a ser reconvertidas em outros usos, o que implicaria a realização de algumas transformações tanto a nível formal, como espacial e também construtivo.

No programa de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas proposto pelo Gabinete Local da Madragoa e pela Divisão de Projectos Integrados e Acções Especiais, no seio da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, da Câmara Municipal de Lisboa, estava contemplado o realojamento de uma parte das famílias, que nas condições mais degradantes e desumanas, que conhecemos pelos textos e relatos de intervenientes em todo o processo, ocupavam o Convento. Estavam até á data do início dos trabalhos a residir permanentemente no convento cerca de 247 indivíduos, distribuídos por 93 agregados domésticos, para um total de 108 fracções residenciais. O programa propunha a redução das famílias residentes no convento para 35 (Jornal dos Arquitectos, 1995, p. 65), sendo possível desta forma proporcionar aos residentes as condições mínimas de habitabilidade nos fogos. Estes ocupariam o corpo poente do edifício e ainda os pisos superiores do resto dos corpos.

Ainda segundo o documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas,* estava igualmente previsto no programa um centro de convívio para a terceira idade, uma vez que se constatava que o Bairro da Madragoa estava envelhecido e com escassez de serviços desta natureza. Estava previsto que fosse um espaço dinâmico de convívio, simultaneamente propício ao desenvolvimento de pequenas actividades. A localização proposta para o centro de convívio seria no corpo norte que vira para poente. Estava também previsto um espaço sócio cultural onde seria inserido um museu dedicado às marchas populares e uma colectividade do bairro. De facto, no bairro, ainda se verificava um grande interesse por esta actividade. A localização proposta para este equipamento seria no terceiro piso, com contacto com o claustro onde seriam ensaiadas as marchas do Bairro da Madragoa. Este espaço pretendia ser dinâmico e capaz de atrair tanto visitantes de fim-de-semana como investigadores. Pretendia-se um espaço capaz de funcionar como um pólo de atracção turística e cultural.

Ao nível do piso do claustro e do piso superior, no corpo virado para a Rua da Esperança, contornando para a Calçada Castelo Picão, estava ainda contemplado uma ludoteca, espaço este aberto a todas as instituições de ensino local e às crianças do bairro, que iria colmatar a total ausência de um espaço com estas características, ludicopedagógicas. No local da antiga Igreja, como "espaço público" que outrora fora, daria agora lugar a uma sala polivalente, que poderia funcionar como sala de espectáculos, conferências, exposições, festas populares e onde ainda se poderiam realizar saraus de ginástica. Todas estas novas valências viriam colmatar uma série de carências sentidas pela população do bairro. Estariam ainda contemplados diversos espaços comerciais que fossem compatíveis com a malha urbana e que possibilitassem a revalorização do eixo comercial que é a Rua da Esperança. Estes localizar-se-iam ao nível do piso térreo, com entrada directa pela Rua da Esperança e Calçada Castelo Picão.

"Em suma, este Projecto Integrado pretende ser um pólo catalisador da melhoria das condições ambientais, sociais e de segurança para a população residente no actual edifício do Convento das Bernardas e na área urbana envolvente" (Jornal dos Arquitectos, 1995, p. 65). No entanto, com o decorrer do projecto e das obras foram verificadas determinadas situações e condicionantes que colocariam entraves ao desenrolar do projecto ganho em concurso e desenvolvido pelo atelier Arqui III.

A proposta apresentada pelo atelier Arqui III previa, para além dos trabalhos necessários à reabilitação e restauro de todos os espaços, fachadas e coberturas que se encontravam bastante degradadas, também a remoção de todos os elementos acrescentados, que ocultavam as estruturas originais, ao longo dos anos pelos residentes, que sem critério se apoderaram de todo o espaço interior e exterior do convento.

Parece-me agora ser o momento para referir as intenções de projecto, assim como a distribuição do programa pelos espaços, proposto pelo atelier vencedor do concurso, o atelier Arqui III, para desta forma entendermos as opções de projecto e programa, que mais tarde vieram a sofrer algumas alterações:

### 4.2.1 FACHADAS

A nível de fachadas, a proposta de intervenção previa alguma expressão contemporânea e não apenas de restauro e reposição do primitivo, embora numas mais do que noutras. Começando pela fachada principal, sobre a Rua da Esperança, orientada a Sul, esta seria apenas alvo de restauro, mantendo-se no essencial inalterada, mesmo ao nível do piso térreo, onde estava prevista a instalação de unidades comerciais, com vãos existentes de pedra que seriam mantidos, bem como a entrada para estes mesmos espaços comerciais.

A fachada Nascente, sobre a Calçada Castelo Picão, já seria alvo de alguma intervenção. Esta fachada é composta por dois momentos volumétricos desnivelados e com fenestração diferenciada. O primeiro corpo, de gaveto com a Rua da Esperança, não seria alvo de alterações de composição, sendo apenas proposta a abertura de dois vãos nos pisos superiores, visto que os vãos existentes se adequavam à organização dos pisos. O segundo corpo, correspondente à ala nascente do claustro, mais alto e mais comprido, desordenado, com uma sequência de portas sem qualquer alinhamento no rés-do-chão e com intervenções visivelmente mais tardias, como é o caso das janelas em arco, seria alvo de uma intervenção correctiva mais acentuada.

A fachada Norte, sobre a Rua Vicente Borga, a qual no seu conjunto se encontrava menos degradada desde a origem do convento, é marcada por escassas fenestrações de reduzidas dimensões, reveladoras das características de um edifício virado sobre si próprio e destinado à clausura. Estas fenestrações seriam de manter, não se alterando a sua dimensão e apenas acrescentando, nos pisos superiores, aquelas que fossem necessárias à iluminação dos fogos. Ao nível do rés-do-chão, dado que o programa previa a criação de postos de comércio na fachada norte, seriam criadas aberturas para a Rua Vicente Borga que teriam ligação com o interior do edifício, o claustro. Seriam criadas algumas aberturas com um elemento de expressão contemporânea, ligeiramente saliente e constituído por um paramento de pedra. Este elemento seria contínuo, o que evita confundir-se com uma pré-existência pela simples abertura de vãos espaçados.

A fachada poente, sobre a Travessa do Convento das Bernardas, foi totalmente reconstruída em meados do século XX, após a derrocada provocada pelo terramoto que assolou a cidade de Lisboa no ano de 1755. Nesta fachada, a intervenção

proposta, não teria tanta expressão, limitando-se a mesma apenas a possíveis correcções, pois como refere o atelier Arqui III, esta possui um tipo de fenestração muito marcada da época, com janelas alongadas verticalmente e colocadas regularmente que serão mantidas como testemunho de intervenção da época.

**Ilustração 18 –** Fachada Nascente do Convento das Bernardas

**Ilustração 19 –** Fachada Norte do Convento das Bernardas

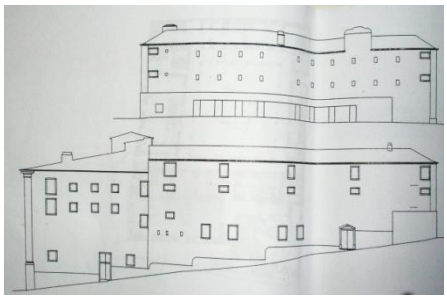


**Ilustração 20 –** Proposta para as fachadas Norte e Nascente

### 4.2.2 ACESSOS E CIRCULAÇÕES

O tema dos acessos e circulações revestiu-se de alguma complexidade, uma vez que o espaço conventual seria alvo de uma multiplicidade de diferentes funções, desde os equipamentos sociais e recreativos à habitação, passando ainda por um museu e pelas características do próprio edifício, já este de si complexo pelos seus vários pisos desencontrados e diversidade de elementos. No entanto, foi desenvolvido um plano que tirasse partido destas características, aproveitando-se os desníveis das ruas que circundam o claustro, prevendo-se entradas para o espaço museológico e para a sala polivalente através da escadaria que dá para a Rua da Esperança. Estavam igualmente previstas entradas para a zona destinada ao comércio pela Rua da Esperança, sendo que neste caso o acesso seria feito directamente a partir da rua. Para o comércio situado na ala Norte do edifício existiriam aberturas directamente pela Rua Vicente Borga.

As habitações teriam quatro acessos, situados nos cantos do quadrilátero ocupado pelo edifício.

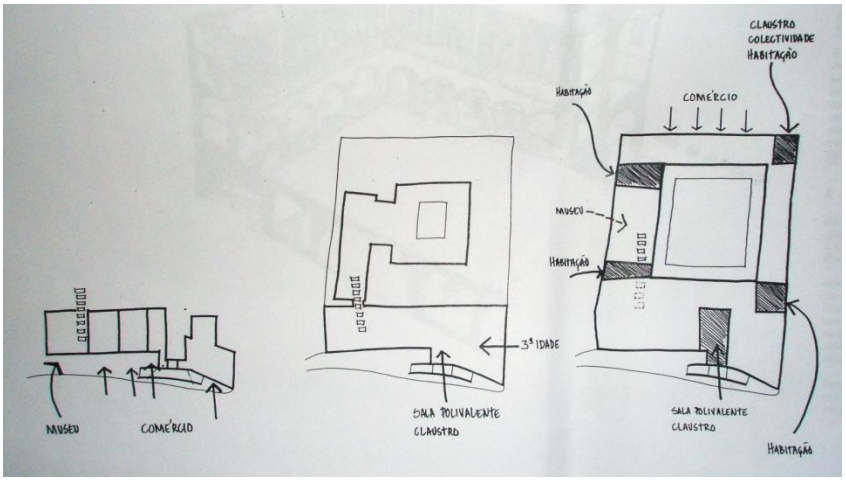



**Ilustração 21 –** Proposta para esquema de acessos

### 4.2.3 CLAUSTRO

O claustro do Convento das Bernardas, situado no piso três, não é um claustro rico e ornamentado. Pelo facto de pertencer à Ordem de Cister, a linguagem é de extrema simplicidade, com paredes e abóbadas em alvenaria corrente argamassada e caiada, com pilares em pedra aparelhada. No entanto e apesar da sua aparente simplicidade, o claustro constitui-se como o espaço com maior importância no conjunto do edifício do Convento das Bernardas, tanto a nível da imagem do conjunto, quer a nível funcional. Por ser um espaço de circulação e de ligação dos vários espaços, nomeadamente com o refeitório e a Igreja, era um ponto de encontro das religiosas e também o único local do convento em que se podia ter contacto com o exterior.

É ainda no claustro que os técnicos intervenientes se depararam com os maiores abusos e destruições cometidas pelos residentes. De facto a sua ocupação descontrolada pelas numerosas famílias que se apoderaram das arcarias, entaipando-as, bem como dos terraços que cobrem as abóbadas circundantes do claustro descaracterizaram irremediavelmente a construção primitiva.

No claustro estava prevista a demolição destes acrescentos que tinham vindo a aumentar ao longo dos anos, por forma a devolver ao claustro a sua forma primitiva, em termos volumétricos e de leitura do traçado. Verificou-se então que as fachadas do piso acima do claustro, onde se iriam localizar as habitações, eram recuadas, criando uma varanda contínua que estabelecia a ligação entre as quatro alas do convento.

Nas fachadas das habitações viradas para o claustro em toda a sua extensão, estava prevista ainda uma solução, (que será testada assim como as outras soluções e que permitirá entender quais as virtudes de cada uma, face à mais directa que seria manter as paredes à vista com a sua fenestração reconstruída) para a ocultação de todos os elementos que poderiam vir a transbordar das janelas por parte dos moradores e que seriam de difícil controlo evitar, como os vasos de flores, estendais de roupa etc., e ainda para criar um ordenamento ligeiro conferindo desta forma um maior destaque e uma leitura mais clara da parte mais nobre do claustro, a parte inferior, que como tal deveria ser valorizada.

A estrutura de ocultação seria um plano avançado em ferro, reticulado, entrecortado com elementos opacos e brancos, que se assemelhem a planos verticais de alvenaria e que apareceriam alinhados, mas recuados, segundo o mesmo ritmo com os pilares de pedra da arcaria no piso inferior. Esta estrutura teria uma linguagem contemporânea composta por um reticulado amplo e ortogonal, bem contrastado, que permitiria a leitura das paredes e dos vãos, que ficariam atrás. Não se procurou adoptar uma solução "historicista", como "a treliça tradicional da malha apertada e oblíqua, ou certos maneirismos da arquitectura do ferro, por exemplo" (Arqui III, sem ano, p. 11).

Para o claustro estava ainda prevista, a recuperação das pinturas murais decorativas em *trompe l'oeil* que encimam a arcaria em redor do claustro e que se encontravam em estado de extrema degradação dado o seu interesse como elemento decorativo num claustro tão despido de ornamentação.

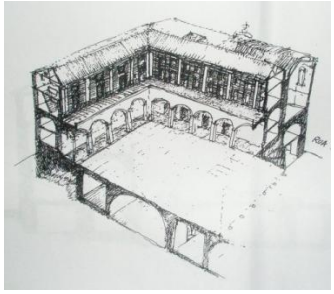


**Ilustração 22 –** Proposta para o claustro

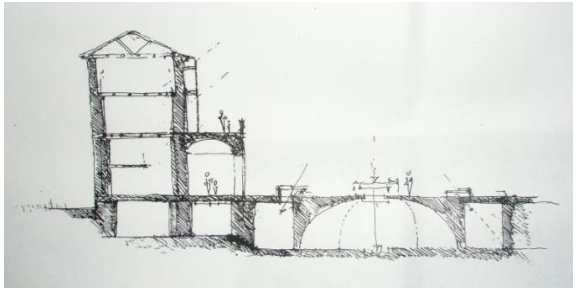


**Ilustração 23 –** Proposta para o claustro (corte)

Ainda relativamente ao claustro, estava prevista a colocação de um elemento escultórico contemporâneo que contrastasse mas que se adaptasse ao espaço seiscentista reconvertido e aos usos previstos para o claustro. “Assim, deverá ter simultaneamente um sentido de integração e um sentido de afirmação” (Arqui III, sem ano, p. 12).

O elemento escultórico contido na proposta seria em pedra calcária clara, com o objectivo de se integrar com os outros materiais já existentes. Em termos formais seria um quadrilátero que ocuparia um espaço máximo de 7x7 metros, com altura máxima de 80 cm, medidas que estariam dependentes da dimensão e da forma da cisterna, que ao momento desta proposta ainda não estava visível. O quadrilátero teria a mesma esquadria do claustro, estaria centrado, mas sofreria uma ligeira rotação no eixo, o que o tornaria afirmativamente distinto, conferindo-lhe um lugar de destaque enquanto objecto contemporâneo. Pela sua forma não ortogonal com os limites do claustro, o elemento acabaria por criar quatro espaços envolventes distintos, sem que se perdesse o sentido de continuidade de circulação do claustro. Tendo como referência a antiga fonte ou poço que existiu no claustro, o elemento incluía a água, invocando-se assim o simbolismo deste elemento natural, e ainda baixos-relevos que fizessem referência, mas não directamente, às pinturas provavelmente setecentistasexistentes nos frisos que encimam a arcaria.

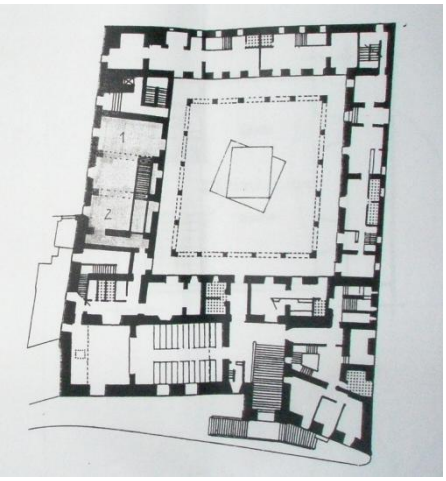


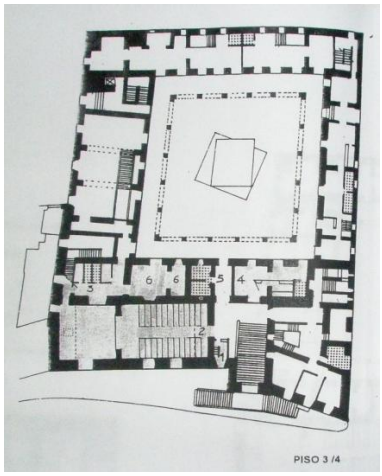

**Ilustração 24 –** Proposta para elemento escultórico do claustro

### 4.2.4 ESPAÇO POLIVALENTE

O espaço polivalente, ou espaço multi-usos, destinado a sala de espectáculos e outras actividades recreativas e culturais, ocuparia o espaço da antiga igreja e capela-mor, posteriormente o local para o mítico Cine-Esperança. Neste sentido, a Igreja e a capela-mor seriam alvo de uma grande intervenção de recuperação, nomeadamente ao nível do restauro das pinturas "de tipo cenográfico dos anos 20" (Arqui III, sem data, p. 13) que evidenciam alguma qualidade e grande sentido decorativo e revestem as paredes de toda a nave. Toda a zona da capela-mor seria igualmente alvo de recuperação, mantendo-se os traços setecentistas, situando-se aí a zona do palco.

Para a nave central, e única, estava prevista uma zona de 100 lugares sentados, numa instalação amovível que se abriria para os dias de espectáculos, criando uma divisória em dias de exposição ou quando fosse necessária a criação de mais espaço. Por cima da porta de entrada, ficaria situada a cabine de projecção, que teria acesso por uma escada pequena no interior da bilheteira, já existente no local. Na área adjacente à nave estavam previstos os camarins, as instalações sanitárias e ainda um espaço para armazenamento. Os camarins teriam acesso directo ao palco, e o espaço de armazenamento teria uma ampla passagem para o espaço que antecede o palco.

Para este espaço polivalente foi valorizado e preservado na intervenção, a convivência de estilos, onde se coadunam memórias de um passado de natureza sacra, como se entende pelo altar, e por outro uma afirmação do profano, como é o caso dos painéis pintados ao longo das paredes na nave. Por ser "algo extremamente curioso e inédito" (Arqui III, sem ano, p. 13) será realçado por diversos elementos, nomeadamente através da iluminação.




**Legenda**

1. Bilheteiras
2. Cabine de projecção
3. Camarins
4. Bar
5. I.S.
6. Arrecadações

**Ilustração 25 –** Proposta para espaço polivalente

### 4.2.5 ESPAÇO MUSEOLÓGICO

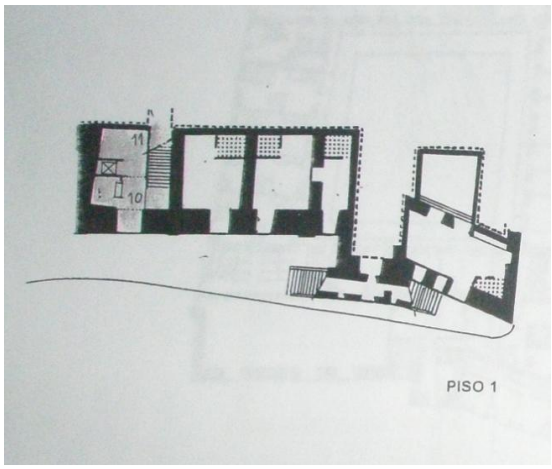
Relativamente ao espaço museológico e documental dedicado às Marchas Populares, este estaria distribuído por vários pisos do edifício, ocupando um piso na sua totalidade e mais dois parcialmente.

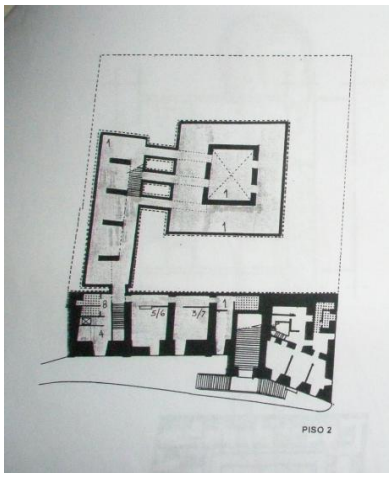
No primeiro piso do Museu, que corresponderia ao rés-do-chão do edifício, com frente e saída para a Rua da Esperança, ficaria situada a portaria, com espaço de recepção, bilheteira e loja. Neste piso estavam igualmente previstos os acessos verticais que permitissem a comunicação com os restantes pisos do Museu, através de uma ampla escadaria e um elevador.

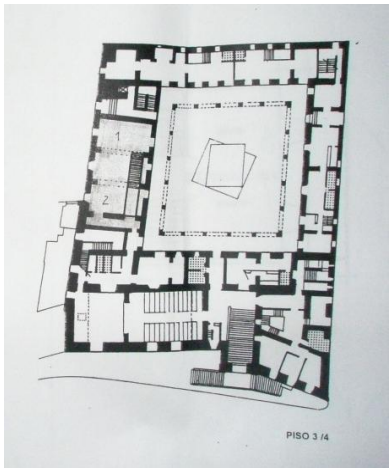
No segundo piso do Museu existem dois corpos distintos, um que comunica com a Rua da Esperança, onde se situariam vários espaços destinados aos diversos serviços do Museu, como sendo a sala da direcção, a secretaria, o gabinete técnico, a sala de reuniões e a sala de pessoal, e ainda instalações sanitárias para o público. O outro seria a área escavada, onde se localizaria o grande espaço museológico. Este seria dividido em duas partes diferenciadas, a primeira, sob a ala poente que seria por sua vez subdividida numa sucessão de espaços intercalados por fortes elementos estruturais, e a segunda, teria as características de uma galeria larga, sob o espaço do páteo, circundando a cisterna que se sabe ter existido no centro do claustro, e que seria recuperada e integrada no Museu. A forma como iria ser integrada, se iria ser visitável ou observável, o tipo de vãos e o tratamento da envolvente exterior ficaria para uma fase posterior dos trabalhos. Neste piso do museu estaria maioritariamente a zona de exposições.

No terceiro piso do Museu, com frente para a Calçada do Convento das Bernardas, a que se acede por uma escada aberta, possivelmente mecânica, que ficaria no seguimento da que liga os dois pisos inferiores, ficaria uma zona de armazenamento e uma sala ampla de exposições, que teria ligação com o claustro. Esta proposta da ligação ao claustro estava nesta fase ainda em estudo, pois teria de se encontrar uma solução que fizesse a ligação ao claustro, mas que não permitisse a entrada das pessoas que estariam no claustro para o museu, visto que o museu não poderia ter duas entradas. Uma das possíveis soluções partiria por colocar a loja neste piso, permitindo assim a saída e a comunicação com o claustro. No entanto esta opção de organização espacial só poderia ser tomada numa fase mais avançada do trabalho e com apoio de um consultor da área museológica.

No que diz respeito à iluminação quer natural, quer artificial, mais uma vez é um elemento de grande preocupação por parte dos projectistas, pois a qualidade e a ambiência do museu dependem em grande parte de um projecto de iluminação bem estudado, não só do ponto de vista técnico como também do aspecto de preservação das peças expostas e do realce que estas devem ter, apoiando-se em contrastes de penumbra e luz, que despertam desta forma atenção e interesse no visitante.




**Ilustrações 26, 27 e 28 –** Proposta para espaço museológico planta piso 1, 2 e 3/ 4

**Legenda**

1. Espaço para exposições
2. Ar. para armz. de espolio
3. Centro de documentação
4. Direcção
5. Secretaria
6. Gabinete pessoal técnico
7. Reuniões
8. I.S. público
9. I.S./ vestuário/ bilheteira
10. Recepção/ bilheteira
11. Loja do museu

### 4.2.6 HABITAÇÕES

As habitações que se distribuiriam pelo quinto, sexto e sétimo piso, seriam intervencionadas de forma a repor o traçado inicial do claustro, o que fazia com que se demolissem todos os acrescentos feitos ao longo dos anos de ocupação descuidada em redor do claustro. As habitações passariam a estar encostadas às fachadas, o que permitiria a entrada de luz pelas fenestrações existentes e em alguns casos seria necessário rasgar novos vãos. A circulação passaria a ser feita do lado interior, na varanda sobre o claustro, como era inicialmente, pois as monjas circulavam no interior do claustro, não podendo estabelecer contacto com o exterior. Esta hipótese, proporcionava fogos de maiores dimensões e melhor aproveitamento dos espaços.

Estava previsto ainda que a organização espacial dos fogos se desse da seguinte forma, os fogos centrais seriam duplex e os restantes teriam acesso por escadas e elevadores junto às quatro colunas verticais nos cantos da galeria. No corpo poente do edifício, os acessos seriam feitos também pela galeria, mas neste caso devido à profundidade da empena ser maior, o sótão seria incorporado nos fogos duplex criados a partir do segundo piso de habitações.

As entradas das quatro colunas verticais, que dão acesso às habitações, seriam feitas ao nível do piso térreo, em vários pontos e de forma independente. Estas seriam independentes também do claustro, no entanto este poderia ter acesso por portas para os moradores.

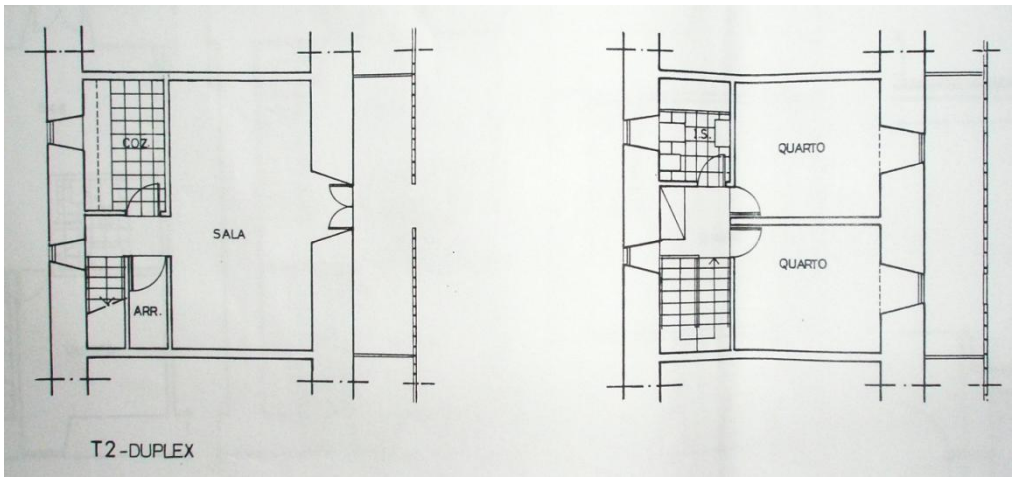



**Ilustração 29 –** Proposta para habitações

## 4.3. A INTERVENÇÃO

Concluída a fase de concurso, os trabalhos preparatórios e conjugadas as diversas disciplinas dar-se-ia início à obra, tendo ficado definido desde o princípio que os trabalhos iriam iniciar-se na ala poente do edifício, por onde entrariam todos os materiais necessários às demolições e obra, e decorreria no sentido dos ponteiros do relógio, como é referido no documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas*. O claustro funcionaria como elemento de reunião de pessoas e materiais pois este permitia fácil visibilidade e acessibilidade.

Com o decorrer da obra e com o desconhecimento de algumas áreas do edifício, devido à sobreposição de pavimentos e à acumulação de divisórias, tornou-se necessário aumentar a quantidade de materiais de demolição previstos. Não só nas demolições os trabalhos sofreram alterações às estimativas e às opções projectuais, mas também o programa proposto e ganho em concurso pelo atelier Arqui III acabou por sofrer várias alterações, sendo que diversas opções ficaram comprometidas. A picagem das paredes antigas mais espessas e a remoção das divisões feitas ao longo dos tempos, davam agora lugar a uma melhor percepção do que era o espaço conventual e do que era acrescento, tornando mais visível as alterações que deveriam ser executadas. Após esta constatação, existiram três factores que contribuíram para o pedido de um projecto de alterações: O primeiro factor foi a descoberta do antigo refeitório, identificável no piso do claustro na ala norte. Este era um grande espaço abobadado, acompanhado por uma cozinha com chaminé e ainda um forno de lenha. Sabia-se pelos textos, pela memória colectiva e pela saída da chaminé ser identificável no piso superior e na cobertura que este seria o espaço onde estaria localizada a cozinha e a chaminé, no entanto e devido às sucessivas sobreposições e fragmentações que foram sido feitas ao longo dos tempos, não se sabia que toda a estrutura da chaminé ainda era existente, estando esta emparedada. A remoção de todos os revestimentos e a demolição da parede que encobria a existência da chaminé, permitiu que fossem encontradas ainda as colunas de pedra que sustinham os arcos da chaminé.

Com a continuação das demolições de todas as divisórias que fragmentavam o espaço do antigo refeitório não foi possível, a nível de trabalhos preparatórios, identificar e fazer o levantamento correcto de todo o espaço, nem entender a existência do seu tecto abobadado. Optou-se então pela manutenção da totalidade

das dimensões deste espaço descoberto, o que o valorizaria e o que fez com que se iniciasse um projecto de alterações para esta zona, a compartimentação prevista foi anulada, assim como uma escada de acesso aos fogos e consequentemente a alteração de fornecimento de água, gás, electricidade e comunicações.

O segundo factor foi a decisão de não colocar a passagem de tubagens de água, gás, electricidade e comunicações numa vala criada na varanda do claustro por cima das abóbadas em tijolo e argamassa descobertas do claustro. “A abertura desta vala iria fragilizar profundamente a estrutura do edifício.” (Duarte, sem data, p. 3) Esta descoberta, ainda que valiosa para o edifício, trouxe a desvantagem de ser intransponível. Procedeu-se, por isso, a um levantamento de todas as aberturas existentes para a passagem dessas tubagens e ainda todos os negativos de chaminés, estes já couretes nas paredes antigas, para serem aproveitados para colunas de esgotos e ventilações. Ficaram definidos então todos os traçados para a instalação do gás, dos respectivos contadores que se localizariam, o da água pela esteira, o do gás a meia altura na fachada do claustro e o da electricidade e comunicações no alargamento da espessura da varanda do claustro, criada para o efeito. Desta forma todas as tubagens e instalações respeitariam as recentes alterações de legislação.

O terceiro factor foi a transferência do Museu da Marioneta para o proposto espaço museológico do convento, pois o Museu das Marchas Populares previsto para este espaço museológico não era ainda viável.

Esta decisão causou pequenas alterações ao projecto de arquitectura, enquanto o o projecto de especialidades como electricidade e ventilação se viu obrigado a executar grandes alterações, “já que era necessário dotar as salas do museu de um rigoroso controlo de temperatura e humidade, requerido pela sensibilidade das peças a expor.” Foi este um dos grandes desafios desta obra, visto que “o desenvolvimento dos projectos era um diálogo constante com paredes, pavimentos e tectos, na tentativa de rentabilizar e aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pelo edifício.”

Consequentemente, e ainda face à necessidade de alteração da dimensão e da configuração do restaurante e à decisão de reduzir o número de acessos da rua às habitações, todos os projectos de especialidades tiveram que sofrer alterações, o que constituiu um verdadeiro “teste à consonância de objectivos entre projectistas e dono

da obra; deste modo saiu reforçado o bom entendimento entre as partes, que se manifestou ao longo de todo o processo." (Duarte, sem data, p. 3)

Aproveitando esta fase de alterações, ficou também definida toda a configuração e ocupação final do convento. Desta forma, no piso térreo, com frente para o maior e mais movimentado eixo comercial da Madragoa, a Rua da Esperança, ficaram quatro lojas de comércio diário.

No piso acima, ficou instalado o centro de convívio para a Terceira Idade, com três salas de convívio, sala de refeições, cozinha e lavandaria para a prestação do serviço de apoio domiciliário, extremamente necessário neste bairro onde a população está envelhecida e muito carenciada. Hoje em dia é o Espaço Criança pertencente ao Museu da Marioneta.

No piso do claustro ficou instalado o Museu da Marioneta, com um conjunto de salas para a exposição permanente, funcionando a antiga Igreja como espaço polivalente onde se poderiam realizar exposições temporárias, espectáculos de marionetas e eventualmente outro tipo de iniciativas. O piso em cave, previsto para o museu foi excluído, pois os financiamentos e o calendário eram restritos e ainda porque a grande movimentação de viaturas pesadas para o transporte das terras removidas iria danificar o restante edificado do bairro, assim como também o facto de se ter de fazer escavações obrigaria a entrar na zona da arqueologia o que poderia por em causa o prazo de conclusão da obra. Neste piso, ficou instalado ainda o restaurante A Travessa e as instalações de uma colectividade de bairro, o Esperança Atlético Club, que organiza a marcha da Madragoa.

Nos pisos superiores, ficaram instaladas as habitações, num conjunto que inclui dezassete fogos de tipologia T1, quinze fogos de tipologia T2, um fogo de tipologia T3 e ainda um fogo de tipologia T4. Concluindo, os 8198 m2 de construção ficam desta forma divididos em 3877 m2 para equipamentos, 791 m2 para comércio e 3530 m2 para habitação.

Ainda segundo a mesma fonte, no que diz respeito à Arqueologia, foram realizadas duas campanhas de escavações arqueológicas no espaço do claustro. A primeira teve lugar em 1997 e realizou-se ao abrigo de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Esta primeira campanha pôs a descoberto o octógono envolvente do bocal

circular da cisterna do claustro e ainda a sua introdução nos arranjos do jardim conventual, as condutas de algeroz, uma estrutura em tijolo destinada ao "jogo da laranjinha", segundo os moradores, e um pavimento pré-conventual. Foram ainda encontradas, resultantes da escavação da cisterna até meia altura, cerâmicas dos séculos XVIII a XX. Foram encontradas ainda sepulturas com ossadas humanas durante as escavações arqueológicas de 1996 e 1997 e ainda na altura em que se realizavam prospecções às fundações do edifício em 1995. As ossadas foram entregues ao IPPAR e estudadas por técnicos do Instituto Português de Arqueologia.

A segunda campanha acontece em 1999, e é realizada apenas durante dois meses pelos arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa, tendo-se centrado apenas no desentulhar da cisterna, cujo conteúdo descoberto se revelou bastante pobre em termos arqueológicos. Em 2001 e já com a obra em curso, foi novamente necessária a colaboração desta equipa, pois foi descoberto o bocal de outra cisterna quando se preparava o chão para ser calcetado. Devido à falta de tempo foram registados com pormenor o bocal da cisterna e as canalizações a ele relacionadas.

Ainda relativamente ao claustro, e por este ser um dos espaços, conjuntamente com a Igreja, mais emblemáticos do edifício, foi dada particular atenção. Depois de demolidas as construções que quase se debruçavam da varanda e destruíam a imagem do conjunto, o claustro ganhou novamente a sua identidade e autenticidade conventual. As paredes foram revestidas com argamassa feita à base de areias e cal hidratada e antes na sua aplicação, foi sobreposto um produto anti-salitre que se revelou ineficaz. A título de curiosidade foi lançado um convite a várias empresas e marcas para a realização de experiências em alguns troços das paredes danificadas por eflorescências no claustro para que um ano mais tarde se verificasse o seu comportamento e eventualmente tratar as superfícies com o material que desse melhor resposta, apenas uma empresa aceitou o desafio.

As cores e texturas do claustro foram uma preocupação constante neste projecto de recuperação e reconversão do Convento das Bernardas. A cor escolhida a dar às paredes do claustro foi o branco, no entanto na parte de dentro das abóbadas, depois de retirado o reboco, verificou-se que a estereotomia das tijoleiras era muito ritmada, e depois de uma grande indecisão e posta a hipótese de rebocar, havia que escolher entre a cor ocre e branca. Foi escolhida a cor branca "perante o argumento de que só

o branco deixa viver as inúmeras cambiantes da luz, penumbra e sombra daquelas abóbadas, qualquer outro tom as esbateria, sem as realçar" (Duarte, sem data, p. 3).

No que diz respeito ao pavimento do claustro foi decidido que seria revestido por uma calçada em basalto, pavimento que ficou a descoberto já durante a execução da obra, tendo este sido completado, A Câmara cedeu gratuitamente o material, removido para reconstruções de ruas, tendo sido necessário rebaixar um pouco mais o nível do claustro.

Relativamente às pinturas a fresco da varanda do claustro, entendeu a coordenação do projecto que estas deveriam ser mantidas e recuperadas quanto fosse possível, "uma vez que são raras, em Portugal, as pinturas a fresco em espaços exteriores." (Duarte, sem data, p. 4) Foi pedido um parecer a um especialista em pintura mural, a Arq. Irene Frazão e a um especialista em reabilitação e restauro, o Arq. José Aguiar, que recomendaram a manutenção das pinturas nas fachadas das alas sul e poente e possivelmente na fachada nascente. Na fachada norte já quase não restava nada das pinturas. Segundo o relatório, a pintura em *trompe-l'oeil* é executada segundo a técnica do fresco e é feita por incisão no reboco fresco com grande rigor geométrico. A paleta de cores é reduzida e varia entre o preto, vermelho e ocre.

Relativamente às fachadas do claustro, removeram-se os revestimentos das superfícies que foram rebocadas de novo e refizeram-se as pinturas decorativas nas fachadas Norte e Nascente. Nas fachadas Sul e Poente conservaram-se os fragmentos de decoração original e foram refeitas as partes em falta, assim como a reconstituição dos desenhos através de troços ainda existentes. Removeram-se todas as argamassas de cimento não originais, todos os elementos metálicos, à excepção dos esticadores estruturais tratados com anti-oxidante, os rebocos nas zonas onde se apresentava falta de aderência foram fixados e consolidados, injectaram-se consolidantes, removeram-se depósitos carbonatados, aplicaram-se argamassas de enchimento de areia grossa e cal gorda, aplicaram-se massas finas de areia e cal gorda e foi deixada a superfície ligeiramente rugosa de modo a permitir uma melhor absorção da cor, por fim reintegraram-se cromáticamente as massas novas e tonalizou-se a decoração existente.

Esta solução partiu de uma preocupação de usar um material resistente que permitisse as trocas de vapor de água e por assumir as diferenças de leitura entre as

partes originais e as partes refeitas. Esta máxima foi utilizada em toda a recuperação do edifício.

Apesar de todos os cuidados na elaboração do projecto, estas áreas encontram-se hoje em dia muito salitradas e está prevista a realização de ensaios para determinar qual a solução mais eficaz para o seu tratamento.

Relativamente à Igreja, um dos espaços que conjuntamente com o claustro se torna dos mais emblemáticos no conjunto do edifício, a preocupação também foi muito evidente. Devido à ausência de cobertura na zona da Igreja, e o facto de se ter colocado uma cobertura provisória e precária, o seu interior sofreu uma forte degradação. O tecto em abóbada tinha sido destruído e as pinturas das paredes encontravam-se em grande parte apagadas.

Os projectistas optaram por colocar uma nova cobertura em telha, assente sobre uma estrutura metálica, e foi ainda refeito o tecto em abóbada. Anteriormente este era formado por um conjunto de vigas em madeira diversa, em que cada uma era formada por oito peças encaixadas ou pregadas entre si. Esta situação era muito comum nas construções pós terramoto, pois a igreja foi totalmente destruída pelo terramoto de 1755, devido à escassez de materiais na época e à reutilização de madeiras provenientes de ruínas na cidade. Na sua substituição procurou-se manter uma variedade de densidade semelhante à existente tendo em conta o custo. A opção foi a colocação de cerejeira brasileira. Após o tratamento das madeiras, colocaram-se as costelas, foi aplicado o fasquiado e colocado o gesso em diversas camadas e finalmente o estuque sem o pintar, pois este ficou muito homogéneo.

No que diz respeito ao restauro das pinturas nas fachadas da Igreja, que se encontravam muito degradadas, foram também objecto de um relatório por parte do IPPAR, já que não era consensual a decisão sobre o trabalho a realizar. Estas paredes, segundo o relatório, são revestidas por fingidos de mármore em tons de amarelos e vermelhos, ladeadas por molduras de estuque corrido e em alguns pontos pintadas em *trompe-l'oeil* e são encimadas por uma sanca de estuque. Sobreposta a esta decoração, há nas paredes uma pintura em *grisaille* de espírito *art-deco* em tons de negros e cinzentos de composição figurativa estilizada. Estas últimas remontam à época em que a Igreja era utilizada como cine-teatro.

Foram colocadas duas hipóteses neste relatório, a primeira previa a reposição da pintura inicial, removendo as pinturas a negro depois de registadas, enquanto a segunda hipótese previa o restauro das pinturas a negro, restringindo-se a uma melhor apresentação e legibilidade do existente. As lacunas não deveriam ser refeitas dado não haver registos fotográficos ou notas do autor para se optar pela reconstituição. Optou-se pela segunda hipótese de manutenção das pinturas *grisaille* e a Arqui III apresentou um projecto que criava homogeneidade no tratamento cromático das superfícies e resultando assim na recuperação das pinturas no interior das molduras e fora delas a remoção da camada cromática negra e a reposição dos fingidos de mármore. Foi desta forma criada uma situação de compromisso entre as várias épocas e os vários usos que o espaço foi tendo ao longo do seu percurso temporal. Relativamente ao restauro dos conjuntos azulejares pertencentes à Igreja do Convento das Bernardas, de notar o lambrim de azulejos setecentistas existente, foi para este caso feito um concurso para o restauro deste conjunto e ainda dos azulejos em revestimentos de escadas e corredores, que totalizavam um conjunto de cinco mil unidades. Foram retirados todos os azulejos, registados, limpos e armazenados até à conclusão da obra, e foram ainda fabricadas as unidades em falta. Com o decorrer da obra, na remoção de revestimentos foram encontrados mais azulejos, cerca de três mil e oitocentas unidades, mas estes datados do século XVII, que tiveram igual tratamento.

Foi também encontrado um conjunto mais inusitado, designadamente um painel circular do século XVIII com um florão central, semelhante aos da Igreja, no pavimento do antigo refeitório, agora espaço de restauração, que quando foi levantado, deu a conhecer um novo painel sobre o qual o primeiro assentava, este também constituído por azulejos, mas agora virados para baixo.

Todos os conjuntos azulejares descobertos foram mantidos nos mesmos locais de onde foram retirados para o decorrer da obra, com excepção para os que se encontravam em corredores dedicados a habitações ou áreas não visitáveis, caso em que foram colocados em espaços maiores e de utilização pública. No caso do último painel descoberto no refeitório este foi integrado numa das paredes onde está actualmente situado o restaurante de modo a evitar a sua degradação, visto que ao estar embutido no pavimento iria sofrer um grande desgaste.

### 4.3.1 PLANTAS

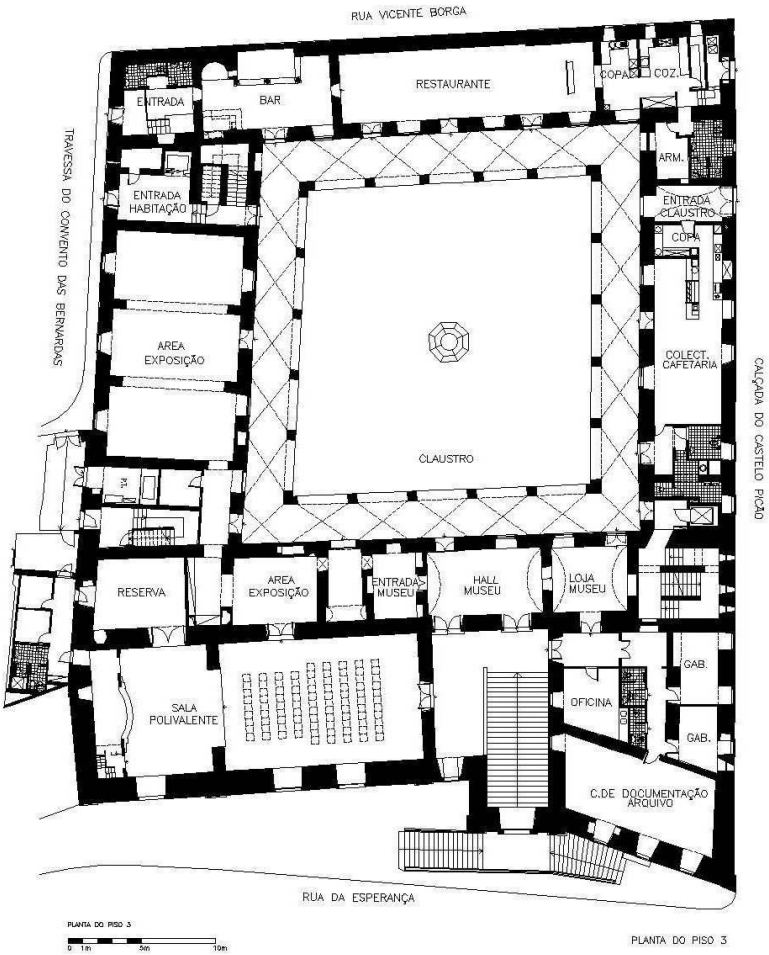



**Ilustração 30** - Planta do piso 3

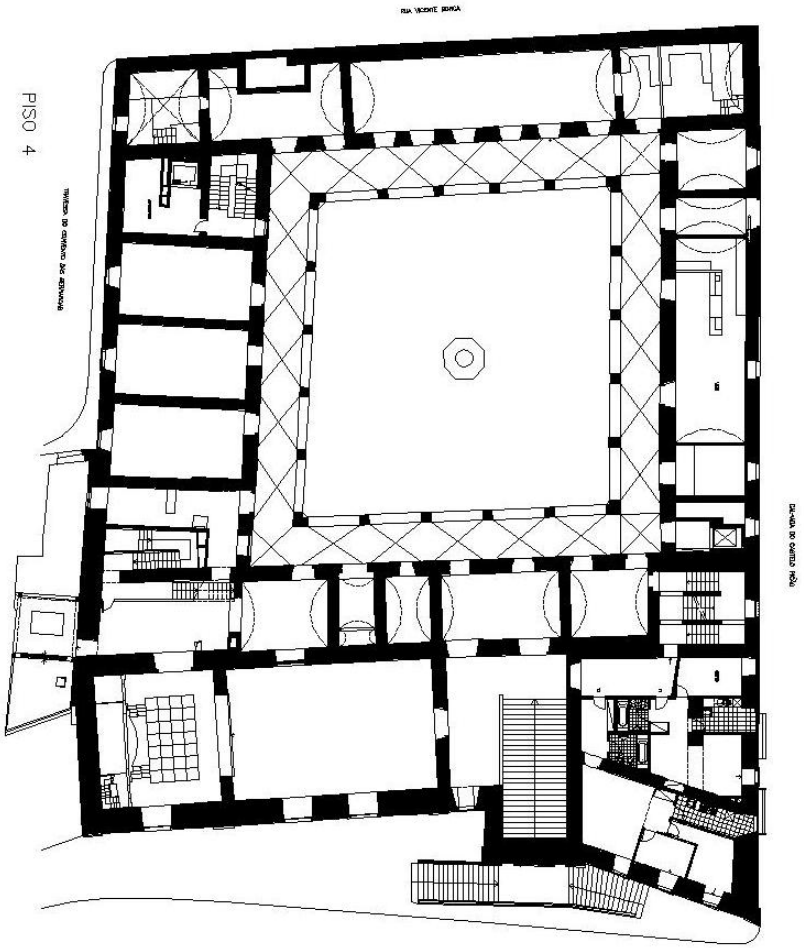



**Ilustração 31** - Planta do piso 4

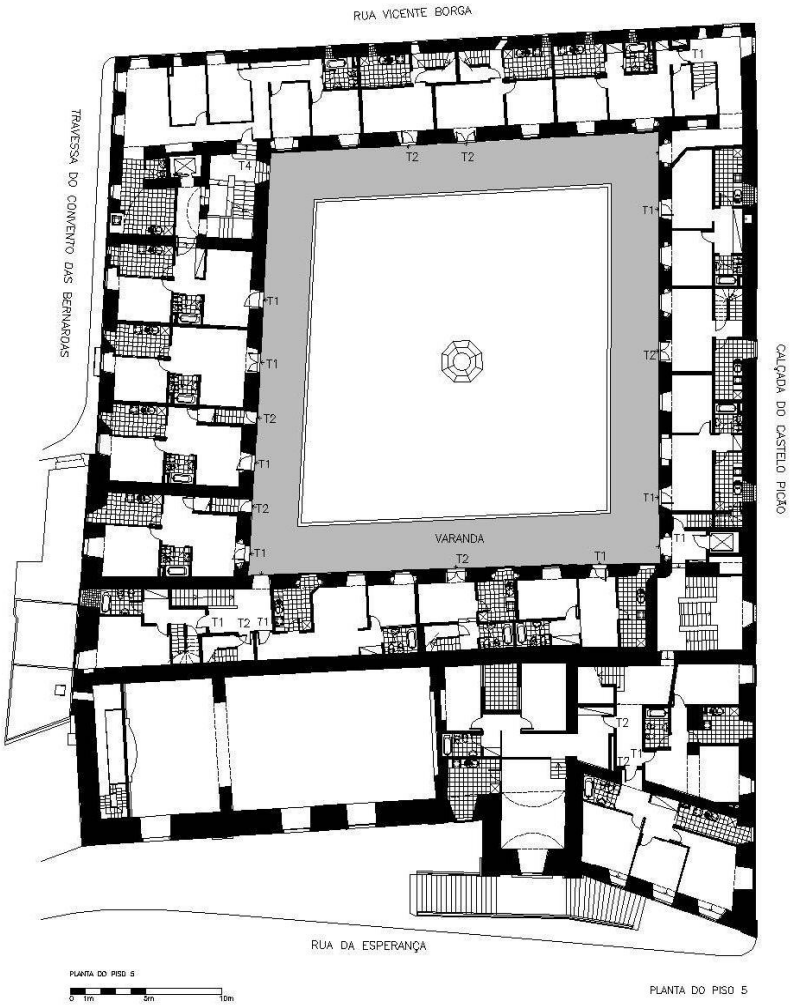



**Ilustração 32** - Planta do piso 5

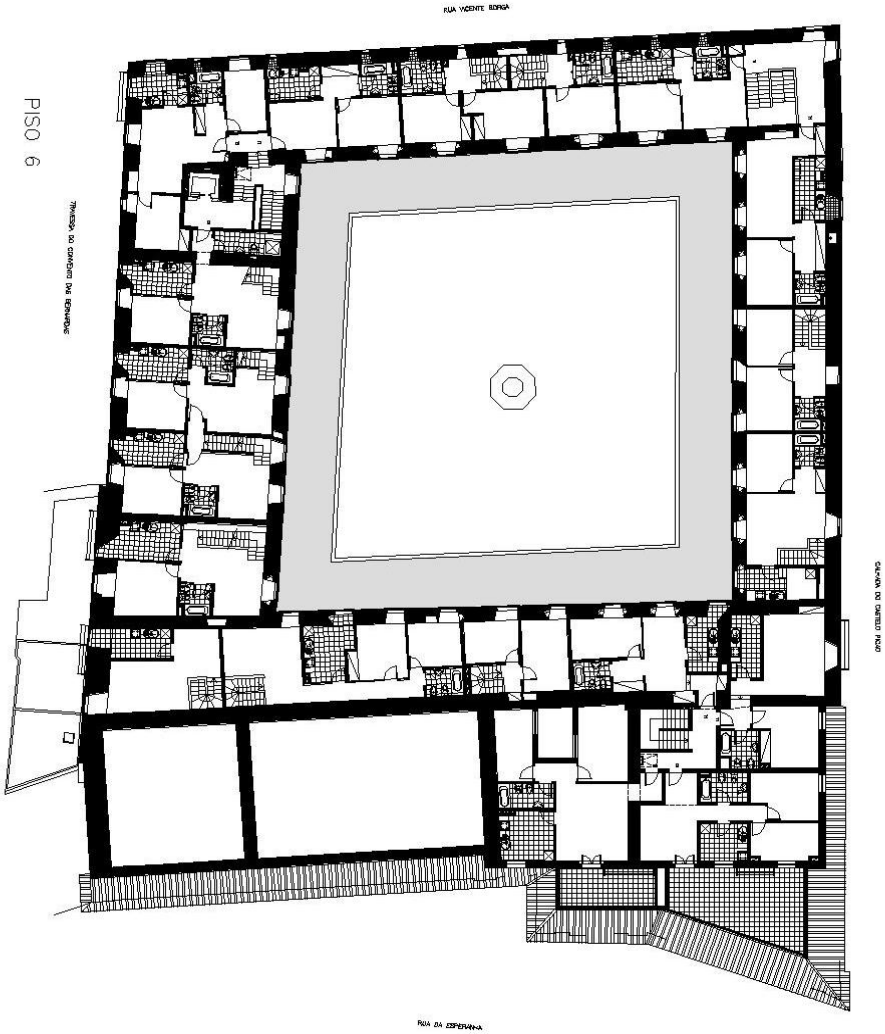



**Ilustração 33** – Planta do piso 6

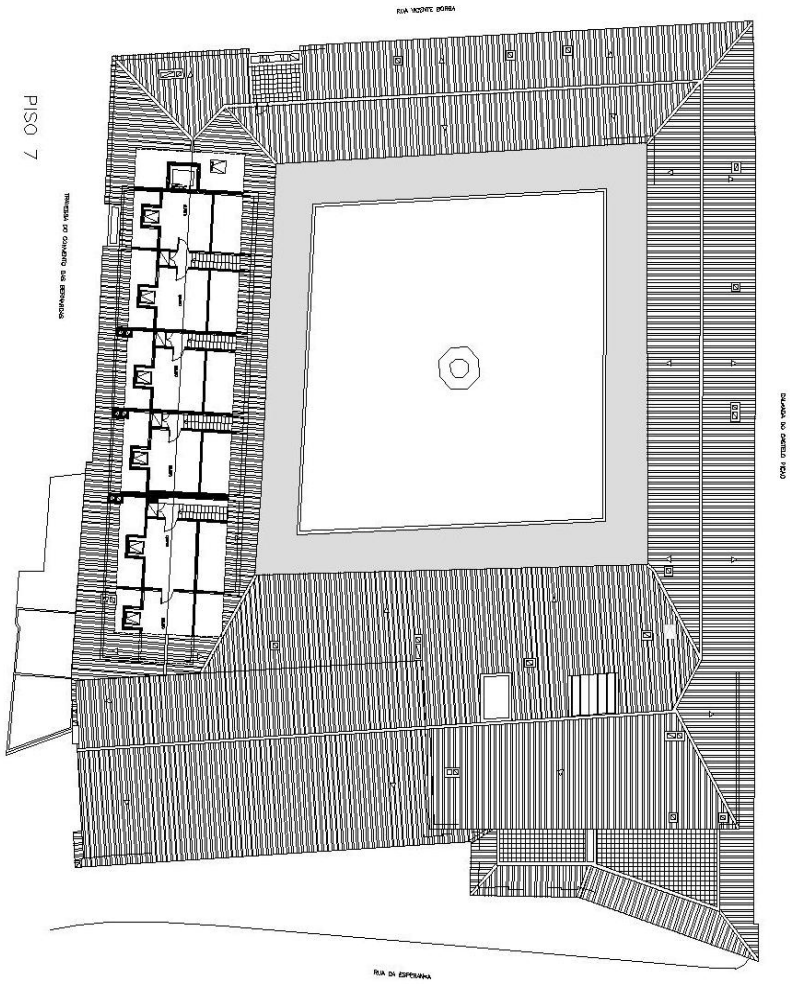



**Ilustração 34 –** Planta do piso 7

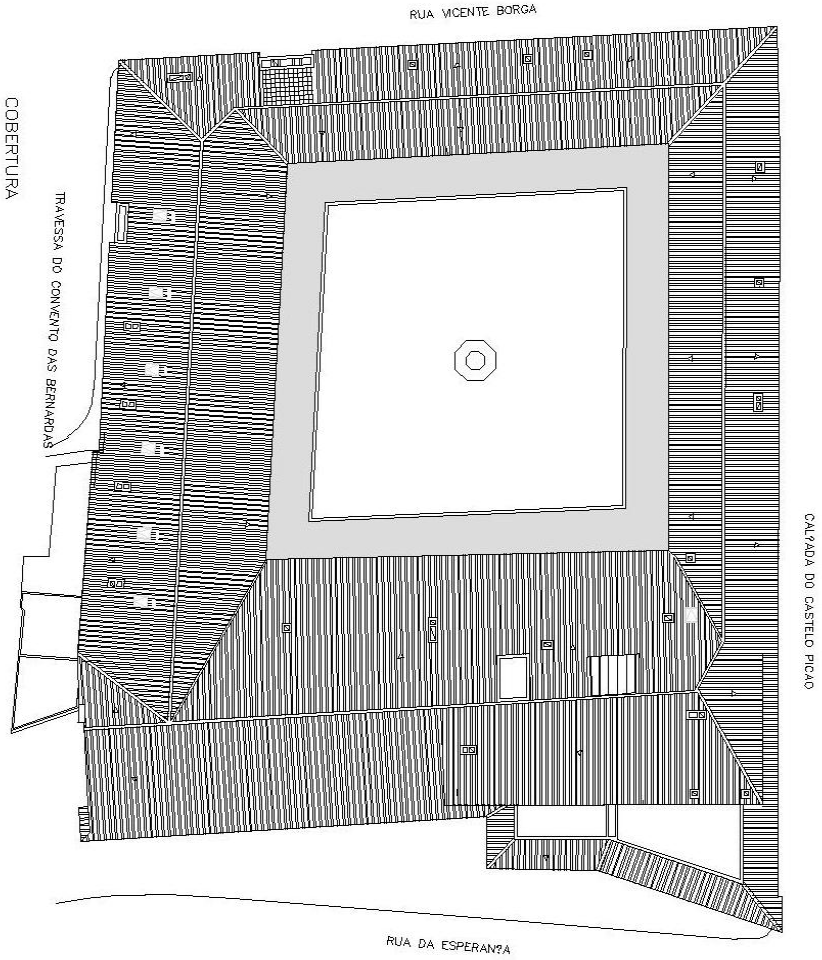



**Ilustração 35 –** Planta de cobertura

### 4.3.2 CORTES

**Ilustração 36** – Corte AB

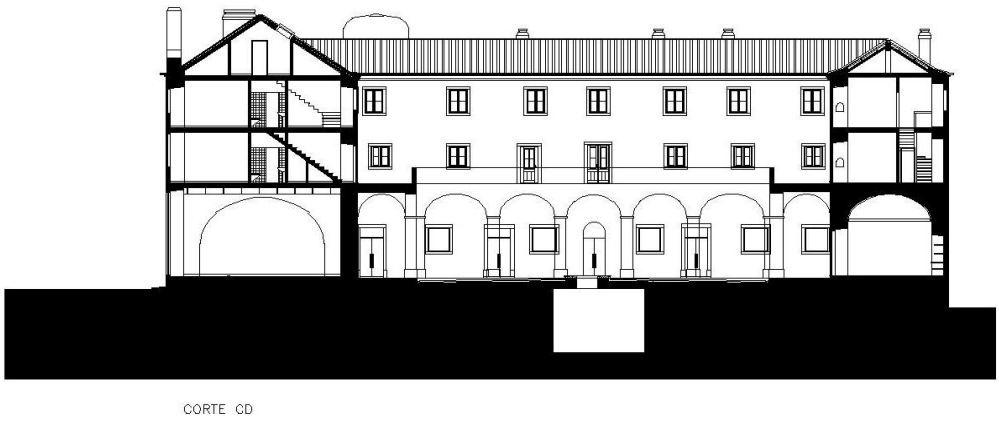



**Ilustração 37** – Corte CD

**Ilustração 38** – Corte EF

### 4.3.3 ALÇADOS

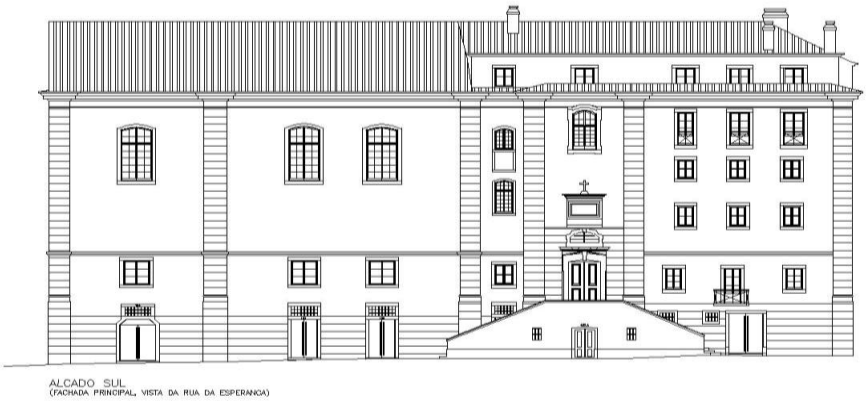



**Ilustração 39** – Alçado Sul

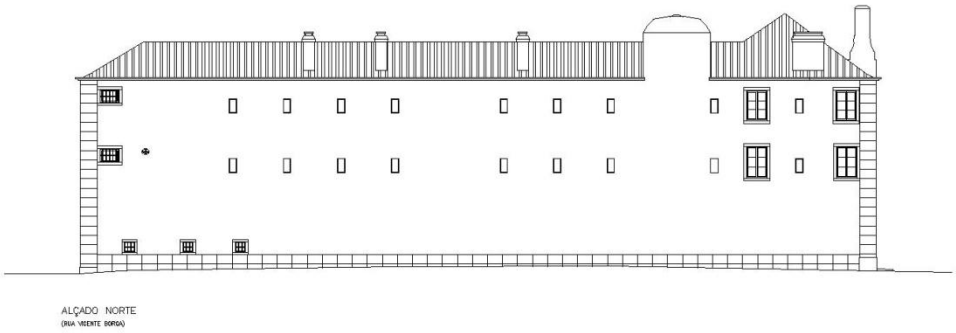



**Ilustração 40** – Alçado Norte

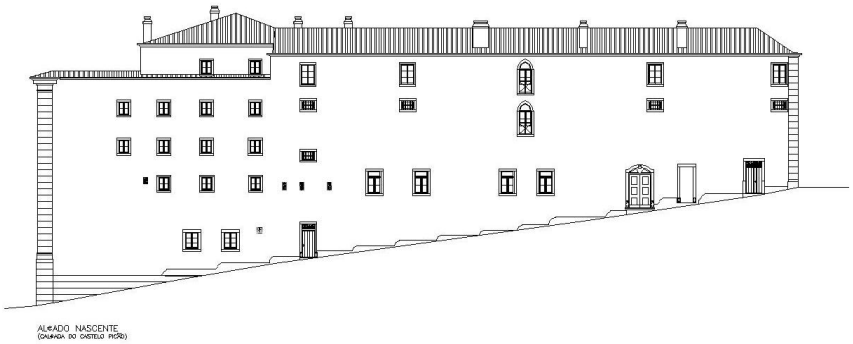



**Ilustração 41** – Alçado Nascente

**Il**

**ustração 42** – Alçado Poente

## 4.4. ANÁLISE / DISCUSSÃO

Nesta fase do trabalho, após a abordagem das questões relacionadas com a protecção do património, as suas variantes e a actualidade, passando também pela análise do Convento das Bernardas, o bairro em que está inserido, ainda que sucintamente pela Ordem de Cister, e finalmente pela análise do projecto de recuperação, torna-se pertinente fazer uma análise das medidas e opções projectuais tomadas na recuperação do Convento das Bernardas.

Passando pelas Cartas Patrimoniais, de elevada importância para o âmbito desta dissertação, as Recomendações do ICOMOS e ainda pela Lei de Bases do Património Cultural Português, tenho como principal objectivo para a conclusão deste trabalho fazer a ligação do que é proposto nestes documentos e a intervenção realizada no edifício do Convento das Bernardas[11]. É ainda pertinente lançar a discussão acerca do projecto de recuperação e proceder à análise do impacto local da intervenção no bairro e nos seus habitantes.

Segundo o *Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação*, no seu artigo 2º, são definidas algumas formas de intervenção como é o caso das obras de conservação "as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção (…) designadamente de restauro, reparação ou limpeza", obras de alterações "as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção (…)", obras de demolição "as obras de destruição, total ou parcial, de uma edificação existente", e ainda obras de urbanização "as obras de criação e remodelação de infra-estruturas destinadas a servir directamente (…) as edificações, designadamente (…) redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações (…)".

Podemos considerar, desta forma, que a obra realizada no Convento das Bernardas englobou parâmetros de várias formas de intervenção e não se baseou apenas numa. Tendo como objectivo a conservação do edifício, devolvendo-o, de certa maneira, à sua forma original, ocorreu ainda a demolição e limpeza de todos os acrescentos que resultaram em elementos dissonantes feitos pelos residentes do convento ao longo dos anos, e também obras de alterações espaciais e estruturais em certas partes do edifício. No entanto, consideramos que devolver espacialmente ao edifício algumas

[11] Obra de Reabilitação e Reconversão do Convento das Bernardas, projecto elaborado pelo Atelier Arqui III, executada entre os anos de 1999 a 2001.

das suas características arquitectónicas e espaciais primitivas, foi das tarefas mais importantes nesta intervenção.

Apesar de não termos tido acesso aos critérios que fundamentaram as obras ou intervenções de conservação propostas, após a análise do projecto consideramos que estes critérios poderão ter assentado nas fracas condições de habitabilidade e salubridade que estavam patentes no edifício, no seu valor histórico e arquitectónico, na sua localização num eixo importante, a Rua da Esperança e ainda na falta de equipamentos do bairro. Todos estes factores são passíveis de fundamentar o início das obras que tanto eram necessárias à sobrevivência do edifício que de dia para dia se estava a degradar muito rapidamente.

Debruçamo-nos, de seguida, sobre a adequação das obras ou intervenções em relação às características do imóvel, tendo em conta o grau de classificação de interesse público, bem como de interesse cultural, designadamente o interesse histórico, arquitectónico, artístico, científico, social ou técnico. Todos os acrescentos que foram feitos ao edifício pelos moradores, e sua má utilização, descaracterizaram-no e retiraram-lhe a sua organização espacial inicial, assim como a sua essência enquanto edifício religioso, resguardado.

É o caso, por exemplo, das paredes que foram subidas por cima da varanda da arcaria do claustro, das infiltrações que causaram uma degradação enorme no edifício e nas estruturas em madeira, causado pelas canalizações e esgotos precários que em alguns casos estavam a descoberto, o lixo acumulado que fazia do edifício um polo de doenças e a falta de higiene. Logo, pensamos que é visível a melhoria que se proporcionou nesse sentido higiénico e de proporcionar melhores condições de habitabilidade para os moradores e para o bairro.

Outro aspecto bastante significativo foi a devolução ao edifício de algumas das suas características formais, espaciais e vivenciais iniciais. A sua traça inicial de edifício religioso da ordem de Cister foi devolvida em parte com a remoção de todos os acrescentos e elementos dissonantes que foram feitos ao longo dos tempos, designadamente, o acesso às habitações pela varanda sobre o claustro, as poucas fenestrações, apenas as necessárias para as habitações. Desta forma foi possível uma intervenção pouco profunda, “com preferência pelas técnicas que são menos invasivas e mais compatíveis com o valor patrimonial, tendo em consideração as

exigências de segurança e durabilidade" (ICOMOS, 2000, p. 9) no que diz respeito às características do edifício.

Por conseguinte, foi possível devolver em parte a sua autenticidade em consonância como o seu grau de interesse público e assim evidenciar a importância histórica, arquitectónica, artística, e mesmo social pois o convento é do bairro e das pessoas e só as pessoas podem valorizar e dar vida e continuidade à conservação de um edifício.

Não foi apenas na parte de arquitectura que se notaram melhorias mas também em termos de distribuição dos espaços pelo edifício. Foram respeitadas as várias épocas e usos que o edifício foi tendo ao longo dos tempos, como é referido no art. 11º da *Carta de Veneza* "As contribuições válidas de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas (…) ".

Manteve-se a utilização do espaço para habitação, uso continuado desde a sua construção enquanto convento de religiosas, e mais tarde tendo servido de habitação para pessoas carenciadas. Hoje em dia, depois das obras continua a servir de habitação para algumas pessoas que já residiam antes da intervenção e outras que vieram de novo. As habitações foram construídas nos mesmos locais das antigas celas das freiras tirando partido dos compartimentos já existentes, assim como das fenestrações para o varandim sobre o claustro.

Relativamente ao restaurante também se respeitou o seu uso inicial, aproveitando as características do antigo refeitório do convento transformado agora num espaço destinado a um restaurante, A Travessa. O local onde estava situada a igreja e mais tarde o cine-teatro Esperança, dá agora lugar a uma sala polivalente de conferências e espetáculos do museu da marioneta, ou seja, foi aproveitado o espaço público do convento, e posteriormente do cine-teatro, para uma nova utilização pública. As lojas e a colectividade do bairro foram colocadas no piso térreo para dinamizarem a rua, chamando pessoas ao edifício e ao mesmo tempo criando um espaço reservado ao museu e para os moradores.

Outro aspecto que tivemos em conta para a análise da intervenção foi a compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes. A manifestação dos danos está relacionada com o tipo de acções e com os materiais de construção. Os danos podem ocorrer em elementos estruturais e não estruturais como

por exemplo em paredes e revestimentos. Apesar de ter havido uma melhoria significativa no estado geral de conservação do edifício o que acontece é que este volta a apresentar sinais de desgaste, infiltrações, humidades e eflorescências, sendo necessário garantir uma manutenção adequada e constante.

Relativamente às alvenarias, "deve ser prestada particular atenção às paredes espessas construídas com diferentes tipos de materiais" (ICOMOS, 2000, p. 27) pois o núcleo interior da parede pode não ser capaz de suportar a carga ou pode ainda produzir impulsos nos panos exteriores que os faça separar-se do núcleo interior e tornar a parede instável.

O uso de argamassas, para consolidar a alvenaria e resolver problemas de fendilhação e degradações, depende das características dos materiais e deve ter-se em conta e dar especial atenção à compatibilidade entre si. No convento começam a notar-se sinais do possível uso de materiais não compatíveis com a alvenaria de pedra, ou de tempos de secagem reduzidos, de onde resultam algumas fissuras, empolamentos e tinta estalada, visíveis nas zonas do claustro e ainda nas zonas de acesso às habitações e dentro mesmo das próprias habitações.

Os arcos e as abóbadas existentes no claustro do convento são elementos típicos das construções em alvenaria e são eles que suportam o peso da varanda de acesso às habitações. São em tijolo, descoberto aquando das picagens dos rebocos e como se encontravam em bom estado de conservação foram apenas "picados", reparadas algumas fissuras e voltaram a ser rebocados.

Quanto às madeiras, dependentes da qualidade da mesma, deve ser tido em conta a susceptibilidade a ataques biológicos de fungos e insectos, que são a sua principal causa de danos, a avaliação da resistência que está relacionada com o número e a distribuição dos nós e outras características de crescimento. No caso do Convento das Bernardas o uso da madeira era bem evidente, o telhado era todo feito em madeira, assim como a separação de todos os pisos e os seus próprios pavimentos. Na reconstrução do telhado, que estava em elevado grau de degradação pelos anos consecutivos sem reparação o que estava a provocar danos irreversíveis nas estruturas de madeira e nos pisos abaixo, este acabou por ter de ser todo retirado devido ao seu avançado estado de degradação e substituído por uma cobertura em betão pré-esforçado, onde assenta a telha cerâmica.

Apesar de se considerar que os casos de desmonte de estruturas de madeira são operações delicadas "devido ao risco de danos (…) perda de materiais associados com valor histórico" (ICOMOS, 2000, p.31), por outro lado existem situações em que o desmonte parcial ou total pode facilitar uma reparação eficaz. No Convento das Bernardas terá sido uma intervenção mais pesada, pelo uso do betão, que poderia possivelmente ter sido substituída por ferro ou aço, consistindo neste caso numa estrutura mais leve que permitisse menos carga. Notamos com frequência o uso do betão armado e pré esforçado em muitas intervenções em edifícios com importância histórica e em construções modernas que hoje em dia têm reconhecimento histórico. No entanto, na época da sua construção não existia a completa compreensão do comportamento dos materiais que se encontravam ainda em desenvolvimento. Nos dias que correm ainda há uma grande tendência para o uso do betão, que apresenta especiais problemas de durabilidade. No Convento das Bernardas o uso do betão foi talvez utilizado em excesso nas coberturas, na separação dos pisos na zona das habitações e ainda nas zonas novas como é o caso dos acessos verticais com elevadores, pelo que julgamos que poderiam ter sido utilizados materiais e técnicas como as acima descritas, pois desta forma atingiríamos uma intervenção menos invasiva, e possivelmente reversível de forma a ser substituída por medidas mais apropriadas quando estiverem disponíveis novos conhecimentos, como é referido pelo ICOMOS no seu documento, *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico*, com maior respeito pelos materiais e formas de construção da época.

No que diz respeito ao património arqueológico, foram encontradas no âmbito das escavações no claustro, áreas de enterramentos, uma cisterna, estruturas do antigo jardim do convento e um pavimento empedrado pré-conventual anterior ao Terramoto de 1755. Estas descobertas, aliadas às condições geológicas fizeram ponderar a proposta para a construção do novo piso em cave, que acabou por ser posto de lado. As escavações arqueológicas foram fotografadas, catalogadas e dadas como concluídas. A *Carta de Veneza* estabelece no seu art. 15º que "(…) devem ser asseguradas a manutenção das ruínas e tomadas as medidas necessárias para garantir a conservação e a protecção dos elementos arquitectónicos e dos objectos descobertos. Para além disso, devem tomar-se todas as medidas que permitam facilitar a compreensão do monumento sem distorcer o seu significado." Poderiam neste caso ter sido colocadas placas com sinalética informativa que revelassem a

história do edifício e o seu percurso temporal de maneira a que a história do edifício não fosse perdida na memória dos seus habitantes, mas sim passada para as gerações vindouras e visitantes.

A necessidade de equipamentos no bairro, que tivesse em conta os interesses dos seus habitantes, motivou outras propostas anteriores para o edifício, tais como um centro de dia para a 3ª idade e um museu dedicado às Marchas Populares. No entanto, ficou decidido que o espaço seria utilizado para acolher habitação, o Museu da Marioneta, uma colectividade, e ainda para comércio, nomeadamente, restauração e algumas lojas ao nível do piso térreo, na Rua da Esperança. A utilização proposta para o imóvel, passa então pela instalação de um museu, um restaurante, algumas lojas nos pisos térreos, e por fim as habitações que em termos de ocupação tomam a maior parte do edifício.

Segundo a *Carta de Veneza* no seu art. 5º, é referido que "A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis (…) ", no caso do Convento das Bernardas é possível verificar que houve um fim social no uso proposto, como é o caso das habitações onde foram realojados alguns dos antigos moradores do convento, oferecendo-lhes melhores condições de salubridade e higiene. Pensamos que se poderá assumir que houve uma melhoria muito significativa neste âmbito, útil para o residentes e ainda para o bairro que vê desta forma um problema social ser resolvido. O Museu da Marioneta e o restaurante A Travessa são notoriamente distintos da população do bairro em que estão inseridos, como é o caso do Bairro da Madragoa, podendo trazer outras pessoas ao bairro, enriquecendo-o na sua actividade e diversidade.

Relativamente ao impacto local da intervenção será inevitável reconhecer que pelo facto de se ter devolvido ao bairro um equipamento renovado e reconvertido, mantendo-se algumas das anteriores valências, se melhorou significativamente a qualidade visual, ambiental e social deste local, contribuindo-se deste modo para a fixação da população dos bairros históricos de Lisboa.

Ao nível económico, a implantação de um equipamento museológico veio trazer uma nova visibilidade ao bairro que assim poderá beneficiar dos fluxos económicos relacionados com o turismo cultural, como potencial revitalizador do tecido económico local.

Poder-se-á contudo, antever que o impacto local teria sido eventualmente mais benéfico para a população do bairro se o uso dado aos equipamentos socioculturais estivessem mais em sintonia com as expectativas e com a memória colectiva que esta população tinha deste edifício, nomeadamente através dos projectos de execução de um Centro de dia para a Terceira Idade e do Museu das Marchas Populares.

Foi verificado, através de um inquérito feito aos residentes do Convento das Bernardas e elaborado no âmbito desta dissertação, que é unânime o sentimento de que lhes foi vedado o acesso a um "espaço que lhes pertencia". Quando questionados sobre o maior defeito depois das obras, os residentes responderam que antes eram livres, podiam circular livremente.

O facto dos dois grandes equipamentos e pólos dinamizadores do edifício, o Museu da Marioneta e o restaurante A Travessa terem como público-alvo pessoas distintas dos residentes do Convento e mesmo do bairro, fez com que os acessos ao claustro fossem sendo vedados gradualmente aos moradores, que estavam habituados a circular livremente e em muitos casos até a fazerem uso desse mesmo espaço.

Nota-se ainda, quando questionados, que os maiores problemas referidos pelos moradores são a falta de higiene de alguns moradores e os danos causados pela humidade e entrada de água em muitas zonas do edifício, o que danifica o interior das habitações e os materiais de construção. Ao circularmos pelas zonas comuns verificamos a forte presença de humidade que deixa marcas nas paredes e também ao nível dos tectos. Poderemos dizer que dois dos grandes problemas existentes antes das obras de reabilitação, embora de forma muito mais controlada, se continuam a verificar ao longo dos anos.

Pensamos que seria importante, no seguimento do projecto de restauro, a tomada de consciência por parte dos habitantes do edifício da sua responsabilidade pela preservação do espaço. Segundo a Carta de Cracóvia entende-se por conservação "o conjunto de atitudes de uma comunidade dirigidas no sentido de tornar perdurável o património e os seus monumentos. Conservação é feita com respeito pelo significado da identidade do monumento e dos valores que lhe são associados." Sendo assim, conservação não parte somente do projecto de recuperação e restauro mas também das medidas que a comunidade toma para proteger o bem patrimonial, vai muito além do projecto/obra, sendo necessário um maior contacto com as questões da comunidade.

# 5. CONCLUSÃO

Em conclusão, e tendo consciência das dificuldades sentidas pela variedade de domínios ou saberes que se cruzam na abordagem desta temática da recuperação do património edificado e da limitação no tratamento e aprofundamento de certos campos, tentei focar-me nos aspectos que me pareceram mais importantes num trabalho de estudo de caso como é o do tema escolhido para a presente dissertação.

No documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas* é referido que quando se iniciou o processo, aquando da necessidade de conhecer o edifício, verificou-se que ele nasceu dentro dos preceitos de todas as recomendações e convenções internacionais. Foram constituídas equipas pluridisciplinares, não só por parte do promotor como também por parte dos projectistas que realizaram vários estudos como o levantamento arquitectónico e sócio-habitacional, escavações arqueológicas, caracterização de rebocos e cor assim como o estudo de pedra. No entanto não foi feita a caracterização da estrutura do edifício e das suas deficiências, o que poderá ter levado a que não fosse definido um critério de intervenção sobre essa matéria aquando da realização do concurso de projecto. Ficou ainda em falta a identificação e registo de alguns elementos notáveis no edifício assim como tratamentos recomendados para o seu restauro e qual o seu destino.

Em função do que é referido e procurando fazer uma aproximação às correntes de restauro anteriormente referidas, ainda que sucintamente nesta dissertação, verificou-se que não pode ser feita directamente uma colagem a nenhuma das correntes analisadas. Contudo, existem pontos de contacto que nos podem levar a pensar que dadas as preocupações referidas de realização de vários estudos, designadamente, levantamentos arquitectónicos e sócio-habitacionais bem como escavações arqueológicas, para além da caracterização de diversos materiais e do estudo da envolvente social e das opções projectuais, nos podemos situar próximos dos critérios defendidos no restauro histórico de Luca Beltrami, uma vez que este defende que a reconstituição deve ser feita com base em provas documentais ou físicas, aceitando-se excepcionalmente a eliminação de partes que alterem o reconhecimento do monumento, como aconteceu ao nível da remoção de todos os acrescentos e compartimentações que foram ao longo dos tempos invadindo e descaracterizando a

configuração original do edifício, visível ao nível da recuperação do claustro e da manutenção da pouca fenestração.

Por outro lado outras posições defendidas parecem encaixar-se em algumas soluções propostas no projecto de arquitectura. Isto porque se procurou limitar a intervenção ao mínimo necessário e valorizar o edifício como algo que foi formado por acrescentos de várias épocas, visível ao nível da preocupação em manter os diversos usos que o edifício foi tendo, como é o caso da habitação, o comércio e alguns equipamentos. Houve também a preocupação da salvaguarda histórica e da autenticidade documental apesar de não ter havido o cuidado de ter sido feita a distinção entre as partes acrescentadas e as originais por simplificação formal e diferenciação de materiais.

De facto o documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas,* reconhece que não foi definido um critério de intervenção sobre essa matéria aquando da realização do concurso de projecto, tendo ficado ainda em falta a identificação e registo de elementos notáveis no edifício, tratamentos recomendados para o seu restauro e qual o seu destino.

Ao reflectirmos sobre a adaptação do projecto ao contexto histórico e sociocultural do edifício concordamos com o que é definido no documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas* da arquitecta Teresa Duarte quando este refere que foi no geral consensual o sucesso desta operação. O edifício foi recuperado, a operação não rompe com o passado e mantém a ligação social ao bairro. De facto foram mantidos no presente, de certa forma, os usos que o edifício teve no passado como é o caso da valência habitacional, que veio a perdurar ao longo da vida do edifício mantendo-se até aos dias de hoje, dando-se assim cumprimento ao objectivo base da reabilitação urbana de Lisboa, de fixação da população aos bairros históricos. Também ao nível de equipamentos que possam de certa forma possibilitar rendimentos económicos se encontra um paralelo com o passado. De facto já à época de funcionamento do convento se verificava a existência de espaços destinados ao aluguer como forma de obter financiamento para o funcionamento do convento. Hoje em dia também neste espaço funcionam equipamentos comerciais, nomeadamente três lojas e um restaurante.

Ao nível social e cultural também aqui podemos traçar um paralelo com o passado, de facto a Igreja, encarada enquanto espaço de reunião e de manifestação cultural, foi-se

mantendo no mesmo local, através dos tempos, visto no espaço da antiga Igreja, ter existido posteriormente um cine-teatro, núcleo agregador da comunidade local e hoje em dia uma sala polivalente do Museu da Marioneta, onde se realizam exposições, espectáculos e outras manifestações culturais.

O que poderemos neste momento reflectir é se o tipo de equipamento cultural é utilizado pela população local, como era antigamente no caso da Igreja e mais tarde do cine-teatro, ou se com a introdução de um equipamento mais vocacionado para uma certa elite cultural não se acentuou uma diferenciação entre as formas de cultura locais e outras potencialmente mais vocacionadas para um outro estrato social. Não teria sido mais apropriado e mais ao encontro das características socioculturais da população do bairro, da memória colectiva e das tradições locais, aproveitar este espaço para, tal como tinha sido previsto inicialmente, a instalação de um museu dedicado às marchas populares?

É que na realidade, a solução actual para o Esperança Atlético Club, motor das marchas populares, que envolvem emotivamente a maioria da população, vem também acentuar o distanciamento social local com o edifício, visto que a localização inicialmente prevista para o terceiro piso, com ligação directa para o claustro, onde se iria ensaiar a marcha, ficou remetida para o piso térreo com entrada directa a partir da rua e sem ligação com a centralidade do edifício.

Seria também a anteriormente prevista criação de um centro de dia de convívio para a Terceira Idade possivelmente mais adequada à satisfação das necessidades de um estrato social empobrecido e envelhecido, do que a criação de um espaço criança, inserido na programação educativa do Museu da Marioneta? Se reflectirmos sobre a adequação do projecto ao programa, é natural, num projecto desta dimensão e natureza, que à medida que se vai avançando na obra seja sentida a necessidade de alterações em função quer de situações estruturais, inicialmente desconhecidas, e que venham condicionar o projectado, quer pela importância da descoberta de certos elementos com valor patrimonial que justifiquem a sua preservação e integração no local ou a sua remoção para outro destino, onde possam ser estudados, documentados e preservados.

Relativamente ao caso da habitação e com base nos inquéritos que efectuei junto dos moradores, podemos verificar que de uma forma geral estes encontram-se satisfeitos com as obras de reabilitação, que lhes proporcionaram melhores condições de

habitabilidade de todo incomparáveis às anteriormente registadas. No entanto, nota-se que a anterior sensação de pertença que recaía, por parte da população, sobre o uso da totalidade do edifício se encontra actualmente restringida pela interrupção dos acessos aos espaços comuns que anteriormente eram plenamente usufruídos e utilizados como local de encontro e de convívio dos moradores. Por outro lado, e apenas passados escassos anos sobre as obras de reabilitação e reconversão, verificam-se várias queixas por parte dos moradores ao nível de infiltrações e humidades dentro das habitações, facto que também se constata de forma generalizada no edifício.

Em termos estruturais foram utilizadas técnicas que envolvem a utilização de uma grande quantidade de betão, de carácter irreversível, em vez de uma solução em perfis metálicos e madeira com características de reversibilidade, como também é referido no documento *Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas*. Este facto, segundo a mesma fonte, veio a ter uma consequência negativa visto que desta forma deu abertura a que mais estruturas em betão surjam nas intervenções nos bairros históricos.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Norberto de. (1938). Peregrinações em Lisboa. Livro 7. Lisboa: A. M. Pereira.

ARQUI III. Proposta, memória descritiva e justificativa para concurso limitado para a elaboração do projecto reabilitação / reconversão do Convento das Bernardas. Lisboa.

BRITO, J. J. Gomes de. (1935). Ruas de Lisboa. Notas para a história das vias públicas lisbonenses. Vol. II. Lisboa: Livraria Sá da costa - Editora

CAEIRO, Baltazar Matos. (1989). Os conventos de Lisboa. Lisboa: Distri editora.

CARVALHO, José Silva. (1997). Madragoa – Sons e Arquitecturas. Lisboa: Livros Horizonte.

COCHERIL, Fr. Maur. (1959). Abadias cistercienses portuguesas I, inventário e cronologia das abadias do século XII. Lisboa: União Gráfica.

DUARTE, Teresa. Balanço da obra de reabilitação e reconversão do Convento das Bernardas. Lisboa.

DUBY, Georges. (1981). Saint bernard l'art cistercien. Paris: Arts et Métiers Graphiques.

FRÓIS, Virgínia. (2002). Conversas à volta dos conventos. Lisboa: Casa do Sul Editora.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. (2002). El património cultural: la memoria recuperada. Asturias: Ediciones Trea.

JORGE, Virgolino Ferreira. (1999). Mosteiros Cistercienses femininos em Portugal. Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas in Separata da revista "cistercivm" nº 127 (Out./Dez. 1999).

LUSO, E., Lourenço, P., & Almeida, M. (2004). Breve história da teoria da conservação e do restauro. Revista Engenharia Civil, 20, 31 – 44.

ORTIGÃO, Ramalho. (2006). O Culto da Arte em Portugal. Lisboa: Esfera do Caos Editores Lda.

PINHEIRO, Nuno. (2001). Cartas sobre Património. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa – Faculdade de Arquitectura e Artes.

REVEL, Jean-François. (1959). L'Abbaye de Noirlac – Fidèle à lÓrdre strct de Cîteaux, in Connaissance dês Arts.

RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira. (2002). Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura. Coimbra: Quimera.

SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo. (1994). Dicionário da história de Lisboa. Sacavém: Carlos Quintas & Associados - Consultores.

TOMÉ, Miguel. (2006). Património e restauro em Portugal séc. XIX e XX (texto de apresentação). Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Volume XVII. (1940). Lisboa: Editorial Enciclopédia, LDA.

Arte e arquitectura nas abadias cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII. (2000) in Colóquio, 23-27 Novembro de 1994 do Mosteiro de Alcobaça. Lisboa: Departamentos de estudos do IPPAR.

Do Museu ao Bairro: Histórias de Viajantes. (2010). Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.

Enciclopédia Einaudi. Volume 1. Memória-História. (1984). Porto: Imprensa Nacional Casa Moeda.

Regionalização e identidades locais: preservação e reabilitação dos centros históricos. (1997). In Actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Auditório Municipal de Oeiras, 21-23 de Novembro de 1996. Lisboa: Edições Cosmos.

I Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana – Centros Históricos. (1995). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Prefeitura do Rio de Janeiro.

**Teses publicadas**

CORDEIRO, Ana. (2011). Intervenção contemporânea em património arquitectónico: história, recuperação e reconversão do Convento das Bernardas em Tavira. Dissertação de mestrado em Arquitectura. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa – Faculdade de Arquitectura e Artes.

CUNHA, João. (2003). Metodologias de Intervenção no património Cisterciense em Portugal. Dissertação de mestrado em Reabilitação da Arquitectura e núcleos urbanos. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura.

MATELA, Raquel. (2009). O Papel dos Conventos no Crescimento Urbano, Reflexões sobre Monumentos e Salvaguarda do Património, Casos de Estudo em Lisboa: O Convento de São Bento da Saúde e o Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco. Dissertação de mestrado em Arquitectura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura.

**Publicações periódicas**

Artitextos. nº 05 (Dez. 2007). CEFA (centro editorial da faculdade de arquitectura) + CIAUD (centro de investigação em arquitectura, urbanismo e design).

Bairros históricos de Lisboa. in Jornal dos Arquitectos Nº 151 (1995). Lisboa.

Revista de Arquitectura. Arquitectura paisagista e design. Reabilitação urbana, bairros históricos de Lisboa. (2000) Edição Especial. Lisboa: Edições Triforio Lda.

**Pesquisa online**

www.monumentos.pt

Cartas patrimoniais. Disponível no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

www.igespar.pt

Projecto Integrado do Convento das Bernardas. Disponível em Câmara Municipal de Lisboa – Urbanismo.

www.ulisses.cm-lisboa.pt

**Entrevistas**

CARRELHAS, Maria. Lisboa: Convento das Bernardas, 2011.

DUARTE, Teresa. Lisboa: Convento das Bernardas, 2011.

PINTO, Sofia Ferreira. Lisboa: Arqui III, 2011.